



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 36

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 13 de dezembro de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Silveira) e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 4 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com a apreciação da **Petição n.º 1/XIII – “Por um sistema de evacuações médicas mais eficazes pela FAP na RAA”**, apresentada por Joana Rita Freitas Bairos na qualidade de primeira subscritora.

Após a apresentação do relatório por parte da Sra. Deputada Inês Sá (*PS*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), Paulo Margato (*PPM*), Hélia Cardoso (*CH*), António Lima (*BE*), Salomé Matos (*PSD*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da**

Anteproposta de Lei n.º 6/XIII – “Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela autoridade nacional de emergência e proteção civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som”, apresentado pelo Governo Regional.

Feita a justificação por parte do Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (*Mário Pinho*) e usado da palavra os Srs. Deputados João Vasco Costa (*PS*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Pedro Neves (*PAN*), o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por maioria.

Tendo sido aprovado, passou-se à análise da Anteproposta de Lei n.º 6/XIII – “Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela autoridade nacional de emergência e proteção civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som”, apresentada pelo Governo Regional.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (*Mário Pinho*), tendo intervindo os Srs. Deputados João Vasco Costa (*PS*), José Pacheco (*CH*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), Paulo Margato (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Luís Soares (*PSD*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Mário Tomé (*PS*).

Proferiram um protesto e um contraprotesto, respetivamente, o Sr. Deputado António Lima (*BE*) e o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por maioria.

Dando seguimento à agenda, o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (*Alonso Miguel*) justificou o Pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII – “Aprova o Regime de Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Governo Regional, tendo

usado da palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos (*CH*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, avançou-se para o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 22/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias com vista a apresentar, num prazo máximo de trinta dias, uma solução para a estrada que liga as Freguesias do Raminho e da Serreta”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

Após a justificação por parte do Sr. Deputado Francisco Lima (*CH*) e usado da palavra o Sr. Deputado José Miguel Toste (*PS*), o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Assim, passou-se para o debate e votação do Projeto de Resolução n.º 22/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias com vista a apresentar, num prazo máximo de trinta dias, uma solução para a estrada que liga as Freguesias do Raminho e da Serreta”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Francisco Lima (*CH*), tendo participado no debate os Srs. Deputados Paulo Gomes (*PSD*), José Miguel Toste (*PS*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*) e a Sra. Deputada Hélia Cardoso (*CH*), bem como a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 7/XIII – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prossequindo objetivos de coesão social e territorial”,

apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CH e do CDS-PP, cuja justificação coube ao Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Assim, avançou-se para a discussão da Anteproposta de Lei n.º 7/XIII – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial”, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CH e do CDS-PP.

Feita a apresentação da iniciativa por parte do Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), intervieram no debate os Srs. Deputados Paulo Margato (*PPM*), António Lima (*BE*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Luís Leal (*PS*) e João Vasco Costa (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por unanimidade.

Dando seguimento à ordem de trabalhos, apreciou-se o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 23/XIII – “Um Quadro Financeiro Plurianual com Políticas de Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que mantenham as especificidades das Regiões Ultraperiféricas”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM.

O pedido de urgência foi justificado pelo Sr. Deputado José Leal (*PSD*), tendo usado da palavra o Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Submetido à votação, foi aprovado por maioria.

Seguiu-se o debate e votação do Projeto de Resolução n.º 23/XIII – “Um Quadro Financeiro Plurianual com Políticas de Coesão, Política Agrícola

Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que mantenham as especificidades das Regiões Ultraperiféricas”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM.

Após a apresentação do diploma por parte do Sr. Deputado José Leal (*PSD*), participaram no debate os Srs. Deputados Jorge Paiva (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Margato (*PPM*) e a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

Por fim, o Sr. Deputado Paulo Margato apresentou o Projeto de Deliberação n.º 1/XIII - Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República – “Agendamento da Anteproposta de Lei n.º 7/XIII - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PPM.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Foi aprovada, por unanimidade, a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de dezembro de 2024.

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 28 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Eram 10 horas e 4 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Quota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Edite Souto Freitas Preto

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Gualberto Costa Rita

Inês Soares de Oliveira e Sá

Maria **Isabel Góis Teixeira**

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Miguel de Freitas Toste

Lubélio de Fraga Mendonça

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Miguel Vieira Leal

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila de Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Sandra Micaela Costa Dias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo da Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

Partido Popular (CDS-PP)

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Faim Margato

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o ponto 9 da nossa agenda: **Petição n.º 1/XIII — “Por um sistema de evacuações médicas mais eficazes pela Força Aérea Portuguesa (FAP) na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por Joana Rita Freitas

Bairos na qualidade de primeira subscritora.

O relatório desta petição foi elaborado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá para apresentar o relatório. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Inês Sá (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório e parecer da Petição n.º 1/XIII — “Por um sistema de evacuações médicas mais eficazes pela Força Aérea Portuguesa na Região Autónoma dos Açores”.

A 12 de março de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 1/XIII, intitulada «Por um sistema de evacuações médicas mais eficazes pela Força Aérea Portuguesa na Região Autónoma dos Açores», cuja primeira signatária é a senhora Joana Rita Freitas Bairos.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais e regimentais, a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade.

A peticionária refere, em sede de exposição de motivos, que a Região Autónoma dos Açores, composta por nove ilhas, fica, por vezes, à mercê de apenas uma única tripulação da Força Aérea Portuguesa.

Refere ainda que na Região temos 6 ilhas sem hospital, sendo que o hospital central da Região se localiza na ilha de São Miguel.

Neste contexto, a peticionária alude ao sucedido no passado dia 28 de janeiro de 2024, dia em que a sua mãe sofreu um segundo enfarte agudo do miocárdio no

espaço de um mês, tendo de esperara cerca de 19 horas para que fosse realizada a evacuação da sua ilha de residência, em Santa Maria.

Acrescenta que tal aconteceu porque, alegadamente, após admissão de transporte de um utente no lado oposto do arquipélago, na ilha da Flores, a tripulação excedeu as horas de voo e, por isso, teve de cumprir as horas de descanso legalmente obrigatórias.

Relembra que a Força Aérea Portuguesa tem, neste momento, duas aeronaves nos Açores, o helicóptero Nerlin e o avião C295, apelando a que haja sempre mais do que uma tripulação ao serviço da prevenção para cada um dos seus meios, de modo que mais nenhum residente nos Açores sofra com as consequências de uma eventual e angustiante espera e que haja uma forma mais eficiente de gerir os recursos disponíveis.

A peticionária termina agradecendo antecipadamente a todos os que colaboram nesta petição, por forma a que se faça cumprir com os lemas da Força Aérea Portuguesa: “Onde necessário, quando necessário.”; “Para que outros vivam.”

Perante o exposto, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição da peticionária Joana Rita Freitas Bairos, bem como o membro do Governo com competência na matéria, acompanhado pelo responsável pela Proteção Civil, o Comandante Operacional dos Açores, o Conselho de Administração do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT), acompanhado pelo responsável pelas evacuações médicas, e a Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria.

Deliberou, ainda, solicitar pareceres escritos ao Conselho de Administração do Hospital da Horta e do Hospital do Divino Espírito Santo, às unidades de saúde de ilha de todas as ilhas sem hospital (à exceção da Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria) e aos conselhos de ilha dos Açores.

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 1/XIII, a Comissão de Assuntos Sociais, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

— A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por trezentos cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

— As pretensões dos peticionários têm origem num caso concreto, em que uma cidadã residente na ilha de Santa Maria, em virtude de um enfarte agudo do miocárdio, teve de esperar cerca de 19 horas para ser evacuada de Santa Maria para uma ilha com hospital. Entendem os peticionários que a resposta às evacuações médicas nos Açores, realizadas pela Força Aérea Portuguesa, é pouco eficaz, pelo que apelam a que haja sempre uma equipa preparada para ser ativada para cada um dos seus meios aéreos, por entenderem que só desta forma será possível dar resposta às solicitações urgentes e emergentes.

— A petição e as audições efetuadas sublinham a importância de se melhorar o sistema de evacuações médicas nos Açores, especialmente pela necessidade de garantir uma segunda tripulação para o helicóptero EH-101 da Força Aérea Portuguesa. As limitações do sistema atual são evidenciadas, incluindo a dependência de uma única tripulação e as restrições impostas pelos períodos de descanso obrigatórios, que afetam a capacidade de resposta em emergências.

— Há um consenso sobre a importância de reforçar a capacidade operacional, seja através da criação de uma segunda tripulação para o EH-101 ou de alternativas viáveis.

— A revisão do protocolo de cooperação e a melhoria das condições de infraestrutura são essenciais para uma resposta mais eficaz, garantindo que a Força Aérea Portuguesa possa continuar a cumprir a sua missão de salvar vidas com eficiência e prontidão.

— Em jeito de conclusão, sublinha-se a necessidade de coordenação contínua entre a Força Aérea Portuguesa e o Governo Regional dos Açores, no sentido de se adaptar e melhorar as operações de evacuação médica, crucial para a segurança

dos cidadãos açorianos.

— Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 1/XIII

Por um sistema de evacuações médicas mais eficaz pela FAP na RAA

INTRODUÇÃO

A 12 de março de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 1/XIII, intitulada «Por um sistema de evacuações médicas mais eficaz pela FAP na RAA», subscrita por 2256 cidadãos, dos quais 2249 com correta identificação, cuja primeira signatária é a senhora Joana Rita Freitas Bairos.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

A Comissão de Assuntos Sociais reuniu no dia 27 de maio de 2024, presencialmente, para audição da primeira subscritora, apreciação e relato da Petição n.º 1/XIII - Por um sistema de evacuações médicas mais eficaz pela FAP na RAA.

Capítulo I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto

Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente Petição incide sobre Serviço Regional de Saúde, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do artigo 4.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

Capítulo II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 19 de abril de 2024, tendo tal decisão sido comunicada formalmente à primeira subscritora.

De referir que apesar da Petição apresentar 2256 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação, apenas 2249 possuem correta identificação.

Capítulo III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar um sistema de evacuações médicas mais eficaz nos Açores pela Força Aérea Portuguesa.

Neste contexto, os peticionários referem que «A Região Autónoma dos Açores (RAA), composta por 9 ilhas, fica, por vezes, à mercê de apenas uma única tripulação da Força Aérea Portuguesa (FAP).

São 6 ilhas sem Hospital, em que o Hospital central da Região localiza-se na Ilha de São Miguel.

No passado dia 28 de janeiro 2024, a minha mãe sofreu um segundo enfarte agudo do miocárdio num espaço de um mês. TEVE QUE ESPERAR CERCA DE 19 HORAS para que a evacuação fosse realizada.

Alegadamente, isto aconteceu porque após a missão de transporte de um utente no lado oposto do arquipélago (Ilha das Flores), a tripulação excedeu as horas de voo e, por isso, teve que cumprir com as horas de descanso legalmente obrigatórias.

A FAP tem, neste momento, duas aeronaves nos Açores, o helicóptero Nerlin e o avião C295.

Quero, por isso, apelar a que haja SEMPRE MAIS DO QUE UMATRIPULAÇÃO AO SERVIÇO/ DE PREVENÇÃO, para cada um dos seus meios, de modo que mais nenhum residente nos Açores sofra com as consequências desta angustiante espera e gerindo de forma mais eficiente os recursos disponíveis.

Grata a todos os que colaborarem, de forma a que se faça cumprir com os lemas da FAP: “Onde necessário, quando necessário” e “Para que outros vivam.».

Capítulo IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 19 de abril de 2024, esta deliberou ouvir,

presencialmente/com recursos a meios telemáticos, a primeira subscritora da petição, a senhora Joana Rita Freitas Bairos, bem como o membro do Governo com competência na matéria, acompanhado pelo responsável pela Proteção Civil, o Comandante Operacional dos Açores, o Conselho de Administração do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT), acompanhado pelo responsável pelas evacuações médicas, e a Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria.

Deliberou, igualmente, solicitar pareceres escritos ao Conselho de Administração do Hospital da Horta e do Hospital do Divino Espírito Santo, às unidades de saúde de ilha de todas as ilhas sem hospital (à exceção da Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria) e aos conselhos de ilha dos Açores.

De referir que a Comissão rececionou os pareceres escritos que abaixo se elencam, os quais se encontram anexos ao presente relatório e que dele fazem parte integrante:

- Conselho de Administração do Hospital da Horta
- Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo
- Unidades de Saúde das Ilhas do Corvo, de São Jorge, da Graciosa das Flores, do Pico e de Santa Maria
- Conselho de Ilha da Graciosa
- Conselho de Ilha da Terceira
- Conselho de Ilha das Flores
- Conselho de Ilha de Santa Maria
- Conselho de Ilha de São Miguel
- Conselho de Ilha do Corvo
- Conselho de Ilha do Faial

Na sequência das deliberações aprovadas em Comissão, no que concerne as audições presenciais, importa referir o seguinte:

Relativamente à audição do Comando Operacional dos Açores, a mesma foi substituída pela audição da secção regional da Força Aérea Portuguesa, uma vez que a primeira, após contactos efetuados, informou a Comissão que esta não seria uma competência sua, mas, sim, da Força Aérea Portuguesa.

No que concerne a audição do Conselho de Administração do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT), acompanhado pelo responsável pelas evacuações médicas, a mesma, por indicação do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, ocorreu juntamente com o membro do Governo com competência na matéria, no caso, a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

Por fim, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou, na sua reunião do dia 17 de setembro de 2024, transformar a audição da Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria em parecer escrito, devido à indisponibilidade para audição presencial do seu conselho de administração e do membro do Governo com competência na matéria, tendo neste sentido sido rececionado por esta comissão, em 03.10.2024, o parecer solicitado.

Da Audição da primeira peticionária, a cidadã Joana Rita Freitas Bairos, ocorrida a 27 de maio de 2024:

A peticionária começou por explanar a sua intervenção, a qual foi transcrita na íntegra.

“Em primeiro lugar, na qualidade de primeira peticionária, agradeço o convite para estar aqui e poder apresentar a minha petição, bem como defender o interesse e lutar por uma melhoria dos cuidados de saúde de todos os açorianos. Em segundo lugar e como Enfermeira do HDES, não poderia avançar sem antes deixar uma palavra de agradecimento a todos os profissionais, desde bombeiros, PSP, médicos, enfermeiros, assistentes operacionais, técnicos de diagnóstico e terapêutica, brigadas de limpeza, enfim... todos os que agiram com a máxima celeridade,

eficiência e coragem aquando o incêndio que ocorreu no passado dia 4 de maio no nosso Hospital e que permitiram que todas as pessoas que estavam naquela instituição saíssem com a segurança necessária. Aos bombeiros que ficaram feridos, desejo uma rápida recuperação não tenho palavras para a vossa brilhante atuação que muito honrou a vossa profissão. Em terceiro lugar, penso que não seria prudente da minha parte, como cidadã, mas também como enfermeira, vir aqui sem esclarecer algumas questões:

1 – Não tenho rigorosamente nada contra a FAP, aliás, como sempre referi em qualquer entrevista acho que o trabalho desenvolvido por esses profissionais é de louvar, contudo, não podemos deixar que as intervenções que correm menos bem não sejam debatidas, pois só assim conseguiremos aprender e melhorar para uma próxima;

2 – Acho lamentável que alguns profissionais de saúde, não só da FAP como também colegas de profissão escrevam determinado tipo de comentários nas redes sociais com o intuito de denegrir não só a minha imagem, mas também desprezar a minha petição, isto só revela que não têm conhecimento de causa da situação que ocorreu com a minha mãe, ou pior ainda, se o têm, não o reconheceram com a devida importância e gravidade, pois caso contrário, como profissionais de saúde, jamais mencionavam certo tipo de frases na internet. Aproveito para salientar que quando as coisas correm bem, é muito bonito usarmos a comunicação social para contar as histórias com finais felizes, mas quando correm menos bem, ninguém se pronuncia nem assume o erro e é exatamente pelas vezes que as coisas correm menos bem que hoje estou aqui.

3 – Agradeço aos Conselhos de Ilha da RAA por terem dado parecer favorável à minha petição, significando que é um problema atual, grave e que merece a nossa maior atenção. Passo, então, a citar a petição: “A Região Autónoma dos Açores (RAA), composta por 9 ilhas, fica, por vezes, à mercê de apenas UMA única tripulação da Força Aérea Portuguesa (FAP). São 6 ilhas sem Hospital, em que o

Hospital central da Região localiza-se na Ilha de São Miguel. No passado dia 28 de janeiro 2024, a minha mãe sofreu um segundo enfarte agudo do miocárdio num espaço de um mês. Teve de esperar cerca de 19 horas para que a evacuação fosse realizada. Alegadamente, isto aconteceu porque após a missão de transporte de um utente no lado oposto do arquipélago (Ilha das Flores), a tripulação excedeu as horas de voo e, por isso, teve que cumprir com as horas de descanso legalmente obrigatórias. A FAP tem, neste momento, duas aeronaves nos Açores, o helicóptero Merlin e o avião C295. Quero, por isso, apelar a que haja SEMPRE MAIS DO QUE UMA TRIPULAÇÃO AO SERVIÇO / DE PREVENÇÃO, para cada um dos seus meios, de modo que mais nenhum residente nos Açores sofra com as consequências desta angustiante espera e gerindo de forma mais eficiente os recursos disponíveis. Grata a todos os que colaborarem, de forma que se faça cumprir com os lemas da FAP: "Onde necessário, quando necessário" e "Para que outros vivam". Quando iniciei esta petição, estava longe de imaginar a proporção que iria ter, bem como o feedback que iria receber. Foi incrível a forma como os açorianos se uniram, assinaram e ainda me enviaram mensagens com testemunhos seus ou de familiares para me dar força e mostrar que, infelizmente, o caso da minha mãe não é inédito na Região. A leitura e análise da fita de tempo que me foi disponibilizada pelo SRPCBA é bastante esclarecedora, pois por várias vezes é mencionada não só a urgência/emergência da evacuação, como é referido que o procedimento médico que a minha mãe necessitava apenas podia ser efetuado no HDES. Os aspetos/as comunicações que mais me preocupam são os que passo a referir: - "As operações da BA4 informam que a médica reguladora da FAP decidiu que a evacuação não seria efetuada nessa noite." - "Médico regulador informa que o atraso da evacuação é motivado pelo descanso da tripulação." - "Cardiologia do HDES considera a evacuação urgente." - "Mantém-se urgência na evacuação." - "Não é possível reduzir tempo de descanso." Importa salientar que em momento algum se pondera a ativação de uma segunda equipa / equipa de

prevenção, pelo que o meu intuito é exatamente esse, que mais nenhum açoriano fique a aguardar várias horas pelo término do descanso dos profissionais da FAP porque claro que sim, devem descansar, contudo o doente não pode sofrer com as consequências desse atraso. É de suma importância que a FAP tenha mais do que uma equipa preparada para ser ativada para cada um dos seus meios aéreos, pois só assim se consegue dar resposta às solicitações urgentes/emergentes sem que isso traga sequelas para os doentes.”

Após esta exposição da peticionária, foi aberta a primeira ronda, pediu a palavra o deputado José Toste (PS) que saudou a iniciativa e salientou que numa Região arquipelágica como a dos Açores, o serviço de evacuações é uma necessidade para todas as ilhas. Neste seguimento, questionou a peticionária se o objetivo da petição além de chamar atenção para a situação que originou a iniciativa, se também teria como objetivo alertar para a necessidade de criação de novas equipas médicas de evacuação.

Em resposta, a peticionária deu nota que o objetivo da petição não é apenas alertar para a falta de profissionais na Força Aérea Portuguesa, mas sim, para que outros profissionais, sejam médicos, enfermeiros consigam ter outras equipas de resposta. Salientando ainda, que é importante que existam equipas diferenciadas para uma melhor resposta aos açorianos. Aproveitou também para lembrar que esta petição não é para falar só do caso da sua mãe em específico, mas sim, de todos os açorianos que necessitam deste serviço.

De seguida, o deputado António Lima (BE) usou da palavra para felicitar a peticionária pela iniciativa. Embora não tenha colocado nenhuma questão, deu nota de que existiu e sempre existirá a problemática de falta de recursos existentes, sendo importante existir um sistema de redundância, outras tripulações, outras aeronaves para dar resposta às necessidades.

Neste seguimento, a peticionária lembrou a sua experiência no processo de evacuação da sua mãe, onde numa fase inicial a informação que conseguiu apurar

foi escassa, não havendo muita abertura para obter qualquer tipo de informação. No entanto, a peticionária frisou que não tem nada contra o trabalho feito pelos profissionais em questão, mas sim, com a falta de respostas perante a sua situação. De seguida, usou da palavra a deputada Salomé Matos (PSD) agradecendo a iniciativa da peticionária e a importância da mesma, lembrando que o PSD já tinha feito, no passado, dois votos de protesto sobre a situação supramencionada na petição, respetivamente em 2017 e 2018. Neste sentido, a deputada do PSD questionou sobre que contatos foram encetados e que informações foram fornecidas no âmbito da situação vivida e no momento da evacuação da mãe da peticionária, quais eram as aeronaves e tripulações disponíveis da Força Aérea? Em resposta às questões colocadas, a peticionária Joana Bairos deu nota de que, nesse particular, não houve qualquer tipo de abertura pelo Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria, e que relativamente à Força Aérea, a informação recolhida pela peticionária foi a de que haveria duas evacuações na noite do sucedido, no entanto, publicamente só foi possível aferir uma evacuação.

Ainda no seguimento da sua resposta, a peticionária referiu que numa primeira fase a Proteção Civil estava um pouco relutante em dar acesso à informação, todavia, após a peticionária passar a ser a representante legal da sua mãe, a Proteção Civil disponibilizou as fitas de tempos, onde relata os contatos feitos durante o processo todo.

Usando do seu direito a réplica a deputada Salomé Matos (PSD) lembrou a sua segunda questão, no momento da evacuação quantas equipas e aeronaves estavam disponíveis.

Neste sentido, a peticionária respondeu que não tendo informações oficiais da Força Aérea, o que foi possível apurar é que na data em questão o C295 não estava na base das lajes, nem foi referido em qualquer tipo de evacuação.

A próxima deputada a intervir foi Catarina Cabeceiras (CDS-PP) que agradeceu

a peticionária pela sua iniciativa e aproveitou para lembrar que esta é uma situação que aflige principalmente as ilhas com acessibilidades reduzidas, salientando por isso que na sua opinião é importante que exista uma segunda equipa de prevenção para estas situações. Neste sentido, a deputada do CDS-PP questionou a peticionária se no decorrer do levantamento de informação que realizou, foi possível aferir se efetivamente existisse uma segunda equipa, este problema não teria acontecido. A deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP), questionou também se seria possível distribuir a informação que foi recolhida ao longo do processo.

Nesta fase, tomou a palavra a peticionária informando que no seguimento da sua recolha de informação, o que foi possível apurar deu a entender que o problema não se prendeu com as equipas médicas, mas sim, com a má gestão dos recursos da Força Aérea Portuguesa. Relativamente à informação recolhida até ao momento, foi demonstrada total abertura para disponibilizar aos deputados a informação.

Para encerrar a primeira ronda, tomou a palavra a deputada Hélia Cardoso (CH) que questionou a peticionária Joana Bairos relativamente aos cuidados prestados à sua mãe, questionando também qual o motivo para que a informação sobre este caso não ter sido logo disponibilizada pela Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria.

No seguimento das questões levantadas, a peticionária saudou os cuidados de saúde prestados pelos profissionais de saúde da Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, no entanto, a urgência do caso clínico da sua mãe fazia com que fosse urgente uma evacuação médica para o Hospital Divino Espírito Santo. Relativamente à informação, esta não foi transmitida de forma clara e com a abertura desejada num processo desses, chegando ao ponto de deixarem de responder às solicitações da peticionária. Informou ainda que a pouca colaboração por parte da USI de Santa Maria, nomeadamente a ocultação de informação

clínica, pelo que remeteu a questão à Direção Regional de Saúde sendo que conhece que o processo se encontra neste momento em tramitação na Inspeção Regional de Saúde.

Na segunda ronda de questões, solicitou a palavra o deputado José Toste (PS) de forma a solicitar à peticionária a possibilidade de partilhar toda a informação recolhida de forma a Comissão de Assuntos Sociais ter acesso a informação de relevo.

Respondendo à solicitação do Deputado do PS, a peticionária deu nota de que irá organizar a informação toda e disponibilizar aos deputados da Comissão de Assuntos Sociais toda a informação recolhida pela mesma.

Da Audição do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, acompanhado pelo representante da Proteção Civil, ocorrida a 16 de julho de 2024:

O Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática começou por sublinhar a importância da Força Aérea Portuguesa nas evacuações aeromédicas nos Açores, destacando o papel crucial da tripulação das aeronaves EH-101 e C-295. No entanto, reconheceu que a principal dificuldade reside na falta de uma segunda tripulação para o helicóptero EH-101, o que poderia melhorar significativamente a capacidade de resposta em emergências médicas.

O Deputado José Toste (PS) iniciou a primeira ronda referindo-se à petição que motivou a audição, centrada na necessidade de uma segunda tripulação para as evacuações aeromédicas. Questionou as relações entre o Governo Regional e a Força Aérea Portuguesa, mencionando uma dívida da Região para com a Força Aérea. Sobre a mesma, questionou se essa dívida poderia, ou não, limitar a prestação dos serviços. Perguntou ainda se o Governo Regional considerava rever o modelo de evacuações aéreas, que atualmente depende da Força Aérea, e se existia alguma articulação entre as tripulações dos diferentes meios aéreos.

O Secretário respondeu que as relações entre o Governo Regional dos Açores e a Força Aérea são excelentes, sublinhando que qualquer dívida financeira não interfere com a dedicação da Força Aérea às missões. Relativamente à revisão do modelo, afirmou que, dadas as particularidades dos Açores, o atual sistema é o mais adequado. Explicou ainda que o helicóptero EH-101 tem capacidades superiores aos meios utilizados em território continental, o que justifica a sua utilização na Região, e que não há uma segunda tripulação disponível para operar o EH-101.

Em réplica, o Deputado José Toste (PS) reforçou a importância de se discutir o modelo atual e perguntou se o Governo Regional estaria preparado, em termos de equipas médicas, caso houvesse um reforço de tripulações. O Secretário esclareceu que a gestão das equipas médicas é da responsabilidade da Secretaria Regional da Saúde, mas que, com certeza, seria dada uma resposta adequada em caso de reforço de tripulações.

De seguida, a Deputada Hélia Cardoso (CH) solicitou explicações mais técnicas sobre o funcionamento das evacuações. Questionou a autonomia das aeronaves e se as tripulações dos helicópteros poderiam trocar de função com as do avião. O Secretário e o Presidente da Proteção Civil esclareceram que as tripulações são específicas de cada aeronave e que o helicóptero só pode operar entre ilhas. Também explicaram o processo de evacuação, desde o pedido até à execução, sublinhando que o médico regulador centraliza a decisão de evacuação.

Em seguida, a Deputada Salomé Matos (PSD) destacou o papel fundamental da Força Aérea Portuguesa e questionou os critérios subjacentes às decisões sobre os tempos de descanso das tripulações e a regulação médica. O Secretário esclareceu que as decisões sobre o descanso das tripulações são legais e inquestionáveis, visando garantir a segurança de todos. O Presidente da Proteção Civil interveio, no sentido de explicar as duras condições a que as tripulações estão sujeitas, o que justifica a necessidade do cumprimento rigoroso dos períodos de descanso.

No final desta primeira ronda, o Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) referiu o histórico positivo da Força Aérea Portuguesa e questionou se a criação de uma segunda tripulação seria suficiente ou se seria preferível ter três tripulações para garantir a operacionalidade 24 horas por dia. Em resposta, o Sr. Secretário Regional concordou que três tripulações seriam o ideal, mas que a principal prioridade é garantir a criação de uma segunda, dado o contexto atual.

A abrir a segunda ronda, a Deputada Hélia Cardoso (CH) retomou a questão da evacuação específica que motivou a petição, perguntando por que razão não foi acionada a segunda aeronave neste caso em concreto. O Sr. Secretário Regional explicou que, naquele dia, o EH-101 estava a realizar outra missão e que o C-295, que seria a alternativa, estava em descanso. Mais tarde, quando este ficou disponível, as condições meteorológicas impediram o seu uso.

O Deputado José Toste (PS) questionou o que foi feito politicamente ao longo dos últimos três anos para pressionar a criação de uma segunda tripulação. Em resposta, o Sr. Secretário Regional sublinhou que o Governo tem feito uma pressão contínua e que a criação de uma segunda tripulação foi anunciada pela República em 2022, mas até então nunca se concretizou.

A Deputada Salomé Matos (PSD) levantou a questão sobre se a Força Aérea Portuguesa é obrigada a justificar a não utilização de meios. O Sr. Secretário Regional esclareceu que, embora haja sempre comunicação e boa colaboração, a decisão final sobre o uso dos meios é da responsabilidade exclusiva da Força Aérea Portuguesa.

Por fim, na terceira ronda, o Deputado José Toste (PS) questionou se a questão da tripulação do helicóptero ficaria resolvida com uma segunda tripulação para o avião C-295. O Sr. Secretário Regional respondeu que, embora ajudasse, o C-295 não é tão versátil como o EH-101, especialmente em condições meteorológicas adversas, sendo essencial priorizar uma segunda tripulação para o helicóptero.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) também perguntou se seria possível resolver o

problema com a alocação de duas tripulações ao avião. O Sr. Secretário Regional reafirmou que, apesar de útil, a solução mais eficaz seria garantir uma segunda tripulação para o EH-101 devido à sua versatilidade.

Da Audição da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, bem como do Conselho de Administração do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira e do responsável pelas evacuações médicas), ocorrida a 16 de julho de 2024:

Na audição ao Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT), o Conselho fez-se representar pela Diretora Clínica Dra. Rute de Couto, o Enfermeiro César Toste, a Dra. Patrícia Fragata, responsável pelo serviço de evacuações médicas, e pela Sra. Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social, Dra. Mónica Seidi.

A Sra. Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social iniciou a sua intervenção fazendo um enquadramento do funcionamento da unidade de deslocações e evacuações aéreas sob a responsabilidade direta do HSEIT. Explicou que a unidade, embora localizada na Ilha Terceira, presta um serviço de âmbito regional, abrangendo todas as ilhas dos Açores e também Portugal Continental. Agradeceu o espírito de missão da equipa e esclareceu que, no caso concreto da evacuação de Santa Maria, não houve qualquer reparo quanto à atuação clínica da equipa. A situação foi avaliada pela Direção Regional da Saúde, que, após algumas dúvidas nos registos clínicos, decidiu abrir uma inspeção extraordinária.

A abrir a primeira ronda de questões, a Deputada Salomé Matos (PSD) começou por louvar o trabalho das equipas médicas e das tripulações, salientando o sucesso das evacuações aeromédicas. Questionou como é que a equipa médica tem conseguido adaptar-se ao número crescente de evacuações e se há critérios claros para decidir quais as evacuações que devem ser prioritárias.

Sobre esta questão em concreto, a Sra. Secretária Regional respondeu, destacando a existência de duas equipas que cobrem as evacuações entre as ilhas e das ilhas para o continente. Explicou que, em situações de múltiplas evacuações, as decisões são tomadas pelo médico regulador, com base em critérios clínicos e escalas de gravidade. Ainda sobre este particular, a Dra. Patrícia Fragata interveio, explicando que a equipa tem formação rigorosa e que é eficaz na estabilização de doentes críticos.

O Deputado José Toste (PS) elogiou o trabalho das equipas, mas questionou se o facto de a unidade de evacuações estar no HSEIT levanta algum constrangimento, visto que o hospital central da Região está na Ilha de São Miguel. Perguntou também se o hospital tem capacidade para formar mais equipas no caso de ser reforçada a tripulação da Força Aérea Portuguesa, e se há constrangimentos na articulação entre a resposta regional e local.

Na resposta, a Sra. Secretária Regional defendeu que a localização da equipa na Terceira é central e otimiza a resposta em termos de distância e logística, com a vantagem da proximidade da Base Aérea das Lajes. A Diretora Clínica do HSEIT, Dra. Rute de Couto, acrescentou que a criação de uma segunda tripulação seria útil, mas que o hospital consegue ajustar as suas equipas em situações de necessidade, como aconteceu no caso do incêndio no Hospital de Ponta Delgada. Na réplica, o Deputado José Toste (PS) manifestou satisfação com as respostas e pediu esclarecimentos sobre as equipas de obstetrícia, questionando se a saída de médicos trouxe constrangimentos. A Diretora Clínica confirmou que foi necessário recorrer a prestadores de serviços para garantir o funcionamento da equipa B, e que têm trabalhado para captar mais profissionais.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) questionou se, em situações de espera prolongada, como aconteceu neste caso em concreto, a estabilização dos doentes minimiza a ausência de uma segunda equipa de evacuação.

Perante esta questão, a Dra. Patrícia Fragata explicou que, embora o tempo seja

crucial, a estabilização clínica durante o tempo de espera foi eficaz e garantiu que a doente não sofresse danos irreversíveis. No entanto, reiterou que o ideal seria sempre uma evacuação mais rápida.

Na réplica, a Deputada Hélia Cardoso (CH) perguntou sobre a frequência de situações de múltiplas evacuações críticas, que obrigariam à existência de uma segunda equipa. A Dra. Patrícia esclareceu que, embora essas situações ocorram, a amplitude da sua frequência, são dados da competência da Proteção Civil, mas frisou que, em alguns casos, as condições meteorológicas limitam a utilização de meios aéreos.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) salientou a importância de louvar o empenho e a dedicação dos Profissionais de Saúde, realçando que o sistema funcionou, apesar das dificuldades logísticas, e que a vida da paciente foi salva graças à atuação das equipas. Fez questão de destacar que a exigência de uma segunda tripulação da Força Aérea Portuguesa é uma necessidade clara e uma causa comum de todos os açorianos.

No início da 2ª ronda de questões a Deputada Salomé Matos (PSD) reforçou a importância da localização da unidade de evacuações no HSEIT, destacando a eficácia do sistema e a necessidade de se manter esta cooperação. Perguntou também se há uma metodologia de trabalho, como *briefings*, que permita melhorar continuamente o serviço.

A Dra. Patrícia Fragata respondeu que já existe um sistema de *debriefings* após cada missão, com o objetivo de identificar melhorias. Revelou que a unidade tem trabalhado em estreita cooperação com a Proteção Civil e que novos equipamentos e formações estão a ser implementados para reforçar a equipa.

O Deputado José Toste (PS) questionou quais as diligências políticas que o Governo Regional tem feito junto do Governo da República para garantir a criação de uma segunda tripulação da Força Aérea Portuguesa, dado que a atual resposta foi considerada insuficiente.

A Sra. Secretária Regional informou que o Governo Regional tem feito contactos constantes com o Governo da República e com o Ministério da Defesa, destacando que o assunto foi discutido numa visita do atual Primeiro-Ministro à ilha Terceira. Afirmou ainda, que o compromisso com a República tem sido cumprido apenas parcialmente, mas que o Governo Regional continua a insistir para que seja garantida uma segunda tripulação.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) perguntou se o aumento do número de evacuações tem a ver com a preferência dos médicos das unidades de saúde por evacuar doentes, ou se há um agravamento do estado de saúde da população.

A Sra. Secretária Regional respondeu que o aumento é multifatorial, nomeadamente devido ao envelhecimento da população, mas também pela maior exigência das populações e a inexperiência de alguns médicos que rodam pelas unidades de saúde insulares. A Dra. Patrícia Fragata acrescentou que, atualmente, a unidade de evacuações é utilizada não só para doentes críticos, mas também para facilitar o transporte de doentes que poderiam ser tratados localmente, mas cuja evacuação garante uma maior segurança.

Da Audição da Força Aérea Portuguesa, ocorrida a 16 de julho de 2024:

O Comandante António Moldão, em representação da Força Aérea Portuguesa (FAP), iniciou a sua intervenção destacando a importância da FAP no contexto nacional e regional, salientando que a sua principal missão, conforme o Decreto Regulamentar n.º 11/15, é assegurar a dissuasão e a vigilância do espaço aéreo nacional. Além disso, sublinhou as missões específicas da Força Aérea, nomeadamente o controlo da atividade de pesca, a busca e salvamento, e o apoio à Proteção Civil. No arquipélago dos Açores, as evacuações médicas são realizadas no âmbito de um protocolo assinado em 1996 entre o Governo Regional dos Açores e a Força Aérea Portuguesa, sendo a última revisão deste protocolo datada de 2009. Este protocolo estipula que as evacuações só devem ser realizadas

pela Força Aérea Portuguesa quando não haja possibilidade de transporte comercial.

O Comandante destacou que, nos últimos anos, o número de evacuações médicas na Região tem crescido em cerca de 10% ao ano, um aumento que contraria a notória diminuição da população, o que levanta questões sobre a utilização parcimoniosa dos meios da Força Aérea Portuguesa. Reafirmou que, apesar de não ser a missão primária da Força Aérea Portuguesa, esta continua a realizar as evacuações com gosto e com o compromisso de servir os portugueses.

No início da 1ª ronda de questões o Deputado José Toste (PS) começou por reconhecer que o pedido por uma segunda tripulação de helicóptero nos Açores é um assunto de longa data e questionou se a Força Aérea considera necessária essa segunda tripulação, além de questionar sobre a existência de dois helicópteros na Região e a gestão das horas de voo. Perguntou ainda sobre a dívida do Governo Regional para com a Força Aérea Portuguesa e a capacidade dos aeroportos em receber aeronaves de asa fixa à noite.

O Sr. Comandante explicou que a Força Aérea Portuguesa não necessita de mais recursos para cumprir a sua missão primária. O dispositivo nacional é adequado. Especificamente, os Açores dispõem de 2 aeronaves nos Açores com as respetivas tripulações. Reconheceu que seria ideal ter uma capacidade sobrança mais robusta. A dívida da Região, que ronda os 8 milhões de euros, não sendo paga desde 2011, é vista como um incentivo para uma gestão mais parcimoniosa dos meios aéreos. Atualmente aos custos são zero, já Força Aérea comprometeu-se a não cobrar nada pela realização das evacuações. Quanto às aeronaves, são feitas inspeções rigorosas para garantir a operacionalidade das mesmas, de acordo com uma calendarização atempada e rigorosa, e que a FAP mantém sempre dois helicópteros disponíveis. Sobre a certificação para operações noturnas, mencionou que sobre a pista da Graciosa nada foi feito, a pista de S. Jorge não apresenta viabilidade dada a proximidade de obstáculos, relativamente à pista das

Flores encontra-se em processo de certificação da iluminação, estando concluída para breve.

O Deputado José Toste (PS) clarificou que a segunda tripulação seria importante para garantir uma capacidade de resposta constante e perguntou se a Força Aérea Portuguesa estaria disponível para uma maior capacidade além do protocolo. Questionou ainda sobre a existência de dois helicópteros nos Açores e se ambos poderiam ser operados simultaneamente.

O Sr. Comandante afirmou que a Força Aérea dispõe de dois helicópteros nos Açores, mas está a tentar disponibilizar um terceiro. Referindo-se à situação que motivou a presente petição elucidou os presentes de que nos termos do atual protocolo celebrado em 1996 e alterado em 2009 primariamente deveriam ou poderiam ter sido esgotados os recursos da SATA, companhia responsável pelo transporte comercial de passageiros. No entanto, mesmo com os recursos atuais, a missão está a ser cumprida. Quanto à segunda tripulação, seria um luxo, mas a Força Aérea Portuguesa está sempre disposta a reforçar os meios conforme necessário.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) elogiou a missão da Força Aérea Portuguesa e questionou sobre a escolha entre dois doentes críticos em simultâneo, perguntando como a Força Aérea lida com essa situação. Mencionou também as dificuldades dos médicos isolados em pequenas ilhas e o impacto que isso pode ter nas evacuações médicas. Perguntou ainda por que motivo o helicóptero da evacuação agendada para as 10h não conseguiu sair.

O Comandante explicou que a decisão de evacuação é sempre do médico regulador, que decide a prioridade dos pacientes. Referiu que, em algumas situações, o transporte poderia ser feito por voo comercial, mas nem sempre essa possibilidade é explorada. Explicou ainda que as condições meteorológicas na manhã da evacuação impediram o voo.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) quis saber se foi oferecida a opção de evacuação

para a Ilha Terceira.

O Comandante confirmou que a evacuação para a Terceira foi proposta, mas foi recusada pelo médico regulador, que optou por esperar por melhores condições para a aterragem na ilha de São Miguel.

A Deputada Salomé Matos (PSD) agradeceu o trabalho da Força Aérea Portuguesa e perguntou sobre o compromisso da Ministra da Defesa em 2022, relativamente a uma segunda tripulação de helicóptero. Questionou também se o protocolo de 2009 carece de revisão, considerando as mudanças nas necessidades e nas operações, e perguntou sobre a dívida do Governo Regional para com a Força Aérea Portuguesa, querendo saber se essa dívida está a afetar as operações da Força Aérea e se existe alguma expectativa de resolução desse problema.

O Sr. Comandante reconheceu que o compromisso da Ministra foi cumprido temporariamente, mas que muitos pilotos saíram da Força Aérea em busca de melhores condições salariais, o que dificultou a manutenção dessa capacidade. Quanto ao protocolo, afirmou que está desatualizado e carece de revisão, especialmente no que diz respeito aos meios aéreos disponíveis. Sobre a dívida do Governo Regional, reafirmou que, apesar da dívida de cerca de 8 milhões de euros, a FAP continuará a cumprir as suas missões sem comprometer o serviço, mas destacou que uma maior atenção ao pagamento poderia ajudar a promover uma utilização mais parcimoniosa dos recursos. Reafirmou que a Força Aérea Portuguesa continuará a prestar o seu serviço, com ou sem protocolo e com ou sem dívida.

Em réplica, a Deputada Salomé Matos (PSD) reiterou a necessidade de revisão do protocolo, dadas as mudanças significativas nas operações e nas necessidades da população, e sublinhou a importância de resolver a questão da dívida para garantir uma operação mais fluida e sustentável.

O Sr. Comandante concordou que a revisão é necessária, mencionando que o protocolo deveria ser atualizado anualmente, o que não acontece desde 2009. A

revisão seria benéfica para alinhar as operações com a realidade atual, mas sublinhou que a Força Aérea Portuguesa continuará a prestar o seu serviço, independentemente das mudanças e das questões de dívida.

Na 2ª ronda de questões, o Deputado José Toste (PS) perguntou sobre a possibilidade de revisão do protocolo e se a Força Aérea Portuguesa alguma vez aceitaria assinar um protocolo que comprometesse a sua missão principal. Questionou também se houve uma utilização abusiva dos meios da Força Aérea Portuguesa por parte do Serviço Regional de Saúde e como a Força Aérea vê o trabalho da SATA nas evacuações.

O Sr. Comandante explicou que a missão primária da Força Aérea Portuguesa é a salvaguarda da vida humana e que a priorização das evacuações é feita com base na gravidade dos casos, sendo sempre os médicos a tomar essa decisão. Reafirmou que a Força Aérea Portuguesa cumpre todas as solicitações, mas sugeriu que uma maior parcimónia no uso dos recursos seria benéfica. Esclareceu que a Força Aérea Portuguesa não tem a intenção de criticar a SATA, mas que esta deveria ser usada como primeira opção, conforme consta do protocolo.

Em Réplica, o Deputado José Toste (PS) agradeceu os esclarecimentos e reiterou a necessidade de clarificar a disponibilidade dos meios da Força Aérea Portuguesa durante o período noturno do incidente em questão.

O Comandante explicou que o C295 estava numa missão de evacuação que terminou com a morte de um paciente, o que afetou o descanso da tripulação e impossibilitou novas evacuações até às 10h da manhã, em conformidade com as regras de descanso.

Por fim, na 3ª ronda, o Deputado José Toste (PS) e Deputada Hélia Cardoso (CH) colocaram questões sobre a gestão dos meios aéreos durante o período noturno do incidente e a necessidade de revisão do protocolo para melhor adequar as operações às necessidades regionais.

O Sr. Comandante reafirmou, que a tripulação do C295 estava em período de

descanso regulamentar após uma missão exaustiva, que envolveu a reanimação de um paciente. Reconheceu a importância da revisão do protocolo para melhor refletir a realidade atual, tanto em termos de meios disponíveis quanto de necessidades operacionais.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 1/XIII, a Comissão de Assuntos Sociais, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;
2. As pretensões dos peticionários têm origem num caso concreto, em que uma cidadã residente na ilha de Santa Maria, em virtude de um enfarte agudo do miocárdio, teve de esperar cerca de 19 horas para ser evacuada de Santa Maria para uma ilha com Hospital. Entendem os peticionários, que a resposta às evacuações médicas nos Açores, realizadas pela Força Aérea Portuguesa (FAP) é pouco eficaz, pelo que apelam a que haja sempre uma equipa preparada para ser ativada para cada um dos seus meios aéreos, por entenderem que só desta forma será possível dar resposta às solicitações urgentes/emergentes.
3. A petição e as audições efetuadas sublinham a importância de se melhorar o sistema de evacuações médicas nos Açores, especialmente pela necessidade de garantir uma segunda tripulação para o helicóptero EH-101 da Força Aérea Portuguesa (FAP). As limitações do sistema atual são evidenciadas, incluindo a dependência de uma única tripulação e as

restrições impostas pelos períodos de descanso obrigatórios, que afetam a capacidade de resposta em emergências.

4. Há um consenso sobre a importância de reforçar a capacidade operacional, seja através da criação de uma segunda tripulação para o EH-101 ou de alternativas viáveis.
5. A revisão do protocolo de cooperação e a melhoria das condições de infraestrutura são essenciais para uma resposta mais eficaz, garantindo que a FAP possa continuar a cumprir a sua missão de salvar vidas com eficiência e prontidão.
6. Em jeito de conclusão, sublinha-se a necessidade de coordenação contínua entre a Força Aérea Portuguesa e o Governo Regional dos Açores, no sentido de se adaptar e melhorar as operações de evacuação médica, crucial para a segurança dos cidadãos açorianos.
7. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Horta, 19 de outubro de 2024.

A Relatora, *Inês Sá*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Sandra Costa Dias*

Relatório entregue na Mesa

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos abrir as inscrições para a apreciação desta petição. Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, cumpre-nos agradecer aos peticionários na pessoa da primeira de peticionária, Joana Bairos, esta petição, este ato de cidadania, com mais de

2000 assinaturas.

Traz-nos uma preocupação que não é de agora, é uma preocupação dos Açorianos há muito tempo, a existência de tripulações redundantes nos meios aéreos da Força Aérea Portuguesa que efetuam evacuações médicas na Região Autónoma dos Açores.

Nem de propósito, ontem, ao final da tarde, quando acabámos os nossos trabalhos, tinha uma mensagem de uma amiga de Lisboa que tinha visitado algumas ilhas do Grupo Central e as ilhas do Grupo Ocidental dos Açores recentemente, que, precisamente, me perguntava como é que funcionavam as evacuações médicas e como é que funcionavam as deslocações dos doentes dessas ilhas para os hospitais centrais. E foi difícil explicar, de facto, que a Região, que os Açorianos vivem bastante dependentes da Força Aérea Portuguesa, que isto nos custa uns milhões de euros avantajados já há bastante tempo, que todas as deslocações de doentes interilhas são suportadas pelo Serviço Regional de Saúde, o que também comporta custos bastante acrescidos, apesar de isto ter sido compreendido como uma melhoria para o serviço a estes doentes. De facto, muitas vezes, é preferível deslocalizar pessoas da sua área de residência para hospitais com mais valências ou até com mais casuística, que permita uma melhor avaliação dos prognósticos e das suas patologias.

Não obstante, eu acompanhei a vida política regional durante os anos que estive fora deste Parlamento e não raras vezes ouvi falar da necessidade dessa segunda tripulação. Pelo menos durante uns 15 anos em que ela não existiu, ouvi exigências de várias bancadas, de bancadas que atualmente estão no Governo, de bancadas que atualmente estão na oposição, sobre essa situação.

E não é de todo aceitável que um doente de uma ilha, seja de Santa Maria, das Flores, do Corvo, da Graciosa, de São Jorge, seja de onde for, demore 19 horas para ser evacuado com um problema agudo, como é o enfarte do miocárdio.

Nesse sentido, acho que falta à Região fazer mais pressão junto da Força Aérea

Portuguesa. Eu sei que é difícil fazer pressão quando se deve muito dinheiro a uma instituição, mas de nada serve o lema dessa instituição, de nada serve a propagandística que essa instituição usa sempre que faz uma evacuação médica a seu favor, se não cumprir, de facto, com os Açores e com os Açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A petição em análise reflete uma preocupação transversal a todos os Açorianos por focar um tema de extrema importância: o sistema de evacuações médicas nos Açores.

Antes de mais, gostaria de saudar, em nome do CDS-PP, a cidadã Joana Rita Freitas Bairos pela sua iniciativa. A apresentação de petições é um instrumento de cidadania e deve ser incentivado por permitir que a voz dos cidadãos chegue a esta Casa.

Por ser uma região insular e ultraperiférica, os Açores lidam diariamente com desafios únicos quanto à prestação de cuidados de saúde na resposta a situações de emergência.

Para o CDS, é imperativo que tenhamos um sistema de evacuações aéreas capaz de responder com eficácia às necessidades das nossas populações, garantindo que todos os Açorianos tenham acesso aos cuidados de saúde que merecem, independentemente do lugar onde vivam.

Neste contexto, reconhecemos o papel insubstituível que as forças armadas, em particular a Força Aérea, têm desempenhado nos Açores. A sua missão de socorro e proteção da saúde tem sido uma resposta à altura das expectativas dos Açorianos, especialmente em situações de emergência, como foi o caso da crise sísmovulcânica na ilha de São Jorge.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: As evacuações aéreas interilhas e entre os Açores e o continente ou a Madeira são uma responsabilidade do Estado português.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A solidariedade nacional e a continuidade territorial são princípios que devem ser respeitados. E cabe ao Estado corrigir as desigualdades estruturais que a insularidade nos impõe.

Os Açores são parte integrante de Portugal. E ao Estado compete garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos cuidados de saúde em tempo útil.

Nessa medida, para o CDS-PP, é desejável que o Estado acautele que as forças armadas disponham de recursos financeiros necessários para poderem cumprir a sua missão de evacuações aéreas, com equipas e tripulações em número suficiente, pondo sempre em primeiro lugar a preservação da vida humana.

Quanto ao Serviço Regional de Saúde, queremos realçar a capacidade da unidade de saúde da ilha Santa Maria por ter controlado até à evacuação aérea a situação clínica que motivou esta petição.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os médicos e enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores, assistentes de técnicos e assistentes operacionais, não só da unidade de saúde de Santa Maria, mas de todas as unidades de saúde de ilha e dos três hospitais, merecem um justo reconhecimento pelo valoroso trabalho diário em prol da saúde dos Açorianos, 24 horas por dia, sem feriados nem fins de semana. Isso ficou bem demonstrado no incêndio que afetou recentemente o hospital de São Miguel, onde os utentes internados foram todos evacuados de uma forma rápida e exemplar, sem perda de vidas humanas. E a assistência médica continuou a ser assegurada pelo Serviço Regional de Saúde, num registo de complementaridade e redundância que importa destacar por ter sido exemplar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Continuaremos a defender a capacitação crescente em matéria de complementaridade e redundância dos serviços, para assegurar que todos os Açorianos, sem exceção, possam contar com um sistema de saúde robusto e capaz de atender a todas estas circunstâncias que possam surgir.

Obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, agradecer aos peticionários desta iniciativa o facto de terem assinalado aqui este caso.

Este caso, infelizmente, não é um caso único. Existem, de facto, melhoramentos a fazer relativamente a esta matéria. Existem, sem dúvida nenhuma, melhoramentos a fazer.

Mas também não podemos esquecer que a Força Aérea Portuguesa é uma instituição sempre presente na vida dos Açorianos há muitos e muitos anos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Têm dado o seu melhor. E quem dá o seu melhor tem de ser, de facto, reconhecido.

A Força Aérea Portuguesa esteve e está presente em todas as situações em que os Açores e os Açorianos necessitam de apoio. A Força Aérea Portuguesa é uma instituição que não olha a meios, muitas vezes não olha a regras, muitas vezes arrisca. E eu já presenciei situações de risco iminente, mas eles vão lá, eles aterram, eles vão buscar o doente.

Compreendo também o sufoco dos profissionais de saúde que, de uma forma mais isolada, têm o doente à sua frente e necessitam dessa evacuação. Compreendo as famílias que do outro lado estão na expectativa de que o assunto se resolva.

Bom, também é verdade que o acordo feito com a Força Aérea Portuguesa é do ano de 2009 e nunca foi revisto. Em 2021, nós tínhamos uma dívida acumulada à Força Aérea Portuguesa de 8 milhões de euros. Evidentemente que essa dívida também pode causar alguns constrangimentos na operação. Mas há aqui muitos assuntos que têm de ser discutidos em sede própria e têm de ser discutidos à mesa. Eu pergunto: o que é que foi feito para se negociar toda a operação da Força Aérea Portuguesa na Região Autónoma dos Açores até 2021? Pouco ou nada. E sei que neste momento estão encetadas negociações para se rever o acordo e para se chegar a um bom termo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que temos de tomar medidas e temos de encetar negociações para melhorar as evacuações na Região Autónoma dos Açores. Mas é evidente que há uma evolução positiva e há um diálogo a fazer. E esse diálogo está a ser feito por este Governo de Coligação.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Joana Bairos, com a situação da sua mãe que aguardou aflitivamente 19 horas para ser evacuada de Santa Maria para São Miguel, vem chamar a atenção para um problema que as ilhas sem hospital enfrentam com alguma frequência.

Agradecemos à peticionária por esta iniciativa que constitui uma oportunidade para se refletir sobre a emergência médica que depende de um transporte aéreo para obter cuidados de saúde diferenciados.

A Força Aérea Portuguesa tem neste momento duas aeronaves nos Açores: um helicóptero e um avião. O helicóptero, que tem mais amplitude de manobra dado

que consegue aterrar em pistas sem iluminação e com ventos fortes, tem apenas uma tripulação, o que retira a rentabilidade plena da aeronave em causa enquanto meio de evacuação, porque tem de ficar parada durante o tempo de descanso obrigatório dos seus pilotos.

A petição da Sra. Joana apresenta uma solução: uma segunda tripulação.

Da audição ao representante da Força Aérea Portuguesa, ficámos cientes de que a curto prazo dificilmente haverá uma segunda equipa para o helicóptero, porque a Força Aérea não consegue manter os pilotos que forma face às ofertas de trabalho mais bem remuneradas que recebem. Por isso, Sr. Deputado Nuno Barata, não é uma questão financeira, é uma questão de recursos humanos.

Sendo assim, a Região tem de encontrar soluções adicionais que não dependam exclusivamente da Força Aérea Portuguesa:

- 1) Utilização de voos comerciais da SATA, solução que não foi utilizada no caso da mãe da Sra. Joana Bairos para que chegasse ao hospital de Ponta Delgada mais rapidamente. E houve voos naquele dia de manhã onde ela poderia ter seguido;
- 2) Dotar as unidades de saúde de ilhas sem hospital com meios de diagnóstico diferenciados — e estamos aqui a falar de TAC (tomografia axial computadorizada) ou mesmo de ressonância — para que, com a informação obtida através destes, o médico da unidade de saúde da ilha, em colaboração com o médico regulador da emergência médica e os profissionais do hospital de referência, apliquem as medidas terapêuticas de estabilização, porque é nesta fase que se previnem danos irreversíveis para o doente na maioria das situações;
- 3) Exigir a um profissional da especialidade de medicina geral e familiar que lide com qualquer tipo de situação clínica sem a informação de meios de diagnóstico que existem em meio hospitalar e ter de decidir sozinho a solução clínica mais adequada não é justo. Assim, deveria constituir objetivo de curto prazo dotar os serviços de atendimento urgente nas ilhas sem hospital com um profissional de medicina interna, dado que esta especialidade é a que está mais vocacionada para

trabalhar nas urgências.

Tenho dito.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar a primeira peticionária, a Sra. Joana Rita Freitas Bairos, e na sua pessoa todos os peticionários que trouxeram este assunto, uma vez mais, a debate neste Parlamento.

De facto, a questão das evacuações médicas na Região tem sido debatida ao longo dos anos, nos últimos anos com especial incidência sobre a questão dos meios aéreos da Força Aérea que permitem as evacuações médicas quando as condições são mais difíceis, mais desafiadoras, para as quais a Força Aérea é a única solução que permite essas evacuações, em situações que nenhum outro meio aéreo consegue operar.

De facto, ao longo do tempo este assunto vem sendo debatido. E vem sendo debatido também com sucessivos anúncios e sucessivas não concretizações. Eu não me dei ao trabalho, confesso, de contar todas as vezes que a segunda tripulação tem sido anunciada nos últimos anos, que tem sido reivindicada nos últimos anos. Em 2022, um anúncio. Já este ano, um anúncio de trabalho em conjunto para que isso se pudesse concretizar. E, de facto, ninguém consegue acreditar nas promessas sobre esta matéria. Por isso, mais do que promessas e anúncios de trabalho, era preciso que se concretizasse o reforço de meios da Força Aérea nos Açores para realizar estas evacuações médicas.

Também não posso deixar de dizer nesta intervenção que nós devemos olhar para este caso concreto, que causou, como é óbvio, muita preocupação, principalmente junto da família. A descrição do caso não pode deixar de modo algum de preocupar a população em geral, 19 horas é um tempo que ninguém quer ver um familiar seu esperar por uma evacuação.

Não pode deixar de preocupar este Parlamento, mas, como é evidente, temos também de olhar para a situação de um modo geral, as evacuações médicas da Força Aérea, também o transporte de doentes através da SATA, seja interilhas, seja também o transporte de doentes que se faz para o continente. É todo esse sistema que precisamos de ter bem oleado. Ele funciona, é verdade, mas há constrangimentos, muitas vezes, interilhas devido à falta de lugares. Isso é um problema que se acentua no verão, como é sabido.

E também temos de garantir que hoje e no futuro haja capacidade de transporte de doentes dos Açores para o continente. E lembramo-nos bem que nem todas as companhias aéreas, nomeadamente as *low cost*, o fazem, apenas as companhias aéreas ditas tradicionais, nomeadamente a TAP e a SATA.

No que diz respeito aos meios da Força Aérea e às sucessivas promessas e anúncios e falta de concretização, também não posso deixar de salientar aquilo que têm sido as notícias dos últimos meses sobre os meios da Força Aérea e os objetivos políticos e operacionais desse importante recurso do país. Tem sido muito difícil e até agora impossível reforçar com uma segunda tripulação os meios estacionados na base aérea n.º 4, nas Lajes. Mas, todavia, nós já assistimos a anúncios de intenção de compra de dois submarinos, de seis aviões P-3 de fiscalização de tráfego submarino, de uma possível instalação de uma base naval na Praia da Vitória.

Bem, este é um país que, pelos vistos, terá tantos recursos para tudo isso, mas não tem os recursos suficientes ao longo de anos para instalar, para fixar, uma segunda tripulação para um meio aéreo que até já existe. De facto, é preciso pensar nas

prioridades. E a maior prioridade de qualquer país, com os recursos que tem, devia ser salvar vidas. E é de facto preocupante e, devo dizer, triste que haja outras prioridades que se sobreponham a esta prioridade, que, ainda por cima, custa infinitamente menos do que estas outras que acabei de citar.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O que é que o seu Governo de Coligação fez por isso?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para apreciação desta petição.

(Pausa)

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, cumprimentar todos os cidadãos peticionários desta petição, na pessoa da Sra. Joana Bairos, reforçando a importância desta iniciativa que nos trouxe uma preocupação que é comum a todos.

Efetivamente, nos Açores, por via da nossa descontinuidade geográfica, somos confrontados diariamente com muitos constrangimentos em várias dimensões da nossa vida. E na saúde, uma matéria tão sensível, também se aplica.

Efetivamente, as evacuações aeromédicas colmatam aquilo que é esta descontinuidade e permitem uma extensão da assistência que o Serviço Regional de Saúde presta, seja num contexto interilhas ou para o território continental.

Neste contexto, de há muitos anos para cá, reforça-se aquela que é a importância da Força Aérea Portuguesa nestas evacuações com as suas aeronaves e as suas tripulações, que permitem o acesso a cuidados mais diferenciados. E não raras

vezes mesmo são o garante de um desfecho bem-sucedido e, portanto, em muitos casos salvam vidas.

Para tal também contribuem vários intervenientes, que será importante aqui destacar, até porque também foram mencionados pelos peticionários, que é, nomeadamente, a unidade de deslocações e evacuações aéreas, que está sediada no Hospital do Divino Espírito Santo, ainda que num âmbito regional, assim como aqueles que são os profissionais que assumem as funções de regulação médica, a quem efetivamente compete a decisão final da evacuação e aquela que é a sua priorização clínica, segundo escalas de gravidade que estão cientificamente aceites.

Esta prerrogativa é essencial nos casos em que ocorra uma simultaneidade de pedidos, ou então quando há constrangimentos de ordem meteorológica ou de segurança ou outros que possam colocar em causa a realização de alguma evacuação.

O processo de transporte e acompanhamento dos doentes urgentes e emergentes por via aérea de uma unidade para outra na Região Autónoma dos Açores é efetivamente imprescindível a todos os Açorianos e deve assentar, sem sombra de dúvida, naquilo que são pressupostos de qualidade, segurança e eficácia.

A articulação com a Força Aérea Portuguesa é feita pelo médico regulador em coordenação com a equipa médica de evacuações. E, muitas vezes, atende a variáveis que, infelizmente, são alheias a todos os outros intervenientes do processo e que não podem, obviamente, também ser descuradas.

A identificação da inegável mais-valia de uma segunda tripulação para o helicóptero EH-101, que é aquela que é considerada a aeronave de maior versatilidade, há muito que é pública. Sem sombra de dúvida, permitia cabalmente aumentar a capacidade de resposta no caso das emergências médicas.

No caso concreto desta petição, também destacar, pela voz da primeira peticionária, que não houve reparos àquela que foi a atuação clínica da equipa,

reconhecendo a excelência dos cuidados que foram prestados pelos profissionais que compõem as várias equipas envolvidas, desde a própria unidade de saúde de ilha de Santa Maria, bem como a equipa de evacuações.

Temos vindo a assistir ao longo dos anos a um aumento destas evacuações aeromédicas, por causa multifatorial, associadas àquilo que é o envelhecimento da população, mas também a uma maior exigência das populações e, em boa parte, também pela diferenciação que vem acontecendo ao longo dos tempos, aquela que é uma melhor resposta, quer em termos de diagnóstico, quer em termos de tratamento.

É sabido que, nos Açores, as evacuações são realizadas no âmbito do protocolo entre a Força Aérea e o Governo da República, assinado em 1999 e revisto, depois, uma única vez em 2009. E é com base neste protocolo que estão estipuladas as condições para a realização das evacuações, inclusive o transporte poderá ser feito recorrendo a aeronaves comerciais.

Em todas as situações, em particular nesta, também nos apraz dizer que, efetivamente, em todos os casos, mas na espera mais prolongada, que infelizmente é este caso, ou de espera mais curta, segundo as *legis artis* e cumprindo aquilo que são as condições de segurança, deve-se garantir numa região arquipelágica aquilo que são as melhores condições para que os doentes possam ser estabilizados no local de origem. Efetivamente, tal como a Deputada Hélia aqui já disse, é neste período inicial que se poderão reverter aquilo que são os maiores danos.

Para isso, entendemos que é fundamental continuar a capacitar aquilo que são os serviços de urgência das várias unidades de saúde, nomeadamente das ilhas sem hospital, continuar a capacitar os profissionais com formação diferenciada em emergência médica, capacitar com mais meios técnicos e meios humanos que garantam esta primeira linha de atendimento, que no caso em particular foi crucial e fundamental para o sucesso da recuperação da utente em causa.

E falamos aqui do transporte aéreo, mas há realidades em que o transporte marítimo se impõe, com iguais constrangimentos, ou até mesmo o transporte terrestre. E, portanto, para isso, o Governo Regional também tem vindo a fazer um investimento de aquisição de diversos equipamentos, ou substituição de outros, nas várias unidades de saúde.

É uma matéria que reúne consensos. O Governo Regional tem feito diligências com o Governo da República, nomeadamente com o Ministro da Defesa, uma vez que também aquele compromisso que havia sido assumido em 2022 para a segunda equipa não foi totalmente cumprido.

E, sem dúvida, tal como no passado, o Grupo Parlamentar do PSD reconhece esta preocupação e mantém-se também ao lado dos peticionários nesta preocupação.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tomo a palavra para, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dirigir, em primeiro lugar, uma saudação de reconhecimento aos peticionários pelo exercício desta possibilidade que o nosso enquadramento autonómico permite, e pela preocupação que trazem e que leva a que a mesma seja debatida aqui no Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Quero, também, aproveitar esta oportunidade para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dirigir uma saudação de reconhecimento aos militares da Força Aérea, que, ao longo destes anos, muitas vezes com risco da própria vida, constituem a última barreira que fez, e faz, a diferença entre a vida e a morte para muitos açorianos.

Da mesma forma que esta saudação de reconhecimento é dirigida a esses

militares, quero também a dirigir aos profissionais do Serviço Regional de Saúde que, integrados na unidade de evacuações aéreas, e não só, acompanham esses militares e prestam o apoio necessário para, muitas vezes, resgatar açorianos àquilo que seria um destino fatídico, fruto de circunstâncias e de vicissitudes várias.

Esta petição e os trabalhos que a Comissão desenvolveu a seu propósito, permitem salientar vários aspetos. E há alguns que eu gostaria de salientar nesta intervenção: O primeiro tem a ver com um aspeto que vi falado nas audições, referenciado por parte de alguns intervenientes e referente a uma alegada necessidade de se diminuírem as evacuações aéreas, uma preocupação, portanto, com o número.

A Sra. Deputada Salomé Matos já referiu este assunto, mas é muito importante que se diga, e que se reafirme, que os critérios para o recurso à Força Aérea ou a uma evacuação em avião comercial são, exclusivamente, e devem continuar a ser, critérios médicos, porque é o médico ou os médicos envolvidos que melhor avaliarão se a pessoa pode ser evacuada em avião comercial ou deve ser evacuada pela Força Aérea.

Este é um ponto fundamental e essencial que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer reafirmar aqui, neste momento: os critérios para a evacuação de açorianos são, e devem continuar a ser, exclusivamente critérios médicos, daí dependendo se são evacuados através da aviação comercial, de um voo comercial, ou através dos meios da Força Aérea.

A Sra. Deputada Salomé Matos, e muito bem, faz referência e esclarece uma outra questão que, no âmbito das audições de algumas das entidades, aparentemente, causava estranheza: como é que a população diminui e há um aumento das evacuações? Conforme ela referiu, isso tem a ver com o envelhecimento e com aquilo que são as necessidades que daí decorrem de melhor saúde, de maior recurso ao Serviço Regional de Saúde e a necessidade de acautelar todas estas situações.

Julgo que se há matéria que, do ponto de vista político, reúne consenso nesta Câmara é a questão da segunda tripulação. Por diversos governos, por diversos partidos, tem sido feito esse esforço. O relatório e as audições dão conta das dificuldades que se apresentam no âmbito da satisfação dessa necessidade. Mas resta-nos continuar a insistir, continuar a demonstrar a necessidade para essa segunda tripulação.

Por último, uma questão que foi referenciada por alguns dos intervenientes, dos oradores que aqui me antecederam e que eu gostaria de não deixar passar em claro neste momento: a alegada dívida de 8 milhões de euros que sobre a Região impende em resultado das evacuações aéreas. Vamos ser claros nesta matéria: das evacuações aéreas interilhas, a Região não deve 1 cêntimo!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: As evacuações aéreas interilhas pela Força Aérea são feitas ao abrigo de um protocolo, assinado em março de 2009, que estabelece custo zero para a Região Autónoma dos Açores, da mesma forma que estabelece custo zero para a Força Aérea quando os militares da Força Aérea necessitam de recorrer ao Serviço Regional de Saúde.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, entre as ilhas da Região, as evacuações aéreas feitas pela Força Aérea não acarretam qualquer dívida.

E, já agora, tenho dúvidas que nas evacuações aéreas para o continente, neste momento, seja possível invocar qualquer dívida.

Em 2016, foi aprovado, por este Parlamento e foi aprovada pela Assembleia da República, um decreto legislativo regional e uma lei, respetivamente, que estabelece algo que, surpreendentemente, dezenas de anos depois da Autonomia ter sido instituída, ainda continuava a ser uma questão em aberto: a reciprocidade e a possibilidade de os Açorianos acederem a custo zero ao Serviço Nacional de Saúde quando disso tivessem necessidade. Julgo que, ao abrigo dessa legislação,

é mais do que defensável que não existe uma dívida da Região Autónoma dos Açores para a evacuação de cidadãos açorianos para o continente, exatamente ao abrigo do princípio da reciprocidade que a Assembleia da República e esta Assembleia Legislativa Regional aprovaram em devido tempo.

E vamos ser claros sobre essa matéria, porque é muito importante que não cedamos naquilo que são direitos adquiridos apenas por circunstâncias conjunturais às quais, em matérias desta importância, nunca devemos ceder.

Julgo que há um trabalho a ser feito, é verdade, um trabalho para esclarecer cabalmente essa componente. Mas é muito importante que se torne claro a este propósito: primeiro, não há dívida nas evacuações aéreas interilhas, fruto do protocolo assinado em 2009; e é mais do que defensável que não exista qualquer dívida do Serviço da Região Autónoma dos Açores para com a Força Aérea, fruto do princípio da reciprocidade aprovado pela Assembleia da República, em 2016 — era Primeiro-Ministro o Dr. António Costa —, e por esta Assembleia Legislativa Regional, também em 2016.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para apreciar esta petição.

(Pausa)

Creio não existirem. Consideramos então apreciada a Petição n.º 1/XIII.

Vamos avançar para o ponto 10 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteposta de Lei n.º 6/XIII — “Primeira**

alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela autoridade nacional de emergência e proteção civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som”. É uma iniciativa do Governo Regional.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência que se solicita tem fundamento no facto de a proposta em causa ter sido aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 11 de julho de 2023 e, posteriormente, seguido para a Assembleia da República sob a forma da Proposta de Lei n.º 100/XV/1.

Com o termo da XII legislatura da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a iniciativa em causa caducou.

A presente proposta consiste na versão que foi enviada à Assembleia da República a 8 de agosto de 2023, após aperfeiçoamento da redação final pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que se solicita a dispensa de exame em comissão, uma vez que a proposta em causa já foi objeto de exame em comissão, uma vez que a sua redação não foi objeto de qualquer alteração em relação à versão enviada à Assembleia da República a 8 de agosto de 2023.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está justificada a urgência. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista tende a concordar com a necessidade desta urgência pelo

tema em si, sendo certo que havia sempre aqui a possibilidade, como já aqui se levantou várias vezes, de questionar se não seria necessário fazer um pedido de novo parecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

A verdade é que, do parecer apresentado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados anteriormente, foram apresentadas nesta Casa alterações à proposta inicial que conformam — à exceção da questão do mapa, da delimitação das zonas onde podem ser instaladas as vigilâncias, que é uma questão de menor importância, porque se apela, seguramente, à parcimónia e ao rigor de quem elaborará e autorizará que essas mesmas vigilâncias se façam —, mas havendo, como dizia antes, uma conformação por via das alterações aqui apresentadas com as sugestões dadas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, parece-nos que seria persistir numa situação que redundaria num parecer idêntico e, portanto, seria um questão meramente dilatória e atrasaria o processo, que também nós o reconhecemos como urgente. Por isso mesmo, iremos votar de forma favorável.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esse tipo de argumentário de que a iniciativa já foi discutida em comissão e, portanto, não vale a pena levá-la outra vez à comissão, ainda há dias foi rebatida pela maioria que suporta o Governo, em sede da Comissão de Política Geral (CPG), sobre uma iniciativa do Bloco de Esquerda.

E, nesse sentido, parece-me que isto pode aqui até fazer alguma jurisprudência. Agora, vamos perceber o que é que faz jurisprudência, se é essa posição do Governo, se é a posição dos Grupos Parlamentares que o suportam na CPG e em outras comissões onde essa discussão já tem sido feita. De facto, nós temos de

perceber essa dualidade de critérios. Quando passa demasiado tempo de uma iniciativa, é preciso perceber se é, de facto, importante ou não ouvir todas as pessoas que se ouviram anteriormente, até porque nós temos experiência de que muitas vezes essas instituições mudam a sua forma de ver os assuntos e os temas. Nesse sentido, não poderemos acompanhar a urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na discussão do pedido de urgência, eu não posso deixar de intervir pela surpreendente interpretação de quem apresenta este tipo de proposta com pedido de urgência, com o argumento de que a iniciativa já foi analisada. Eu, sinceramente, já não sei que argumentos é que se consegue invocar para apenas levar a sua vontade avante.

Como já disse o Sr. Deputado Nuno Barata, na Comissão de Política Geral, a maioria de Coligação, com o CHEGA, recusou avocar um relatório onde tinha sido feito um conjunto de audições sobre uma iniciativa, na legislatura passada. Recusou, quis ouvir toda a gente novamente sobre uma iniciativa que não teve uma linha de alteração, um ponto que fosse.

Hoje, o Governo apresenta uma iniciativa que é diferente daquela que foi analisada em comissão porque teve alterações em Plenário e quer abdicar da análise em comissão, quer abdicar de novos pareceres, sobretudo, ainda por cima, quando se trata aqui de matérias que foram até alvo de reservas da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Por isso, eu julgo que cabe à Coligação explicar a sua dualidade de critérios e a sua análise sobre esta matéria.

E daí decorre o nosso sentido de voto também.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Obviamente que vamos aprovar a urgência, por tudo aquilo que já acabou de ser dito, quer dizer, já foi aprovado em Plenário, portanto, já foi mais que analisado por este Parlamento. Antes de ser aprovado por este Plenário, foi analisado pela comissão. Foi feito o devido relato. Portanto, foram avocados todos os documentos necessários na altura. Foi aprovado. Foi para a Assembleia da República.

O que aconteceu foi que caducou por queda do Parlamento. E, portanto, aqui é voltar a reprimatizar a iniciativa que já devia estar a ser implementada no terreno, já devíamos ter esses mecanismos legais ao serviço, por exemplo, da Inspeção das Pescas e não temos.

E, portanto, com este tipo de argumentação, ficamos é convencidos de que o que se pretende é que continue o regabofe, que não haja fiscalização e que isto seja tudo uma libertinagem, porque, quando temos aqui uma iniciativa que é para criar mecanismos que confirmam às nossas autoridades a possibilidade de fiscalizar com mais eficiência e instruir autos para os infratores, arranjam-se aqui mil e um argumentos para atrasar mais este processo. E, portanto, isto aqui também já começa a ser um abuso da nossa paciência política.

(Risos do Deputado da bancada do BE)

Também não há pachorra política para ouvir alguns argumentos, como aqueles

que acabámos de ouvir do Bloco de Esquerda. Já chega!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Pinto já não quer ouvir mais, mas vai ouvir mais uma vez, da parte do PAN.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Politicamente!

O Orador: É exatamente uma iniciativa da legislatura passada que transportamos para esta legislatura, em que nada foi mudado, ao contrário desta iniciativa que está a ser apresentada agora, que não fomos sequer capazes de fazer a avocação de todas as diligências que tinham sido feitas, e foram muitas.

Por isso, não pode haver dois pesos e duas medidas, temos de ser, obviamente, coerentes e acompanhar o PSD. Sobre aquilo que fizeram à iniciativa do PAN, eu tenho de fazer exatamente o mesmo, porque é aquele que acompanha também o Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 6/XIII foi aprovado, com os votos a favor do PSD (22), do PS (21), do CH (5), do CDS-PP (2) e do PPM (1), com os votos contra da IL (1) e do PAN (1), e com a abstenção do BE (1).

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas para a apresentação da iniciativa. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Mário Pinho*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Lei é novamente submetida à discussão e eventual aprovação das Sras. e Srs. Deputados, em virtude de ter caducado com o termo da XII Legislatura do Parlamento Açoriano, nos termos do disposto da primeira parte do n.º 7 do artigo 167.º da Constituição da República Portuguesa.

Esta iniciativa foi aprovada em Conselho de Governo Regional em 29 de setembro 2022, depois aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 11 de julho 2023, tendo seguido para a Assembleia da República sob a forma de Proposta de Lei n.º 100/XV/1, em 8 agosto de 2023.

A Anteproposta de Lei agora apresentada consiste na versão que foi enviada à Assembleia da República após o aperfeiçoamento da redação final pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Passando ao objeto da iniciativa, permitam-me referir que a pesca na Região Autónoma é uma das principais fontes de exploração do mar, criadora de emprego e fixadora de comunidades, revelando-se uma fonte de rendimentos com grande impacto social e económico.

A Inspeção Regional das Pescas e Usos Marítimos, serviço da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, ao qual está atribuída a missão de fiscalização e controlo da pesca, tem conduzido missões inspetivas com o objetivo de averiguar possíveis

infrações às normas jurídicas com incidência na pesca.

Contudo, a abrangência geográfica da área a monitorizar e a fiscalizar que compreende a subárea da Região Autónoma dos Açores e da Zona Económica Exclusiva, com uma extensão de cerca de 1 milhão de quilómetros quadrados, da qual resulta da natureza arquipelágica da Região Autónoma dos Açores, aliada à grande descontinuidade geográfica entre as nove ilhas do arquipélago, é um desafio para o cumprimento dos objetivos da Inspeção Regional das Pescas, autoridade administrativa responsável pela fiscalização da pesca e restantes entidades do SIFICAP (Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Actividades da Pesca).

Aliado a isso, os recursos humanos e materiais existentes, não obstante o esforço considerável que tem sido feito na Região, são insuficientes, constituindo por isso outros dois fatores que têm dificultado a fiscalização necessária de modo a assegurar a eliminação de atividades piscatórias ilegais numa área tão extensa.

A premência da necessidade de aumentar a capacidade de fiscalização e controlo da pesca é justificada pelo objetivo de reduzir ou eliminar a pesca ilegal, prática que causa consequências gravosas no ambiente marinho, para além de defraudar pescadores, do sentimento de impunidade despoletado junto de infratores e do efeito desmotivador que criam para a atuação no âmbito da fiscalização da Região Autónoma.

Nesse sentido, é essencial a implementação de sistemas de videovigilância em áreas marinhas protegidas ou com influência marinha, em áreas proibidas ou temporariamente vedadas ao exercício da pesca, em áreas de restrição à pesca e em áreas com distância da costa, ou de outros pontos de referência, ou com profundidades inferiores ao legalmente estabelecido para o tipo de artes de pesca utilizadas, que permita a deteção, em tempo real ou quase real ou através de registo, de atividade ilegal da pesca e cujas imagens captadas possam ser utilizadas como meio de prova em processos de contraordenação.

Fiscalizar a pesca através de sistemas de videovigilância, com recurso a câmaras de videovigilância fixas, instaladas em áreas costeiras, e também com recurso a sistemas acoplados a aeronaves tripuladas remotamente, no caso dos drones, permite uma poupança significativa em recursos humanos e materiais, mas também garante maior transparência e fiabilidade de dados, além de tornar mais eficiente a averiguação do cumprimento da legislação, contribuindo, ainda, para um maior cuidado dos pescadores no desenvolver da sua atividade.

Estes instrumentos devem acompanhar o trabalho realizado não só pelas forças e serviços de segurança, mas também pelos serviços de controlo, inspeção e vigilância na área da pesca, desde logo integrados no Decreto-Lei n.º 79/2001, de 5 de março, que corresponde às instituições SIFICAP, que institui e regulamenta o sistema integrado de informação e apoio à vigilância, fiscalização e controlo da atividade da pesca.

Os sistemas de videovigilância apenas podem ser usados para a prossecução dos fins previstos na Lei de Segurança Interna, aprovada pela Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, constituindo a defesa do ambiente um dos fins previstos na citada lei. Nesse contexto, importa agora consagrar expressamente na lei que os sistemas de videovigilância podem ser usados para a proteção e conservação do meio marinho e preservação e recuperação dos recursos vivos marinhos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A opção de utilizar sistemas de videovigilância já foi equacionada e apresentado estudo de avaliação de impacto sobre a proteção de dados à Comissão Nacional de Proteção de Dados no respetivo parecer que evidenciou.

Ainda que se reconheça a adequação da utilização de sistemas de videovigilância sobre o domínio público marítimo para prosseguir a função de monitorização da atividade piscatória, a Comissão Nacional de Proteção de Dados entende não existir fundamento de licitude para a realização do tratamento de dados pessoais que aquela utilização implica, uma vez que estão preenchidos os pressupostos

definidos na Lei n.º 1/2005, desde logo porque o caso da entidade responsável, e este é um dos problemas, pelo tratamento não está abrangido pelo âmbito da aplicação do subjetivo deste diploma legal.

E os demais diplomas legais, em especial o Decreto Legislativo Regional invocado, têm de ser interpretados em conformidade com aquela Lei Geral da República, por se tratar de matéria da competência reservada da Assembleia da República.

Nestes termos, a utilização do sistema de vigilância composto por câmaras de vídeo fixas e câmaras de vídeo ou outros dispositivos acoplados a drones só será admissível no quadro jurídico vigente se forem adotadas medidas definidas e condições de utilização que garantam não ser possível a identificação, direta ou indireta, de pessoas singulares, o que, contudo, pode não se revelar adequado à finalidade declarada da fiscalização da atividade piscatória.

Atento ao supra-exposto e considerado que a Lei n.º 1/2025, de 10 de janeiro, foi precisamente revogada pela Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, torna-se premente alterar este diploma.

Dizer ainda que a Direção de Serviço de Inspeção, Monitorização e Controlo de Atividades Marítimas da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos concorda com o teor desta iniciativa, bem como a Secretaria Regional do Mar e das Pescas do Governo Regional da Madeira.

A terminar, permitam-me salientar que foi autorizada a utilização de sistemas de vigilância rodoviária, de sistemas municipais e de sistemas de vigilância e deteção de incêndios rurais, pelo que, na perspetiva do Governo Regional dos Açores, deve também ser autorizada a utilização de sistemas de vigilância para a proteção e conservação do meio marinho e para a preservação e conservação dos recursos vivos marinhos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Anteproposta que o Governo aqui nos traz, de facto, põe em causa ou evidencia a necessidade de aumentar os meios de fiscalização dos nossos recursos naturais para preservar quer a atividade piscícola, quer também esses mesmos recursos. E, portanto, parece-nos que não podemos de umas vezes dizer que é necessário preservar os nossos recursos e, por outro lado, depois não concordar que para preservar esses recursos temos de aumentar os meios que permitirão fiscalizar e salvaguardar esses mesmos recursos.

E, portanto, à partida, concordamos com o Sr. Secretário quando propõe que através deste diploma se faça uma restrição dos direitos, liberdades e garantias, com o respeito por aquilo que a lei manda e pelas orientações dadas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, por forma a permitir que a preservação desses recursos seja efetivamente conseguida.

E, portanto, está excluída a possibilidade da gravação de som, tal qual como eles diziam. Foi isso corrigido aqui por intermédio de propostas de alteração. E nós, portanto, concordamos com esse respeito que era minimamente exigido.

Parece-nos que, salvaguardadas essas circunstâncias, não existirá razão alguma do ponto de vista da substância para que este documento não volte a subir à Assembleia da República para ser aprovado.

Finalmente e apenas porque é importante realçar, tem a ver com a nota dada previamente quer pelo Sr. Deputado Nuno Barata Almeida e Sousa, pelo Sr.

Deputado Pedro Neves, do PAN, bem como pelo Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, a verdade é que, relativamente à votação da urgência deste diploma, o Partido Socialista votou em coerência com aquilo que também tinha defendido em comissão e é aquilo que entende que também deve acontecer neste caso. Tudo quanto se puder fazer para evitar meios dilatatórios, quando seja possível garantir que as coisas subam e se resolvam com solidariedade, aqui estaremos para isso. Era isso que me aprazia dizer em nome do Partido Socialista. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um bom dia a todos, antes de mais.

Iremos acompanhar, como é óbvio, como já o tínhamos feito.

E deixávamos apenas aqui uma ressalva: que esta vigilância não seja apenas para apanhar os bandidos, mas que seja também uma forma de segurança para os nossos pescadores, que bem precisam. Podemos fazer isto.

E que não seja apenas para os nossos pescadores, que possamos também recolher imagens do que anda para aí a acontecer e que os negacionistas — nem vou dizer quem são — dizem que é mentira. Coreanos, espanhóis, chineses...

Deputado Nuno Barata (IL): Ah, mas não é isso que vai resolver o problema!

O Orador: Nós conseguimos apanhar. Isto é um bocadinho como a rede de pesca, o que passar na rede de pesca vamos analisar se é peixe para comer ou não.

E era bom que se começasse a fazer o trabalho que a República não quer fazer, que nós pudéssemos dar esse contributo, porque nós não podemos ter os nossos

pescadores proibidos de pescar algumas espécies, quando outros vêm cá apanhar as espécies que nós estamos proibidos de apanhar ou que já não temos quota para apanhar. Era essa ressalva, Sr. Secretário, que tínhamos de fazer em nome do CHEGA.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Anteproposta é uma iniciativa da maior importância para o futuro das nossas comunidades piscatórias, para o equilíbrio dos nossos ecossistemas marinhos e para a sustentabilidade da economia azul da nossa Região, o reforço da fiscalização e do controlo da pesca.

Como todos sabemos e como refere a própria iniciativa, a pesca ilegal continua a representar uma percentagem preocupante no cálculo total de todas as capturas. Estas práticas ilícitas não só comprometem a sustentabilidade das espécies marinhas, como também prejudicam gravemente os pescadores que exercem a sua atividade de forma legal e com respeito pelas regras. A existência de concorrência desleal é uma injustiça para aqueles que cumprem os regulamentos, trabalham arduamente e asseguram que o património marítimo que herdamos seja também legado às futuras gerações.

Entre as medidas necessárias para combater este problema, a implementação de sistemas de videovigilância nas áreas marinhas protegidas e em zonas de grande influência marinha permitem não só dissuadir a pesca ilegal, como também monitorizar em tempo real atos que podem colocar em risco os nossos recursos marítimos.

A integração e recurso a estas tecnologias nos sistemas de fiscalização não é apenas uma questão de inovação, é uma necessidade imperativa para garantir a

equidade entre todos e garantir o cumprimento da lei.

Esta proposta coloca a tecnologia e a inovação ao serviço da inspeção, fornecendo às autoridades competentes um mecanismo legal para aceder às imagens e gravações que podem constituir provas em processos judiciais.

Para o CDS, a necessidade de reforçar esses mecanismos de fiscalização e controlo é essencial para proteger os nossos recursos naturais e assegurar uma competição justa no setor das Pescas.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor.

Deputado Paulo Margato (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores têm a missão clara de liderar a proteção das nossas águas e dos nossos recursos marinhos.

Somos guardiões de um património único e imprescindível, que não nos pertence apenas a nós, mas também às futuras gerações.

A proposta que debatemos hoje é um passo firme e decisivo nesta missão. Propomos a utilização de mecanismos de videovigilância para defender as áreas marinhas protegidas e combater a pesca ilegal.

Esta não é apenas uma medida técnica, mas uma estratégia justa, necessária e urgente.

A pesca predatória ameaça não só os nossos recursos, mas também a subsistência de milhares de profissionais que dependem do mar.

Mais do que isso, compromete o equilíbrio ecológico e o papel que os Açores desempenham como modelo de preservação ambiental.

Recentemente, esta Casa aprovou a proteção de 30 % das nossas águas como áreas marinhas protegidas, demonstrando o compromisso da nossa Região com a

sustentabilidade. No entanto, proteger no papel não é suficiente. Precisamos de mecanismos eficazes que nos permitam agir.

Esta iniciativa dá-nos essas ferramentas. Ela representa uma medida dissuasora, capaz de prevenir infrações.

Mais do que punir, queremos proteger. Proteger hoje para garantir que haverá recursos amanhã.

Sem mecanismos funcionais, a proteção torna-se vazia. E a videovigilância é uma dessas ferramentas indispensáveis.

Sras. e Srs. Deputados:

A videovigilância já é amplamente utilizada para proteger estradas, cidades e florestas, entre outras imensas áreas públicas. Porque não aplicar a mesma lógica aos nossos oceanos?

A Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores representa 57 % da Zona Económica Exclusiva Nacional. É um território vasto e de importância estratégica, não apenas para os Açorianos, mas para Portugal e para o mundo.

Esta proposta também garante a defesa dos nossos recursos contra ameaças externas, sejam elas nacionais ou internacionais.

É também uma garantia da nossa soberania sobre estas águas, um reforço da nossa jurisdição e da nossa capacidade de agir com base em provas sólidas e inequívocas.

Esta proposta é robusta e está em total conformidade com a lei. Está alinhada com os compromissos globais de preservação ambiental e com o interesse coletivo de proteger o que é nosso.

Este é o momento de agir. Este é o momento de liderar.

Aprovar esta proposta é reafirmar que os Açores estão na linha da frente na defesa dos oceanos. É assumir o compromisso de proteger o que é nosso. É garantir que o futuro não será comprometido pela inação do presente.

Sras. e Srs. Deputados:

O PPM vota a favor desta proposta.

Queremos reforçar o nosso papel como líderes na proteção do meio ambiente e garantir que os Açores continuem a ser um exemplo para o mundo.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No seguimento daquilo que disse no debate da urgência e até pelo seguimento do que disse o Sr. Deputado João Vasco Costa, do Partido Socialista, este diploma é ligeiramente diferente daquele que aprovámos aqui... Aliás, não é diferente, é diferente daquilo que entrou neste Plenário e que depois saiu melhorado, conforme se sabe, por diferentes propostas de alteração, inclusivamente da Coligação.

Os sistemas de vigilância através de câmaras são, para a Iniciativa Liberal, algo que não nos agrada.

Aliás, até sobre a Comissão Nacional de Proteção de Dados, achamos inusitado o parecer que deu sobre este diploma, depois de ter aprovado o diploma da Câmara Municipal de Ponta Delgada, por exemplo, que é muito mais invasivo, muito mais austero para os cidadãos do que este que aqui temos em presença.

Eu atrevo-me a citar a esse respeito um iluminista, dos primeiros iluministas americanos, um pai fundador daquilo que é conhecido hoje como os Estados Unidos da América, Benjamin Franklin, que dizia que “aqueles que abrem mão das suas liberdades para garantir pequenas notas de segurança não merecem nem

uma nem a outra”. A esse respeito, que fique claro que a Iniciativa Liberal só acompanha esta iniciativa do Governo dos Açores na medida em que ela pode contribuir para a melhoria da fiscalização do exercício da pesca na Região Autónoma dos Açores.

No entanto, ao contrário do que disse o Sr. Deputado José Pacheco, esta medida não vai fiscalizar, não vai trazer grande aportação à fiscalização das frotas internacionais que pescam no mar dos Açores, vai sim permitir uma melhor monitorização de reservas, como por exemplo as Formigas, como por exemplo o Ilhéu de Vila Franca, como por exemplo as áreas costeiras da ilha de São Miguel, que nós sabemos que são violentamente violadas todos os dias, e vai permitir também alguma fiscalização até às 14, 15 milhas da costa na nossa Região, o que também é importante tendo em conta que muita da nossa frota viola as 12 milhas e as 3 milhas com o uso de palangre de fundo, uma arte que é altamente predadora e que cria alguns problemas aos recursos, assim como a utilização de algumas redes, licenças antigas que ainda existem para o uso de redes de emalhar junto à costa.

Nesse sentido, vamos acompanhar, aliás, como acompanhámos anteriormente, essa proposta, mas não sem deixar o alerta para que seja criteriosamente utilizado esse mecanismo. Nós sabemos que a legislação existe, desde o CCTV (circuito fechado de televisão), toda a legislação que foi criada para a vigilância dos incêndios, para as autoestradas. Ela existe, mas é sempre mal utilizada.

E eu vou dar só um pequeno exemplo daquilo que é um bom exemplo do que de mal é feito nessa matéria: todos nós conhecemos o caso das escutas a José Sócrates, todos nós conhecemos o caso das escutas a Jorge Nuno Pinto da Costa, que três dias depois estavam plasmadas nos jornais e a serem transmitidas pelo YouTube, por estações de televisão nacionais, e que ninguém sabe como é que elas saíram da Polícia Judiciária e do Ministério Público.

E, portanto, quando acontecem essas coisas, obviamente que também nos

preocupa o que é que vai ser feito com a gravação dessas imagens, seja na Inspeção Regional das Pescas, seja na Capitania do Porto da Horta, seja na Capitania do Porto de Vila do Porto. E é sempre bom termos isso presente. As escutas, mesmo que sejam ilegais, não podem ser utilizadas. A sua ilegalidade é uma redundância de ilegalidade. E foi isso que aconteceu neste país e tem acontecido sempre nos grandes processos, em todas as situações que têm ocorrido no país e que todos nós conhecemos.

E, portanto, dizer que isto está tudo muito bem legislado e que está à prova de bala? Não. Está legislado, está à prova de bala, mas o que é certo é que as balas têm passado como o que passa num cesto roto. E é isso que preocupa a Iniciativa Liberal, que por uma parte estejamos a garantir a segurança, mas por outro lado vai haver uma devassa total da vida dos cidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Anteproposta de Lei que nos traz aqui o Governo Regional, que procura conferir um quadro legal para que a Inspeção das Pescas possa aceder e utilizar sistemas de videovigilância, de gravação de imagens e de som, é extremamente pertinente, até por todos os motivos que já foram aqui ditos de utilização. É utilizada nas mais vastas áreas, com bons resultados. O mundo, hoje, está quase todo vigiado, digamos assim.

Portanto, na falta de recursos humanos, na falta de outro tipo de meios, a videovigilância é efetivamente uma ferramenta imprescindível para a obtenção da matéria probatória para punir os prevaricadores, sem dúvida.

Agora, a videovigilância não precisa de ser acompanhada. É verdade que diminui a necessidade de ter operacionais da força de segurança com competência na área

para acudir, digamos assim, às situações, mas os vídeos e o som não fazem detenções nem apreensões. Essas, sim, são absolutamente necessárias, porque aqueles que de forma intencional querem praticar o ato ilícito vão-se precaver. A videovigilância tem desde logo o efeito dissuasor. Portanto, aqueles que querem efetivamente praticar o mal arranjam formas de contornar esses sistemas. Não contornam o sistema por completo, por isso é preciso ter equipas, ter alguém que acorra às situações e que possa efetivamente fazer as apreensões e assim responsabilizar os infratores.

Portanto, nós, obviamente, vamos acompanhar esta iniciativa, considerando-a muito pertinente.

Não tenho muito mais a acrescentar, até porque não sou especialista em videovigilância.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer que é uma curiosa ironia estarmos a debater a fiscalização de áreas protegidas na mesma semana em que desprotegemos áreas protegidas. É, de facto, uma curiosa e triste, deixe-me dizer, ironia.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: É verdade!

O Orador: Há, de facto, pressão sobre os recursos. E a pressão é causada pela pesca legal, seja profissional, seja lúdica, e é causada pela pesca ilegal. E, como é evidente, os recursos, o meio ambiente e vida marinha também estão sob pressão, que decorre também de questões que não têm a ver com a atividade da pesca, têm a ver com a poluição do meio marinho, com as alterações climáticas, que, como é evidente, também influenciam o equilíbrio dos ecossistemas e a abundância dos recursos.

Nem tudo se deve, como é evidente, ao exercício da pesca, mas ele e o seu

controlo têm de existir. Ele não é perfeito, existe. O Sr. Deputado Pedro Pinto diz que é um regabofe. O Sr. Secretário dirá se concorda que o que existe é um regabofe. Eu acho que não é. Mas o Governo, que governa há 4 anos, se tornou a fiscalização da pesca num regabofe, e isto é dito por um partido do Governo, não é dito pelo Bloco de Esquerda, se o Governo tornou o exercício da fiscalização da pesca num regabofe, é efetivamente muito preocupante. E se é preciso câmaras de vigilância para controlar o regabofe, muito mal estamos.

Mas como eu não acredito muito no Sr. Deputado Pedro Pinto, quero acreditar que não há aqui um regabofe ainda.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ainda bem, fico feliz!

O Orador: Aquilo que estamos a falar, também é preciso dizer, são processos contraordenacionais, não configuram em regra crime, por isso o alerta que deixou na passada legislatura a Comissão Nacional de Proteção de Dados quanto à proporcionalidade dos meios e dos valores que estão aqui em causa, o direito à privacidade e a proteção do meio marinho.

No seguimento desses alertas, este Parlamento aprovou um conjunto de alterações à proposta inicial do Governo, que vieram efetivamente corrigir ou pelo menos mitigar alguns dos problemas que estavam em causa na proposta inicial, nomeadamente a gravação de som, que era, como é óbvio, uma questão que não poderia acontecer. E isto era, para nós, fundamental que não estivesse no diploma. E também a proibição de captação e gravação de imagens em zonas balneares. Todos percebemos também que não é, de modo algum, aceitável.

Por outro lado, a proposta não resolveu e continua a não resolver uma das questões que, na nossa opinião, deveria constar nesta segunda proposta. E o proponente, que é o Governo, devia ter trabalhado essa proposta, porque também não é linear como é que ela deve ser feita. E é uma questão técnica delicada, que é o regime de utilização de drones. E a preocupação da Comissão Nacional de Proteção de Dados alertava no seu parecer para a utilização de drones nas faixas marítimas da

zona costeira. E é também por demais evidente, pelo caráter móvel desses equipamentos, que a sua utilização na zona costeira é altamente invasiva, porque uma coisa é uma câmara que está instalada num local fixo, outra coisa...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Claro, toda a gente sabe onde é que ela está.

O Orador: ... é um aparelho que circula de forma livre na zona costeira e que pode filmar as tais zonas balneares que, por outro lado, a proposta restringe na utilização de câmaras. Há aqui, desde logo, o que nos parece ser uma contradição, que nos leva a continuar a ter as mesmas reservas que tivemos quanto à proposta original, na qual nos abstivemos por estes motivos também, quanto à proporcionalidade do meio.

Mas nós consideramos que é fundamental que o exercício da pesca seja mais controlado e que saibamos exatamente o que é que se está a passar nas nossas águas, em cada uma das embarcações que aqui circulam.

Foi por isso que na altura nós questionamos o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas sobre a instalação dos aparelhos de MONICAP em todas as embarcações. Nessa altura, o Sr. Secretário respondeu que esse era um investimento que estaria em curso, no valor de 600 mil euros. Ora, com a instalação desse equipamento em todas as embarcações, grande parte do problema que esta questão quer resolver fica resolvido, porque aí saber-se-á onde está cada uma das embarcações, a cada momento, em tempo real, quer esteja este local abrangido por câmara, quer não esteja.

Por isso, aquilo que pergunto ao Sr. Secretário são duas coisas: em primeiro lugar, se há, ou não, um regabofe nas pescas. Eu julgo que era importante esclarecer aos Açorianos se o que diz o Sr. Deputado Pedro Pinto é verdade. Há, ou não, um regabofe na fiscalização das pescas nos Açores?

Deputado Nuno Barata (IL): Claro que há!

O Orador: Em segundo lugar, gostaria de saber como é que está a instalação dos aparelhos de MONICAP em toda a frota de pescas da Região.

Mas também não posso, não resisto, deixar de dizer ao Sr. Deputado Pedro Pinto que teve muita pressa em discutir esse diploma porque há um regabofe, mas não teve pressa em discutir o diploma que o Bloco de Esquerda apresentou que diz respeito às nomeações para dirigentes na Administração Pública. Sr. Deputado, deixe-me dizer que aí, sim, há um regabofe.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. O Sr. Deputado António Lima estava com saudades de me ouvir. Pois bem, Sr. Deputado, cá estou eu no debate para debater ideias políticas consigo. Ouvi atentamente o que disse. E nos 4 a 5 minutos em que estive no uso da palavra, o senhor não pronunciou uma única vez o vocábulo “ilegal” associado à pesca.

Deputado António Lima (BE): Por acaso pronunciei.

O Orador: E, portanto, fica bem claro neste Parlamento e para todos os Açorianos que nos assistem que se há partido que defende, se há partido que tenta proteger as práticas de pesca ilegal, é o Bloco de Esquerda. Nem uma palavra condenatória para as práticas de pesca ilegal. Este diploma é um grande problema, é uma devassa para os cidadãos, para os coitadinhos dos cidadãos que agora vão ter câmaras. Ainda por cima, câmaras em drones, que eles nem sequer sabem onde é que elas andam. Bom é ter a câmara bem fixa num poste bem grande, com uma pintura bem garrida, para que toda a gente saiba onde é que está a vigilância. Portanto, esta é que é a preocupação do Bloco de Esquerda. A preocupação do Bloco de Esquerda não é tão pouco condenar politicamente neste Parlamento as práticas de pesca ilegal.

Sr. Deputado, ligue o microfone e diga se o Bloco de Esquerda condena as práticas

de pesca ilegal e se está ao lado de mais e melhor fiscalização para impedir que haja pesca ilegal nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, para um protesto.

Presidente: Um protesto a...

Deputado António Lima (BE): Às declarações do Sr. Deputado Pedro Pinto, que afirmou que o Bloco de Esquerda defende a pesca ilegal.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, o protesto deve-se, claramente, para repudiar frontalmente aquela que é uma intenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS, de querer colocar na minha boca e acusar o Bloco de Esquerda de defender atividades ilegais.

Em primeiro lugar, não costumo fazê-lo e acho que é uma má prática, mas face à gravidade das acusações, peço que seja transcrita a minha intervenção inicial com urgência, porque uma das primeiras frases que eu disse foi que os recursos piscícolas, não foi o termo, mas que os recursos marinhos são sujeitos a diversas pressões, nomeadamente a pesca legal e ilegal. Eu referi esta palavra. E, aliás, o Sr. Deputado Pedro Pinto referiu que eu não tinha proferido. E mesmo que não tivesse proferido, não se poderia tirar das minhas palavras que o Bloco de Esquerda defende qualquer tipo de ilegalidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os de caniço então!

O Orador: Não vale tudo no debate político. E o Sr. Deputado Pedro Pinto, por ter metido a pata na poça e ter dito que há um regabofe nas pescas e na fiscalização

das pescas, quis tentar disfarçar a sua incompetência, por isso tentou acusar os outros daquilo que é exatamente o seu problema, que é uma profunda incompetência e desonestidade intelectual no debate.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Temos saudades da Alexandra Manes.

Deputada Inês Sá (PS): É uma questão de lhe telefonar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, querendo...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Claro que quero, Sr. Presidente. Já cá estou à espera que me seja concedida a palavra.

Presidente: Tem a palavra para um contraprotesto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu estava à espera de que o Sr. Deputado António Lima tivesse feito uma de duas coisas: ou pedir uma intervenção, pedir o uso da palavra para anunciar aos Açorianos que o Bloco de Esquerda, obviamente, é contra e defende a fiscalização para evitar a pesca ilegal, coisa que não fez; ou que pedisse a defesa da honra, sua ou da sua bancada, por, obviamente, se sentir ofendido por aquelas que foram as minhas declarações, coisa que também não fez. Pediu um protesto, tudo bem, é uma outra figura regimental. Mas em momento nenhum do seu protesto afirmou categoricamente que o Bloco de Esquerda é contra a pesca ilegal e que o Bloco de Esquerda é a favor da fiscalização e que o Bloco de Esquerda é a favor de cada vez mais e melhor fiscalização para evitar a pesca ilegal.

Deputado António Lima (BE): E é preciso? Eu disse isso na minha intervenção inicial!

O Orador: Foi incapaz de dizer isso. Está e vai ficar registado para a posteridade no diário das sessões. Felizmente que esta sessão é transmitida por vídeo e, portanto, para além de ficar registado para a história nos registos da RTP Açores, também fica registado no canal de vídeo do nosso Parlamento.

E, portanto, Sr. Deputado António Lima, eu estava sossegado aqui na minha bancada à espera do próximo ponto da agenda para poder intervir, V. Exa. é que solicitou a minha intervenção. Pelos vistos, não gostou. Temos pena. Mas eu cá tentei aceder àquilo que foi o seu pedido. Queria ouvir-me. E eu, obviamente, não recuso qualquer desafio e estou aqui para ser ouvido, já que V. Exa. pediu tanto. E, portanto, insisto porque V. Exa. já teve duas oportunidades e não o fez. E eu só posso concluir insistindo que o Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima é a favor da pesca ilegal, é contra a fiscalização, é contra mais e melhores meios de fiscalização, porque quer que na pesca haja um verdadeiro regabofe, com pesca ilegal.

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado António Lima (BE): O senhor é que quer isso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado do Bloco de Esquerda acabou de dizer que seria, eu não me recordo bem o termo que utilizou, mas, pronto, uma hipocrisia, digamos assim, não sei se foi este o termo, ou um cinismo, portanto, que andávamos aqui a tentar vigiar as reservas, preservar as reservas, na semana em que se autorizou a pesca?! Eu até fico menente! Que o Bloco de Esquerda gosta pouco de polícia e de policiamento, essa parte já sabíamos. Agora, eu não sei se foi audível: a pesca de caniço. O Sr. Deputado recuou. No fundo, o que se autorizou foi a entrada e saída de barcos na Caloura. E autorizou-se a pesca de caniço.

Eu até fui acusado de estar a defender-me a mim próprio para poder organizar torneios de pesca. Por acaso, já mandei uma mensagem para a Ribeira Chã, para que se organize imediatamente. Eu cá não gosto nada de ter a fama e não ter o proveito. Vai-se organizar um torneiozinho. O senhor vai ser convidado para júri. Não é para pescar, é para júri.

Então, Sr. Secretário, fazendo a vontade ao Bloco de Esquerda, e para que eu não seja um dos bandidos, recomendo imediatamente que em frente à Ribeira Chã, no pesqueiro da Ribeira Chã — porque aquilo é nosso, que ninguém nos roube aquilo — seja instalada uma câmara de vigilância, e à minha porta um drone, para que, sempre que eu sair com um caniço, percebam se eu vou pescar legalmente ou ilegalmente. Isto é ridículo, não é?

Pesca de carapau e pesca... Confundi-se tudo para se ter um argumento. Quando não há argumentos, usa-se a pesca do carapau. Coitadinhos dos carapaus. Isto é ridículo, não acham? Açorianos, é para isso que vocês nos pagam? Não, não é. Isto é ridículo!

Concordo com o que o Sr. Deputado disse, nós temos de garantir a segurança e os meios (agora falha-me o nome) das embarcações. Sim senhor, já o dissemos várias vezes. Agora, não vamos é expor-nos ao ridículo. Eu continuo a achar que até a segurança devia estar em primeiro lugar. A vigilância não, estamos aqui...

E a pesca ilegal que se faz nos marítimo-turísticos, ninguém quer falar disto? Mas devíamos falar todos disto. Eu vou recebendo muitas denúncias. Ninguém quer falar disto. Há tanta vaca nestes Açores. E algumas delas são sagradas. Temos de chamar, perdoem-me a expressão, os bois pelo nome. A vigilância serve também para isto.

E ao contrário do que diz aqui o Sr. Deputado de Iniciativa Liberal, muitos dos meninos estrangeiros andam muito perto da costa. E só não vê quem não quer. Espero que as câmaras de vigilância tenham essa utilidade.

Sr. Secretário, não se esqueça do drone por cima da minha casa. Sempre que eu

for pescar carapau, tenho de levar, enfim, a devida multa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12 horas e 5 minutos.

Eram 11 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem inscrições.

Eram 12 horas e 6 minutos.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Basicamente, muita coisa foi dita. Obviamente, o Grupo Parlamentar do PS já assumiu a sua posição relativamente a este documento, mas, perante também os considerandos que vieram no âmbito do debate, o Grupo Parlamentar do PS quer fazer algumas considerações e também levantar uma questão ao Sr. Secretário.

De facto, esta Anteproposta de Lei, utilizando os meios audiovisuais ou de videovigilância, vem melhorar, que é isso que interessa, a atividade piscatória, não só no contexto do que é a pesca profissional, mas também no âmbito da pesca de recreio, da náutica de recreio. Mas também vem permitir outra questão importante, que é o tráfego dos navios dentro da Zona Económica Exclusiva.

Gostaria também de referir que, ao abrigo da Política Comum de Pescas, toda a frota europeia tem MONICAP a bordo. Isto significa que, obviamente, até nos acordos de pesca de Portugal com Espanha, entre as 100 e as 200 milhas, no caso concreto da frota espanhola, é motorizada pelo sistema MONICAP, através da

Inspeção Geral das Pescas, que reporta também os dados à Inspeção Regional das Pescas.

Gostaria também de lembrar que a Região Autónoma dos Açores tem competências próprias e responsabilidades nesta matéria, que foram aqui regulamentadas, que tem a ver com o quadro legal da pesca açoriana, nomeadamente o ponto 3 do artigo 179.º do DLR n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, com a alteração que sofreu através do DLR n.º 11/2020/A, de 13 de abril, que permite, obviamente, a instalação de meios ou equipamentos em determinadas embarcações ou em determinadas zonas.

E a questão, que não deixa de ser pertinente e que todos nós temos conhecimento, por isso eu penso que este debate é extremamente importante nessa matéria, tem a ver com o sistema MONICAP do ponto de vista da sua legalidade, pelo Decreto-Lei n.º 383/98, de 27 de novembro, que obriga a que as embarcações com mais de 15 metros tenha o sistema a bordo, do ponto de vista da sua motorização e da atividade que fazem.

Muitas das vezes, a lei não tem em conta as especificidades das Regiões Autónomas, a nossa especificidade concreta, até porque grande parte da nossa frota, mais de 65 % da frota tem menos de 15 metros. E a questão que se coloca é que é obrigatória a utilização do MONICAP nas embarcações com mais de 15 metros, mas nós temos um conjunto de embarcações, e refiro-me concretamente à pesca profissional, com menos de 15 metros e que exercem a atividade de palangre de fundo.

Aquando o debate anterior desta iniciativa, o anterior Secretário assumiu claramente... E aí faço uma ressalva ao colega António Lima, porque acho que este assunto é demasiado sério para ser banalizado. O Deputado António Lima levantou uma questão que é muito importante: a Região tem autonomia para instalar a bordo das nossas embarcações sistemas que permitem a sua monitorização. Atendendo a que nós temos 65 % da frota — obviamente que não

pescam todos com palangre de fundo, mas parte dela pesca — com menos de 15 metros, houve uma assunção de compromisso por parte do Governo Regional dos Açores, assumido aqui na discussão deste diploma a instalação desses equipamentos.

Sr. Secretário, eu percebo e todos nós percebemos que são equipamentos que têm um custo muito elevado, mas, como tudo na vida, o caminho tem de se fazer caminhando. Portanto, nós temos de dar esse passo. O Governo Regional dos Açores vai instalar equipamentos a bordo dessas embarcações que pescam com a arte de palangre de fundo? Esta é a primeira questão.

E deixar também uma reflexão à Câmara. Primeiro, as leis, na nossa opinião, não estão mal feitas, estão bem feitas, nomeadamente o regime geral das contraordenações aplicado em matéria de pesca, no que diz respeito ao diploma nacional, ao Decreto-Lei n.º 383/98, que confere um conjunto de infrações, que estão lá transmitidas do ponto de vista das suas contraordenações no regime jurídico. Quanto à aplicação da lei, neste caso concreto, os órgãos próprios da Região, a Inspeção Regional das Pescas como entidade que procede ao sistema contraordenacional, se as sanções acessórias estão a ser aplicadas. Que deleguem responsabilidades nas infrações cometidas.

E a segunda questão, que eu acho que é muito importante e é uma reflexão que deixo à Câmara, é: atendendo a que a Região tem tamanhos mínimos, tem períodos de defeso, tem áreas de reserva, de que forma tem de ser ponderado se será matéria de crime ou não, até num contexto também nacional, como acontece em muitos países europeus, em muitos destes processos?

Portanto, Sr. Secretário, agradeço, por favor, que nos dê alguma informação sobre as questões que levantei.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Mário Pinho*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para responder ao Sr. Deputado Nuno Barata, permitam-me que cite também Vitorino Nemésio: “Os açorianos são portugueses do mar alto.” E é esta nossa condição de sermos “portugueses do mar alto” que leva a que esta matéria seja transversal a vários Governos, a vários Secretários, com uma preocupação comum: a urgência nesta matéria e também a preocupação do desenvolvimento tecnológico para assegurar o controlo da nossa Zona Económica Exclusiva.

Em segundo lugar, também dizer ao Sr. Deputado Nuno Barata e ao Sr. Deputado António Lima que as preocupações que colocam são legítimas, mas estão asseguradas neste sentido. Por isso é que este processo é um processo que tem sido relativamente longo, demorado, exigindo um conjunto de negociações, quer com a República, quer com a Região Autónoma da Madeira, de maneira a desenvolver um sistema cujo controlo e regulação fiquem assegurados e esses medos não sejam banalizados.

Todo este sistema é desenvolvido no âmbito das instituições SIFICAP. As instituições SIFICAP são a Força Aérea, a Marinha Portuguesa, a Direção-Geral de Recursos Marinhos (DGRM), a Região Autónoma da Madeira e dos Açores por via das Inspeções Regionais das Pescas.

Portanto, é nesse sentido que a Inspeção Regional das Pescas já tem aqui regionalizado o centro de controlo. Neste momento, nós estamos a observar as nossas embarcações no nosso centro de controlo, assegurando toda essa confidencialidade que se exige.

Também dizer-vos o seguinte: este é um primeiro passo que estamos a iniciar. É verdade que toda esta tecnologia que estamos a implementar tem limitações, Sr. Deputado António Lima. É legítimo aquilo que diz. Mas é também legítimo dizer-lhe que o que a Assembleia Legislativa faz hoje é transmitir este conhecimento às gerações seguintes, para que possam desenvolver e possam ter meios para

desenvolverem eles próprios os sistemas que têm de assegurar, quer a segurança, quer o controlo daquilo que é seu, que são as Zonas Económicas Exclusivas.

E também dar oportunidade de podermos desenvolver aquilo que os Açorianos, parece-me que é unânime, têm de assegurar: a fronteira da Europa e do país e dar dimensão marítima quer ao país, quer à Europa. E é por esta via que nós pensamos que podemos fazer.

Também dizer-lhe que, em termos tecnológicos, temos a ambição de pegar nestes meios e nestas infraestruturas e desenvolver. Neste momento, podemos dizer que os drones, como diz o Sr. Deputado Nuno Barata, têm uma ação limitada. Mas a ambição é que, em termos tecnológicos, possamos desenvolver sistemas nós próprios, possamos até exportar para outras partes do mundo, possamos fiscalizar e monitorizar.

Atenção que não temos só a preocupação de fiscalizar e de controlar, temos também o objetivo de desenvolver no *payload* um conjunto de sensores que possam fazer a monitorização do sistema.

Depois, Sr. Deputado Mário Tomé, são legítimas também as preocupações que apresenta. Sim, o Governo Regional tem o objetivo de instalar em todas embarcações da Região Autónoma dos Açores os sistemas de controlo por via remota, até porque existe uma diretiva recente que obriga os Estados-membros a desenvolver até 2028.

Portanto, dizer-lhe também que a Região Autónoma dos Açores poderia implementar esse sistema. Queremos que o sistema fique no âmbito do SIFICAP, para que possamos ter abrangência de controlo e segurança naquilo que estamos a fazer. Há um conjunto de negociações que estão a seguir no âmbito do país. Nós não gostávamos de ter um sistema completamente independente do país, da mesma maneira que a Região Autónoma dos Açores já fez conhecer à República que não concorda com o facto de cada um dos Estados-membros ter um sistema independente, porque depois vamos ter aquele problema da integração da

informação, embora esteja assegurado que a informação seja recolhida de forma estruturada em todos os Estados-membros.

Depois, quanto às estações que estão a ser tramitadas, sim, a Inspeção Regional das Pescas está, neste momento, por via do compromisso que o Governo assumiu, a contratualizar técnicos superiores na área do direito, exatamente para dar vazão aos processos que estão a ser instaurados, portanto, para finalizar e tramitá-los para as devidas sanções.

Penso que é tudo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção de uma forma muito breve para que não fiquem dúvidas relativamente àqueles que vão operar com estes sistemas. Portanto, isso não são sistemas que vão ser operados por qualquer pessoa.

Deputado António Lima (BE): Já cá faltava!

O Orador: São sistemas para serem operados por pessoas que estão vinculadas desde logo à obrigação de não divulgar o conteúdo das imagens. O Sr. Deputado António Lima duvida disso.

Deputado Nuno Barata (IL): Há evidências!

O Orador: O Sr. Deputado Nuno Barata também. Eu percebo que sim.

Estes sistemas são operacionalizados por pessoas vinculadas, com códigos deontológicos muito rígidos, regulamentos disciplinares e têm uma formação, se calhar, acima daquelas pessoas que suspeitam que esses conteúdos não são assim tratados.

Por aquilo que a gente ouviu aqui o Sr. Deputado António Lima dizer, parece que as pessoas, em casa, vão pegar no comando da televisão e vão meter o canal Caloura: olha o José Pacheco a pescar no canal Caloura!

Portanto, não é desta forma. Estes drones e estas câmaras não são para ser utilizadas por qualquer um e a qualquer momento.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra na decorrência da intervenção do Sr. Deputado Luís Soares. Eu acho que na minha intervenção inicial fui claro, dei dois exemplos, mas podia ter dado duzentos exemplos. E não é pelo facto de existir legislação...

E o Sr. Deputado Luís Soares gosta muito de se arrogar na qualidade de agente da autoridade para dizer que estamos pondo aqui em causa as polícias, estamos expondo essa gente toda.

Sr. Deputado Luís Soares, eu tenho a informá-lo que o meu registo no Gabinete Nacional de Segurança está suspenso por via da minha função parlamentar, mas que sou registado no Gabinete Nacional de Segurança. Penso que o senhor sabe o que é que isso quer dizer.

Mas eu dei aqui dois exemplos bem claros daquilo que está legislado, inclusivamente escutas ilegais a um Primeiro-Ministro deste país e que foram parar às televisões nacionais.

Deputado José Sousa (CH): Se não fosse assim, nunca se sabia!

O Orador: E, portanto, nós temos de ter muito cuidado com essas coisas. Nós ficámos contentes porque foi o Primeiro-Ministro José Sócrates e não foi o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, mas podia ter sido. Nós ficámos satisfeitos porque foi o Jorge Nuno Pinto da Costa ou foi outro líder de outro clube qualquer que não é do nosso agrado, mas, se fosse do nosso clube, certamente ficávamos incomodados.

E estes exemplos deviam incomodar mais os Srs. Deputados, deviam incomodar mais os cidadãos, porque não temos segurança em relação a essas situações. Ela existe, está legislada, tudo isso é verdade. O CCTV está legislado de uma forma quase hercúlea e quase à prova de bala, mas o que é certo é que as balas passam todas. Esta é a realidade. E quem não se preocupa com a liberdade dos cidadãos, então, como eu disse, citando Benjamin Franklin, “não merece nem a liberdade nem a segurança”. Desculpa, mas é o que tenho a dizer sobre o assunto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que é liberalismo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu acho que nós temos de nos preocupar com a segurança e com a liberdade. E acho que não há liberdade sem segurança. Essa é uma evidência.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: É facto que existem e sempre existiram fugas de informação. O senhor sabe dessas fugas porque são anunciadas pelos canais de televisão. O senhor não sabe. E aqui funciona muito bem internamente, as pessoas são punidas à conta das fugas que acontecem.

O Sr. Deputado ainda ontem generalizava sobre o polícia marítimo que abordou o Sr. Deputado José Pacheco, que não era bem formado ou não estava formado.

O senhor nem sequer tem conhecimento do facto, nem sequer sabe se o facto ocorreu.

Deputado Nuno Barata (IL): É verdade!

O Orador: Portanto, ponha pelo menos a dúvida no acontecimento. O senhor o que fez foi acreditar naquilo que disse o Sr. Deputado José Pacheco. Eu também acredito. Mas não acredita no polícia marítimo. Portanto, quando a gente não acredita nas instituições que nos representam e que garantem a nossa segurança, está tudo dito, nós não vivemos numa sociedade democrática, vivemos numa sociedade apenas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos passar à votação desta Anteproposta de Lei.

Vamos votar na generalidade a Anteproposta de Lei n.º 6/XIII — “Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela autoridade nacional de emergência e proteção civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som”. Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei n.º 6/XIII foi aprovada, com os votos a favor do PSD (22), do PS (21), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com a abstenção do BE (1).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o diploma tem 4 artigos, não é alvo de nenhuma proposta de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

(Pausa)

Estão à votação o 1.º, 2.º, 3.º e 4.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º foram aprovados, com os votos a favor do PSD (22), do PS (21), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com a abstenção do BE (1).

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Foi aprovada, em votação final global, com os votos a favor do PSD (22), do PS (21), do CH (5), do CDS-PP (2), do PPM (1), da IL (1) e do PAN (1), e com a abstenção do BE (1).

Presidente: Encerramos assim este ponto da nossa agenda.

Passamos para o ponto 12: **Pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII — “Aprova o Regime de Financiamento das**

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na Região Autónoma dos Açores”. É uma iniciativa do Governo Regional.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional solicita a este Parlamento a urgência na análise desta iniciativa em comissão, atendendo a que há, de facto, urgência em podermos implementar o quanto antes o modelo de financiamento das associações humanitárias de bombeiros voluntários dos Açores, que representa, como sabem, um instrumento fundamental para garantir uma necessária previsibilidade e estabilidade financeira destas entidades, que é, aliás, há muito desejado e reivindicado. E que se possa fazer isto sem excluir a possibilidade de análise por parte de todas as entidades tidas como relevantes neste setor e também por parte das Sras. e Srs. Deputados e por parte dos diferentes Grupos e Representações Parlamentares.

O que é facto é que o contexto de instabilidade política que se verificou na Região até à segunda metade deste ano não foi favorável à apresentação de um documento desta natureza com maior antecedência.

E se numa primeira fase entendemos aprovar este diploma em sede de Conselho do Governo, enfim, faríamos através do Conselho do Governo no sentido de o diploma poder ganhar uma maior maturidade, mas, depois de melhor análise, tomámos a opção de a iniciativa tomar a forma jurídica de decreto legislativo regional, até porque essa maturidade também se ganha com os aportes que possam ser trazidos pelas Sras. e Srs. Deputados e por todas as entidades que possam ser ouvidas.

Deputado Nuno Barata (*IL*): Para não pagar 2024!

O Orador: E como tem sido apanágio deste Governo, entendemos trazer a centralidade do Parlamento também para este diploma.

Neste sentido, solicitamos ao Parlamento que possa fazer esta análise com urgência em sede de comissão, para que possamos discutir este importante instrumento já no próximo plenário de janeiro e, sendo aprovado, para que possa ser implementado o quanto antes, para um necessário apoio às nossas associações humanitárias, que prestam um serviço muito relevante do ponto de vista da segurança, da proteção e do bem-estar dos Açorianos.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está fundamentada a urgência. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O CHEGA, naturalmente, associa-se e dá o seu voto favorável a este pedido de urgência neste diploma do Governo Regional.

De facto, é urgente que essa situação e que esse regime de financiamento das associações fique, de uma vez por todas, concluído.

As associações precisam urgentemente deste financiamento, deste apoio, desta ajuda. Os nossos bombeiros dos Açores não podem continuar a ser tratados como pedintes, não podem continuar de mão estendida. Portanto, este será certamente um regime de financiamento que em muito vai ajudar as nossas associações.

Sr. Secretário, peço também que tenha em atenção que, para além deste regime de financiamento, há 500 mil euros ainda devidos às associações de bombeiros na nossa Região. Eles precisam urgentemente deste valor que está em falta. Portanto, para além deste financiamento, também seria muito importante que se pagasse os 500 mil euros que se deve às associações de bombeiros dos Açores.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para informar à Mesa que, não tendo sido aprovado este modelo antes, evidentemente, não era possível atribuir estes apoios. Mas gostaria que as Sras. e Srs. Deputados soubessem que, em apoios atribuídos às nossas associações durante o ano de 2024, com o apoio que foi dado decorrente da proposta do PAN, dos 8 % para apoio aos vencimentos, que eram uma obrigação para 2023, mas o Governo Regional, entendendo a preocupação e a situação financeira das associações, decidiu manter esse apoio em 2024, tendo atribuído 800 mil euros às associações, para além de mais 400 mil euros em apoios. Portanto, o Governo Regional, no âmbito deste modelo, deveria ter atribuído 500 mil euros às associações, mas atribuiu mais do dobro, atribuiu 1,2 milhões de euros. Portanto, não há aqui numa falta para com as associações.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está registada a sua interpelação.

Vamos pôr à votação este pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 13: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão**

do Projeto de Resolução n.º 22/XIII — “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias com vista a apresentar, num prazo máximo de trinta dias, uma solução para a estrada que liga as Freguesias do Raminho e da Serreta”. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CHEGA. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CHEGA apresentou essa proposta, porque, de facto, os terceirenses estão extremamente preocupados e é urgente resolver aquele problema. A zona norte da ilha está, digamos, num sequestro. Aquilo parece a Faixa de Gaza. É um abandono.

Desde 14 de janeiro, as soluções que o Governo Regional apresentou, nomeadamente a última adjudicação, de limpeza, não resolveu o problema, agravou o problema.

E temos sérias e fundadas dúvidas de que mesmo o concurso que foi lançado, pelos vistos hoje, de estabilização do talude seja uma solução.

Nós temos urgência em que haja uma solução definitiva e credível. E até queremos apresentar aqui nesta Casa uma solução. Portanto, é urgente que os terceirenses conheçam se existe interesse ou não em resolver o problema, ou se aquilo é para ser adiado *ad aeternum*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No contexto deste pedido de urgência e dispensa de exame em comissão desta recomendação ao Governo Regional que apresente, no prazo de 30 dias, uma solução para a estrada regional que liga o Raminho e a Serreta, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta urgência, tendo em consideração o histórico do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de acompanhamento desta situação.

Em março de 2024, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já exigia que o Governo Regional avançasse e agilizasse com uma solução para aquela estrada. A 3 de abril, reafirmou esta urgência. E no dia 27 de junho, também a referiu.

E, portanto, se ao longo deste ano o Partido Socialista considerava que era urgente uma solução para aquela estrada, 11 meses depois continua a achar o mesmo. E, portanto, mais do que urgente, é urgentíssimo que haja uma solução e que o Governo Regional tenha uma solução. Por isso mesmo, vamos votar favoravelmente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos então colocar à votação esse pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 22/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 22/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima para a apresentação da iniciativa. Faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante a conquista romana de Gália, tornou-se necessário assegurar a fronteira oriental das novas províncias contra as rebeldes tribos germânicas. Júlio César decidiu enfrentar essas tribos inimigas, apesar de ter a possibilidade de atravessar o rio utilizando barcos oferecidos pelos úbios, seus aliados. Júlio César decidiu construir uma ponte que serviria também para demonstrar o poderio romano e a sua capacidade de levar a guerra até às tribos germânicas sempre que fosse necessário. A construção desta ponte demonstrou que Júlio César e Roma poderia ir onde quisesse em poucos dias. Com 40 mil soldados à sua disposição, mesmo sem ter guas e giratórias nem martelos elétricos, a obra toda foi realizada em apenas dez dias, utilizando madeira cortada no local.

Andava César, não o Francisco, mas o Júlio, a construir pontes, Jesus Cristo a curar cegos, e a montanha do Raminho-Serreta já existia naquele local, com as suas pedras, os seus calhaus e os seus pedregulhos. Os nossos tetravós, há mais de 100 anos, aí construíram uma estrada com pás e picaretas. Não tinham giratórias, nem martelos elétricos, nem caminhões, mas tinham vontade e determinação.

Deputado Nuno Barata (IL): E dinamite!

O Orador: Nos Açores, passados 2077 anos, 11 meses, 47 semanas e 334 dias após esse feito de Júlio César e após a queda de uns pedregulhos que obstruíram a estrada do Raminho-Serreta, ainda não apareceu nem Júlio César nem um novo César que resolva o problema. Será que vai ser preciso esperar nem que seja 24 anos para que o problema seja resolvido por um qualquer César? É uma pergunta.

(Risos dos Deputados da bancada do CH)

Aquando do sismo de 1 de janeiro de 1980, a queda no mesmo local de uns pedregulhos e alguns calhaus, em poucos dias o problema ficou resolvido. Os calhaus foram encostados para a berma e ainda estão lá como resultado de testemunho dessa tragédia, os carros continuaram a circular e os peregrinos continuaram a ir a pé à Serreta. E não foi preciso qualquer milagre de Nossa Senhora dos Milagres da Serreta para a estrada reabrir, mas sim a boa vontade e coragem do povo.

No século XX, passados mais de 2000 anos de Júlio César ter construído a referida ponte, mais concretamente em 20 de julho de 1969, Neil Armstrong pisava a Lua, mas na ilha Terceira, em 11 meses, 47 semanas, 334 dias, 12 horas e 39 minutos, ainda não se conseguiu encontrar uma solução para cerca de 100 metros de um troço de estrada obstruído por meia dúzia de calhaus.

A Sra. Secretária alega agora que existem novos perigos, após ter sido feita uma limpeza ao local, que já custou meio milhão de euros, mas não recuperou um único metro de estrada, apenas foi construída uma enorme montanha de entulho. O único perigo que o CHEGA encontrou no local foi continuar a insistir em lutar contra a natureza e querer mover a montanha. O último engenheiro capaz de o fazer, mover essa montanha, infelizmente, morreu há mais de 2000 anos, crucificado numa cruz. Não queremos crucificar a Sra. Secretária, mas queremos que acorde para a vida e ponha mãos à obra. Não é um mero azar hoje ser uma sexta-feira 13, não leve a mal.

Citando o famoso filósofo chinês Buda: “A causa da derrota não está nos obstáculos ou no rigor das circunstâncias, está na falta de determinação e desistência da própria pessoa.” Sra. Secretária, não desista. A Sra. Secretária já anda nestas andanças há muitos anos, há demasiado tempo se calhar, para se deixar derrotar por meia dúzia de calhaus e uns camiões de entulho.

Está claro que construir túneis, semitúneis e pontes são fantasias e obras

faraónicas, que jamais se irão concretizar na ilha Terceira. É mais que evidente que o local aconselha a construir uma estrada alternativa e não a estabilizar um talude, isso é evidente, aproveitando a topografia natural do local onde deve ser construído um caminho alternativo e paralelo ao atualmente existente.

O CHEGA apresenta, aqui, hoje, nesta Assembleia, uma solução para registo futuro: uma estrada paralela à existente.

(Neste momento, o orador mostra uma imagem à Câmara)

Olhem, se quiserem chamar o Alberto João Jardim, ele vem cá explicar, porque ele fez muitos na Madeira, muito mais complexos. Eu sei que os senhores não gostam do Alberto João Jardim, mas não há problema.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não somos só nós!

O Orador: Pedra não falta no local e na montanha, o suficiente para fazer socalcos e construir murros de suporte. Não é preciso ser um cientista da NASA, não é preciso ir à Lua para perceber que a solução existe, é rápida e económica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA não se conforma, os terceirenses não aguentam mais e estão desesperados. A ilha Terceira vive uma situação de quase calamidade pública. A zona norte da ilha Terceira é neste momento uma espécie de Faixa de Gaza, uma terra de ninguém. Se já era difícil viver na zona norte da ilha Terceira, uma espécie dupla ultraperiferia, sem a principal via de comunicação estamos a condenar milhares de terceirenses que vivem na zona norte da ilha Terceira ao abandono, à pobreza e ao desespero. O património imobiliário desvaloriza. O turismo cai em flecha. As crianças perdem horas para fazerem um percurso para a escola dos Biscoitos de camioneta, que demorava 10 minutos e agora demora 2 horas. Os cafés estão desertos, a caminho da falência. As pessoas desesperam. Até os peregrinos sofreram e vão sofrer.

Na ilha Terceira temos um novo furacão Lorenzo, só que este não resulta do mar, de uma força extraordinária da natureza, resulta da falta de vontade e da inação deste Governo para resolver o problema.

O Conselho de Ilha também já alertou para o perigo que é ter aquela via interrompida caso haja necessidade de uma evacuação de emergência, se houver, por exemplo, uma erupção vulcânica nas imediações. Existe uma crise sísmica em curso.

Nesta Casa não podemos aceitar que esta situação se perpetue no tempo. Nós não podemos aceitar. O CHEGA chegou-se à frente e quer ser a voz dos terceirenses que não têm voz. E desafia os outros partidos a juntarem-se neste Projeto de Resolução. Aqui não estão em causa ideologias ou aproveitamentos políticos, o que está aqui em causa é a vida, a segurança e economia da ilha Terceira.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Lima, quem o ouviu da tribuna terá pensado que nada se fez até agora.

Deputado Francisco Lima (CH): Eu não vi.

Deputado José Sousa (CH): É verdade, não se fez.

A Oradora: E a verdade é que nunca deixámos de estar presentes no local e nunca deixámos de estar a agir para resolver o problema, só que uma obra daquela dimensão e com aquela dificuldade de acesso aos taludes não se faz de um dia para o outro.

Eu tenho todo o respeito pelos projetos, pelos bonecos, por tudo o que possam apresentar nesta Assembleia, mas há uma coisa que quem tem a responsabilidade de decidir não pode descurar: as opiniões técnicas, os pareceres técnicos e seguir esses pareceres.

Deputado Francisco Lima (CH): Também os tenho aqui. Estão aqui.

A Oradora: Porque é com base nesses pareceres que os decisores políticos têm uma atuação que a qualquer altura pode ser defensável e pode ser justificável. Não é fazer e depois achar que já fizemos isso e talvez até não o devêssemos ter feito. Lançámos um concurso público, e essa é que era a opção correta, de conceção-construção logo de imediato, tendo em conta que era muito difícil saber qual era a solução para aquela estrada e esse projeto levaria longo tempo a fazer. Então, lançámos um concurso para conceção-construção. Quem concorresse faria o projeto e quem concorresse faria a obra. Esse concurso ficou deserto, como bem sabe, teve apenas uma proposta, que foi excluída porque apresentou um preço acima do preço base. E o preço base já era mais de 4 milhões de euros.

Portanto, não foi um preço base para não aparecer ninguém, foi um preço base para aparecer. Mas a situação, por razões que quem concorreu lá sabe, e quem não concorreu também sabe, a verdade é que houve apenas uma proposta, que foi excluída, acima do preço base.

Depois, levantou-se a questão do agravamento da crise sismovulcânica. Com esse agravamento, toda a gente teve soluções. E nós acatámos uma das soluções propostas pela Câmara Municipal, fazer o desmatar do talude, a limpeza do talude. Adjudicamos por ajuste direto a um empreiteiro local, que conhecia o local, que foi também considerado por todos os presentes como uma pessoa indicada. Foi

isso que foi feito.

Ele terminou o seu trabalho, com uma parte que ainda não consegue chegar lá. E nós, perante isso, pedimos um relatório ao laboratório, relatório esse que já foi entregue aos Srs. Deputados. Depois de desmatar e depois de se perceber a consistência do talude, porque antes nem sequer se conseguia perceber o que é que estava por detrás de toda aquela vegetação entranhada de séculos talvez, tantos séculos quantos o senhor referiu ali, depois de desmatar é que se percebeu. O Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), este relatório foi-vos entregue, refere que os trabalhos “devem passar pelo reperfilamento, pela criação de banquetas intermédias e respetivas valetas de drenagem, podendo incluir ou não a realização de pequenas estruturas de contenção. A face dos taludes deverá ser revestida com hidrossementeira, complementada pela colocação de espécies arbustivas e endógenas. Em locais mais instáveis e onde ocorram ressurgências de água poderá ser necessário recorrer a máscaras drenantes. Estas banquetas, para além de aumentarem a estabilidade do talude, devem reter a água e a queda de materiais, sendo necessário prever dispositivos de drenagem, quer no pé, quer junto à crista dos taludes, e de proteção superficial contra a erosão, também ela superficial”. Depois, tem aqui a “estabilização do talude por reperfilamento, banquetas. Promoverá necessariamente um recuo da crista do talude.” São questões técnicas. Por fim, por último, reitera-se que “este troço da estrada regional, sem que sejam efetuadas outras ações de estabilização complementares, como as referidas atrás, não oferece, nos termos em que se encontra, condições de segurança para a abertura ao trânsito”. Isto é o que diz o laboratório. Nós temos de nos basear em pareceres. O Sr. Deputado sabe bem que isto implica responsabilidade civil e criminal de quem autorizar uma coisa diferente daquilo que está nos pareceres técnicos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ora bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E nós não podemos ir por esse caminho. Nós somos uma entidade responsável, nós somos um Governo, nós somos uma Assembleia, nós somos Deputados e nós temos de fazer as coisas com critério.

Mas chegados aqui, nós, automaticamente, começámos a fazer o projeto internamente para evitar mais concursos. Internamente, criou-se uma equipa para fazer o projeto. O projeto está pronto. O projeto já foi aprovado. O projeto já está a concurso. Tenho aqui, se quiser saber, o caderno de encargos, o procedimento e o programa do concurso. O projeto já foi aprovado e publicado no acinGov. Na segunda ou terça-feira deve estar disponível ao público. Tudo isto tem os seus tempos e as suas tramitações. Mas dois dias é o que está.

E portanto, Sr. Deputado, tudo foi feito. Não foram 11 meses sem nada fazer, foram 11 meses de muito trabalho, de muitas soluções, de muitos estudos, de muitos relatórios, para nós abriremos a estrada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

A Oradora: Acha que nós não tínhamos vontade de abrir a estrada? Estamos agora aqui porquê? Porque queremos abrir a estrada. Sempre esteve dentro das nossas prioridades, sempre. Só que não se faz uma obra qualquer. Uma obra como deve ser leva tempo para ser pensada, para ser executada, para ser posta a concurso.

Quero concluir com isto: eu compreendo as preocupações de todos, compreendo, mas há aqui um jogo político que a gente não pode esquecer, que não há necessidade de haver. Nós queremos resolver o assunto. Nós não estamos preocupados com bate-bola para aqui ou para acolá. Nós queremos resolver o assunto. E ele, neste momento, está carregado no acinGov, o concurso público, pelo valor de 2 400 000 euros, para fazer a obra definitiva naquela estrada.

E nós temos de saber que estas coisas levam tempo, levam muito tempo, porque não se faz como se fazia antigamente: 40 mil soldados e toca aí a pôr pedras em

cima umas das outras. Não é assim que se faz hoje em dia. Não é assim.

Mas isto para dizer que compreendo as vossas preocupações. E quero dizer mais: a resolução, por mim, pode ser aprovada, porque os 30 dias para nós já estão decorridos, está já pronto e a concurso.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sou cientista da NASA nem sou Jesus Cristo, mas de certeza absoluta que vou adivinhar que o concurso vai ficar deserto, porque se houve um concurso em que propôs 4 milhões de euros, portanto, eu não estou a ver que agora alguém pegue em 2 400 000 euros. Não estou a ver.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Já está uma parte feita!

O Orador: A senhora, pelos vistos, e a sua equipa de trabalho têm um fetiche com aquela montanha. Eu acho bem, podem ir lá rezar porque tem lá a Nossa Senhora dos Milagres.

Mas o que a gente está aqui a falar é em afastar-se da montanha e construir uma estrada paralela àquela que está lá existente, um troço de estrada. Ponha essa solução também em cima da mesa, não fique fechada nos gabinetes com os seus engenheiros. Nós também consultámos engenheiros, não os vou referir aqui, até

porque muitos dos engenheiros, à semelhança do tempo do Partido Socialista, também têm medo de dar a cara, têm medo das represálias.

Deputado Nuno Barata (IL): Ora bem!

O Orador: A verdade é essa. Já no passado era assim.

Agora, nós estamos aqui para apresentar uma solução, que é: construir uma estrada alternativa, um troço de estrada alternativo àquele. E aquele fica lá.

Eu não acredito, o CHEGA não acredita e os engenheiros não acreditam que seja possível estabilizar aquele talude. Aquele talude é demasiado alto. Eu não estou aqui a falar, nem o CHEGA, em abrir a estrada de forma irresponsável. O que a gente está a falar é em construir um troço paralelo àquele. Fazendo socalcos. Isso é o que se faz em todo o mundo. E a Sra. Secretária insiste.

Agora, eu quero saber, se chegarmos aqui a esta Casa em janeiro e o concurso ficar deserto, o que é que a Sra. Secretária vai dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA traz-nos aqui um Projeto de Resolução que, na ótica também do Grupo Parlamentar do PSD, é um Projeto de Resolução com pertinência, é um assunto que tem preocupado todos nós e, não tenho dúvidas em afirmar, tem sido uma preocupação constante do Governo Regional. Não há ninguém com maior interesse em resolver este problema do que o nosso Governo Regional. E acreditamos que tem sido feito tudo para que tudo se resolva rapidamente.

Antes de elencar aqui alguns factos, dizer, respeitando a intervenção do Sr. Deputado do Francisco Lima, que o problema não é a estrada, o grande problema ali é o talude. Portanto, este é um dos pontos que não concordei na sua

intervenção. É o talude, não é estrada. A estrada em si não tem problema nenhum.

Deputado José Sousa (CH): Se fosse assim, não havia estradas nos Açores.

O Orador: A outra questão, o senhor também fala em pedregulhos. Não, pedregulhos é o que caía ao longo desses anos todos, agora não está a cair pedregulhos. E temos a crise sísmológica que tem acontecido.

De qualquer forma, dizer o seguinte: aquilo sempre foi uma estrada muito problemática. Basta reparar que tem lá dois sinais que indicam o perigo de queda de pedras, portanto, são dois sinais que estão lá há muitos anos.

Há muitos anos que as juntas de freguesia ali próximas daquela estrada alertaram os vários Governos Regionais dos Açores para a resolução daquele problema. E não foi resolvido porque, se calhar, não é uma situação fácil. E atenção que não estou aqui a criticar os anteriores Governos, o que estou a dizer é que, se fosse fácil, já teria sido resolvido.

É preciso também não esquecer que há meses que andamos a ver uma crise. As pessoas estão assustadas. Não é meia dúzia de sismos que tem acontecido na ilha Terceira, são milhares e milhares. Os níveis de alerta têm estado elevados. Portanto, não é uma situação em que chegamos ali e resolvemos de um momento para o outro. Até os próprios empreiteiros têm algum receio em ir para ali, porque têm sido sismos atrás de sismos, alguns até com intensidade elevada.

Deputado Francisco Lima (CH): Então é afastar dali.

O Orador: Depois, temos também a questão do concurso que ficou deserto, como disse e bem a Sra. Secretária.

Deputado Francisco Lima (CH): E vai ficar deserto outra vez!

O Orador: Não vai, Sr. Deputado. Não vai ficar deserto, porque uma parte já foi. Agora, realmente, já há um conhecimento da situação. Já houve a desmatação do talude e agora é possível verificar e tomar as medidas necessárias e as mais adequadas para resolver o problema daquela estrada.

Para terminar, também congratular o Governo, porque, agora, rapidamente,

depois concluída a face de verificação do estado do talude, agora sim, o Governo Regional, com base em dados mais técnicos, mais precisos e mais objetivos, vai lançar o concurso. E temos esperança que, finalmente, haja interessados, que concorram...

Deputado José Sousa (CH): Ó Sr. Deputado, isso não pode ser uma questão de fé!

O Orador: ... e que efetivamente aquele talude seja resolvido para a abertura definitiva daquela estrada, porque sabemos claramente que as populações da Serreta e especialmente do Raminho têm sido prejudicadas. Nós sabemos disso. Isto não é luta do CHEGA, nem do Partido Socialista, nem do PSD, nem do CDS, isto é uma luta de todos nós, porque é uma situação muito delicada para aquelas pessoas.

E há outra situação, para terminar, Sr. Presidente, que é preciso ficar bem claro, porque isto é como no futebol, no futebol, no fim de jogo, todos sabiam como é que se ganhava o jogo, todos, mas é antes do jogo que é mais difícil dar um prognóstico correto. Isto para dizer o seguinte, há um ponto em que temos sempre de elogiar, e este Governo nunca vai ser criticado por isso: durante este tempo nunca houve um incidente fatal, nunca houve uma fatalidade, porque a segurança das pessoas esteve sempre em primeiro lugar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E porque é que eu digo isso? Porque, eventualmente, se o Governo tivesse avançado com uma situação apressada, fruto de alguma pressão política ou da população, se tivesse morrido alguém ou se tivesse havido um acidente, o que diriam de todos nós? O que diriam as pessoas se alguém tivesse morrido, algum trabalhador, algum cidadão? O que diriam? Portanto, isto é uma crítica que nunca vai ser colocada a este Governo Regional. Este Governo Regional teve sempre a segurança das pessoas em primeiro lugar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco Lima (CH): Pois, quando não se faz nada, dificilmente há problemas.

O Orador: Mesmo para terminar, Sr. Deputado, não concordo consigo com a questão das 2 horas, ninguém leva da Serreta ao Raminho 2 horas, Sr. Deputado. Já fiz essa estrada várias vezes.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Eram 15 horas e 3 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Estávamos no ponto 14 da nossa agenda: Projeto Resolução n.º 22/XIII.

Estava inscrito o Sr. Deputado José Toste, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado José Miguel Toste (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde março de 2024 que o Partido Socialista alerta para a necessidade de avançar com um projeto, com uma solução técnica que garanta a segurança na circulação do troço de estrada regional que liga o Raminho à Serreta.

Ainda em março, o próprio Governo Regional, em comunicado, afirmava que, após a última visita técnica ao local, conjugando com as informações recolhidas, se previa lançar em abril um concurso para o projeto que visa a recuperação de toda a zona do Raminho, incluindo a via principal.

De imediato, este Grupo Parlamentar questionou o Governo Regional no sentido de saber qual era a solução preconizada. E o Governo Regional, a 30 de abril, tinha já uma solução para aquela zona e para aquele problema que afeta as freguesias do Raminho e da Serreta. A solução técnica preconizada consiste, afirmava o Governo, num procedimento de conceção-construção, onde serão definidos, com base no programa preliminar em execução, soluções do tipo de estrutura de contenção, drenagem e desmonte de rocha e também de betão projetado.

Dois meses depois foi lançado o concurso, no final de junho. Em simultâneo com o lançamento deste concurso, que, como já foi aqui afirmado, ficou deserto, também se deu início e foi adjudicado pelo Governo Regional, em abril, uma empreitada de limpeza, desmatização e desmonta das rochas em talude da estrada regional, que teve um custo final de 462 mil euros.

Estes trabalhos, em resposta a um requerimento, foram suspensos. Na nota da Sra. Secretária é afirmado que a empreitada foi concluída. O que se sabe é que não houve uma limpeza da totalidade daquele talude.

No dia 27 de setembro, a Sra. Secretária, em visita à freguesia do Raminho, afirmava que era uma obra urgente e de extrema importância por se tratar de uma obra fundamental para possibilitar a reabertura do troço da estrada regional.

E, portanto, a questão que se coloca, Sra. Secretária, é saber se aquela empreitada se encontra concluída, ou se a mesma foi suspensa por razões de segurança, uma vez que os dois motivos já foram alegados pelo Governo Regional.

É óbvio, já foi aqui comunicado, que o concurso de conceção-construção ficou deserto. A proposta apresentada tinha um valor superior ao preço base e por isso

mesmo o Governo Regional não pôde adjudicar. No entanto, e tendo em consideração este procedimento de desmatação, o Governo Regional surge agora com uma nova solução e lança um novo procedimento concursal com um valor de 2 400 000 euros. O concurso que ficou deserto tinha um custo de 4 milhões. E a proposta apresentada tinha um valor superior a este montante.

A questão, Sra. Secretária, é a de saber, em relação a este procedimento concursal com um valor inferior, o motivo deste valor inferior. E se, no entender do Governo Regional, há expectativa que alguém apresente uma proposta que não seja superior ao preço base, como aconteceu no anterior procedimento concursal.

Estas questões que são mais formais não dão respostas à população do Raminho e da Serreta. E é isto que as populações querem: uma resposta, uma resposta rápida.

E, portanto, Sra. Secretária, este procedimento concursal que foi hoje lançado, cujos anúncios serão publicados na próxima semana, prevê a execução de uma empreitada. Qual a duração desta empreitada? E qual a previsão para o início da mesma? Tendo em conta o valor, naturalmente, a mesma será objeto de envio para visto prévio do Tribunal de Contas e, portanto, podemos estar aqui a falar de uma solução que não é uma solução a 6 ou a 12 meses, é uma solução que provavelmente só será executada na sua plenitude em 2026.

Mas, Sra. Secretária, nós somos um partido responsável. Nós entendemos que a segurança das pessoas está em primeiro lugar. E que as soluções devem ser soluções técnicas, pensadas e que, portanto, na sua implementação deve ser, no fundo, acautelada a segurança das populações.

Nós não achamos que os projetos são desenhos feitos em folhas A4. Nós não achamos que a empreitada da estrada regional é algo semelhante a construir uma ponte no Ilhéu das Cabras.

Portanto, Sra. Secretária, da parte do Partido Socialista, o que esperamos é que esta solução seja efetivamente a solução definitiva e não, uma vez mais, a

apresentação de uma solução, como foi apresentada em abril, que, ao final de contas, nunca foi executada.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até porque tenho um presépio para fazer em casa. Eu ouvi muito atentamente a Sra. Secretária, leu, citou um relatório, etc. Está tudo certo. A segurança primeiro lugar. Está tudo certo. Ó senhora, eu concordo consigo a 1000 %. Está tudo muito bem. Mas há sempre dois pesos e duas medidas. Não quero eu dizer aqui que o eleitoralismo ou a quantidade de eleitores pode ser a medida na balança. Não vou dizer isso, não vou. Mas vou dizer uma coisa e vou relembrar: alguém se lembra dos taludes de Água de Alto? Lembram-se?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sim, senhor.

O Orador: Os taludes de Água de Alto são, de longe, uma obra muito mais complexa, muito mais perigosa, mas muito mais, e resolveu-se em muito pouco tempo. Foi há meia dúzia de anos.

No meu entender, mal feito. Uma parte foi bem feita, a outra parte foi descaradamente mal feita, tem umas redes que vão segurar a montanha e tal...

A verdade é que os tais senhores que fizeram este estudo, se fizessem o estudo dos taludes de Água de Alto, jamais aquela estrada tinha aberto. A verdade é que é uma estrada onde passam milhares de pessoas todos os dias.

Deputado João Vasco Costa (PS): Ou mais!

O Orador: Obviamente que isto, enfim, ia criar aqui um alarido social. A estrada

do Raminho, se calhar, não cria um alarido tão grande.

Eu não percebo como é que numa até se fazem coisas disparatadas e noutra andamos aqui a falar de estudos e estudos. Faz-me lembrar o estudo da Ribeira Quente, que nunca apareceu e nunca há de aparecer.

Sra. Secretária, há coisas que os olhos também veem e não é preciso ser grande engenheiro. Eu fui lá e não me pareceu que fosse pior do que Água de Alto. Peço desculpa, estive lá, como vi outros colegas lá estarem, e não me pareceu. Eu acredito em tudo o que os técnicos me dizem, como eles também hão de ter a santa paciência quando eu os questionar. Desculpe, quem lida como mestres... O mestre acha sempre que aquilo vai demorar 15 dias. Ó homem, isso em 2 dias está pronto se fizeres assim ou assado. Eu acho que se consegue encontrar... O meu colega já apresentou aqui até uma solução alternativa. Pode-se criar uma solução que pode até ser provisória.

Agora, Sra. Secretária, o agradar é que às vezes é difícil. E por falar em agradar, faz-me lembrar uma coisa. Já agora, aproveito. Junto aos taludes de Água de Alto fez-se um parque de estacionamento em plena via pública. Eu tenho um parque de estacionamento na estrada regional. Uma coisa inconcebível! Porquê? Porque tem de se agradar a toda a gente. Ó Sra. Secretária, quando não houver lugar para estacionar, vão tomar banhinho para outra praia. Não é na via pública, criando risco, perigo, porque aquilo cria perigo quando está tudo engarrafado, que se faz um parque de estacionamento. Sra. Secretária, isto tem de ser imediatamente corrigido. A estrada regional nunca há de ser estacionamento para carro nenhum. E o Código da Estrada algo há de dizer sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, expressar a nossa solidariedade para com as populações que têm sido amplamente afetadas por esta situação, as freguesias do Raminho e da Serreta. Sabemos bem os constrangimentos que esta situação e a dificuldade em transitar nessa via durante tantos meses causa nas suas vidas.

Este é um assunto sério, que coloca efetivamente sérios riscos de segurança em cima da mesa. É uma questão em que a segurança tem de estar em primeiro lugar. E cujas soluções técnicas, como é evidente, têm de prevalecer e não são totalmente lineares. E aí reconheço, Sra. Secretária, aliás, tive a oportunidade de ler o relatório do LREC que o Governo remeteu ao Parlamento, e ele aponta efetivamente questões e desafios importantes quanto às soluções a encontrar naquela estrada.

Como é evidente, essas soluções e a dificuldade que elas apresentam não devem, de modo algum, deixar de levar a que este assunto seja tratado com prioridade e com celeridade. É evidente que o facto de já existir um projeto é uma boa notícia. E esperamos, como é mais do que claro, que este processo avance e que rapidamente se chegue a uma adjudicação de uma intervenção naquela estrada, porque não podemos, de modo algum, deixar que este processo se eternize no tempo.

Como referi há pouco, as soluções técnicas para aquela estrada têm desafios importantes devido às características geológicas daquele talude. A rocha traquítica é uma rocha que tem alguma fragilidade. Usando uma linguagem mais leiga, tende a fraturar mais rapidamente do que outras rochas que normalmente se encontram na Região, como os basaltos. Isso é um desafio acrescido àquela zona. Posto isto, este assunto tem de ser tratado de forma séria. A forma como ele tem sido abordado, nomeadamente pelo proponente, não é a melhor forma de abordar

este assunto. As comparações com zonas de guerra não ajudam à credibilidade que este debate sobre esta matéria deve ter.

Por outro lado, também não ajuda à credibilidade que este assunto deve ter fazer desenhos no Paint e apresentar como projeto, de modo algum. Por isso, nós votaremos favoravelmente, porque aquilo que se propõe é uma solução, não é um boneco do Paint. Bonecos do Paint não é connosco, não aprovamos, de modo algum.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Eng.º, mostre lá um desenho!

O Orador: Soluções técnicas desenhadas pelos técnicos competentes em razão da matéria, aí é uma questão que nós poderemos acompanhar. O apelo que fazemos é, naturalmente, ao Governo Regional, para dar prioridade à resolução desta matéria. Não é um projeto do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), mas é um projeto que é essencial para a população da ilha Terceira, nomeadamente para estas duas freguesias.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado José Toste quis fazer ali a sua brincadeira e dar umas farpas ao CHEGA. E sobre o desenho, aqui também o Sr. Deputado António Lima. Mas, de facto, foi feito por mim. Não sou desenhador. Mas há um senhor que fez desenhos de helicópteros que parece que voam, o Leonardo da Vinci.

Isto está mal feito, é verdade, não sou desenhador, a minha profissão não é essa. Qual é a solução do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda? É que eu tive o mérito de trazer uma solução. E o senhor, um dia, se passar na estrada e se for essa a solução, ainda se vai lembrar: olha, foi o CHEGA, aquele que fez o desenho em Paint, aquele que eu fui para lá gozar na Assembleia, fez alguma coisa.

Os senhores do Partido Socialista têm de se habituar. Se os senhores querem ser Governo, não é só criticar. Mesmo mal feito, apresentem alguma coisa. A nossa solução está mal feita, reconheço, eu não sou engenheiro. Mas, se quiser, eu dou a um engenheiro e ele apresenta por 500 mil euros um projeto. E aí já é muito bom porque custou 500 mil euros. Os técnicos que estão na Secretaria, muitos lá sem fazer nada, então que façam um desenho melhor, que apresentem uma solução!

Deputado Mário Tomé (PS): Os técnicos não fazem nada?! O senhor não diga isso!

O Orador: A gente já está aqui há quase 1 ano e não temos nada! É para estabilizar o talude? Estabilizar o talude, eu também já sabia. Agora, não vai ser possível estabilizar o talude. O concurso vai ficar deserto. O senhor, nesse aspeto, tem razão. Se vão pôr um concurso por metade do preço ao que ninguém quis fazer inicialmente, claro que vai ficar deserto. E no mês de janeiro vamos estar aqui a discutir mais um talude.

Podem gozar à vontade, aliás, está nas redes sociais que foi feito em Paint. O Sr. Deputado António Lima pela primeira vez teve razão, foi em Paint. Eu também não sei fazer. Já o Sr. Deputado José Pacheco conseguia fazer melhor. Mas foi isso que foi feito.

Agora, criticam... Apresentem soluções melhores. Estamos aqui todos para ouvir. Onde é que estão as vossas soluções? É só criticar, é só falar mal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do

Governo:

Muito rapidamente. O que está aqui em causa é a segurança de pessoas e bens. E, como tal, eu percebo que não seja fácil encontrar uma solução para aquela estrada. O talude é de difícil desmontagem. A solução técnica é complicada. Eu percebo a teoria dos socalcos, já foi experimentada noutras zonas das nossas ilhas, com o bom exemplo que deu o Sr. Deputado José Pacheco, do Pisão. Se bem que no Pisão é pedra-pomes até à Nova Zelândia, portanto, é uma solução relativamente mais fácil. Aliás, na zona de Água de Alto, à frente do Pisão, onde a desmontagem já não foi assim tão fácil, o sistema utilizado foi outro completamente diferente. E não está livre de cair um dia desses. Felizmente, aquela estrada já não é a única alternativa de acesso pela costa sul a Vila Franca do Campo.

Mas, neste processo, o Governo Regional dos Açores falhou em duas áreas, que me parece que ainda está a tempo de corrigir: falhou na forma como comunicou o problema, como comunicou com as populações e até com a própria Assembleia, que pelo debate que aqui se seguiu parece que há demasiada desinformação; mas falhou principalmente porque não teve o cuidado de garantir, pelo menos em relação aos transportes coletivos, uma solução que não fosse um circuito demasiado longo para aquelas pessoas.

E a solução seria, em vez de ter a única rota que existia anteriormente, ter negociado ou conversado ou adjudicado um serviço suplementar à empresa que presta esse serviço no sentido de ter duas rotas, uma de Angra até à Serreta e outra da Angra até ao Raminho. Isso teria minimizado o problema da circulação naquela área.

Eu percebo os constrangimentos das populações, mas aquelas que são as populações que mais sofreram com isso são aquelas que utilizam os transportes coletivos e que, de facto, têm de fazer um circuito desastroso, diria mesmo, para, por exemplo, as crianças chegarem às escolas, ou aquelas pessoas que não têm viatura própria e que precisam de utilizar os transportes coletivos para o fazer.

E, nesse sentido, parece-me que o Governo Regional dos Açores tem a solução à mão e pode ainda tentar remediar, porque, não obstante a pertinência da resolução que o CHEGA aqui nos trouxe, nós sabemos, por razões até de ordem legal, que a solução definitiva para a estrada do Raminho não vai acontecer nos próximos meses. Mas, nos próximos meses, vão continuar os constrangimentos, principalmente para aqueles que mais precisam de utilizar os transportes coletivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só mesmo, já em fase de conclusão, porque penso que a grande maioria dos Grupos Parlamentares já esgrimiou os seus argumentos, dizer o seguinte: reforçar que esse projeto de resolução é pertinente. E o objeto da resolução, conforme também já foi anunciado pela Sra. Secretária, podemos até concluir que já está em execução. Portanto, o projeto era arranjar uma solução nos próximos dias. A solução já está apresentada por parte do Governo Regional.

E, para terminar, há aqui um ponto que convém ser lembrado para que não haja dúvidas, porque não podemos comparar situações incomparáveis nem mesmo com situações que já tenham acontecido noutras ilhas, em outras freguesias, que é a crise sísmológica, ou seja, é diferente resolver uma situação onde não está a acontecer sismos e, que é o caso deste talude, onde estavam a acontecer sismos diariamente.

Deputado José Sousa (CH): E vão continuar.

O Orador: Portanto, isto é um pequeno pormenor que convém ser sempre lembrado para não induzir em erro quem nos ouve.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perguntava à Sra. Secretária: em que ação do Plano é que foi feita a dotação para esta empreitada, de 2024 ou 2025?

Obrigada.

Deputado José Sousa (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, de uma forma geral, queria sublinhar a forma como decorreu este debate e, sobretudo, sublinhar que em todas as bancadas foi colocada em primeiro lugar a segurança das pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É isso que eu digo desde a primeira hora. Não podemos pôr em risco, porque se alguma coisa acontecer, nós ficamos com esse problema para o resto da vida, para além de todas as implicações criminais e civis que isso possa acarretar a todos nós. E, portanto, a primeira coisa que quero sublinhar aqui é: bem-vindos a esta noção conjunta de que temos de ser responsáveis e temos que colocar a vida das pessoas em primeiro lugar. Por muito que as pessoas olhem para a estrada,

por muito que achem que é possível, por muito que até achessem a estrada de modo próprio, o que não podem as autoridades é autorizar e depois acontecer alguma coisa. Isto é o que não pode acontecer a nenhum de nós que aqui está, porque todos nós somos responsáveis. E, portanto, queria agradecer desde já essa abordagem responsável, coerente e lógica.

Queria, depois, também agradecer de alguma forma a compreensão que houve para a complexidade desta questão, complexidade técnica e a necessidade de seguir pareceres técnicos. Quem somos nós? Mesmo que haja aqui muitos engenheiros dentro desta sala, algum se atravessa aqui. Não, não é possível. Isso tem de ser estudado. Isso tem de ser planeado. Isso tem de ser projetado. E tem de ser testado. Isto tudo leva tempo.

Nós quisemos abreviar, como eu disse, com a conceção-construção. Não apareceu ninguém. Não podemos obrigar ninguém a concorrer. Eles próprios deviam estar conscientes do risco. Já o preço previa a conceção-construção, portanto, projeto e construção. Neste momento, a situação é diferente, já houve alguma desmontagem, já se conhecem os taludes, já não há custos de projeto porque já foi feito internamente pelos serviços técnicos. E eu quero aqui fazer justiça: trabalham, e muito! São centenas de obras que estão a decorrer nas Obras Públicas, com muitíssimo trabalho. E eu acho que é justo, publicamente, dizer aqui que agradeço à equipa da Direção Regional de Obras Públicas o trabalho que teve para fazer este projeto, este concurso, este caderno de encargos, este programa de concurso, tudo pronto para entrar hoje mesmo no acinGov e estar publicado segunda ou terça-feira.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em relação a isso, queria deixar mais uma nota: é um concurso público, porque

não pode deixar de ser em função das regras da contratação pública, mas é na modalidade urgente que também está previsto, são 18 dias para apresentação de propostas. Portanto, dentro de 18 dias, a contar de segunda ou terça-feira, quando estiver publicado, temos a apresentação de propostas. Temos o júri, que também já está nomeado, faz tudo parte do mesmo processo que entra no acinGov, que vai fazer a apreciação das propostas, vai escolher. Espero que haja concorrentes. Eu não posso garantir, ninguém pode. Portanto, espero sinceramente que haja concorrentes.

A este propósito devo dizer que pusemos a concurso a estrada florestal, que já começou ontem. Portanto, já está a tratar de aplanar o terreno para proceder à asfaltagem. Portanto, o prazo começou a contar ontem. Isto já está em curso, já é uma alternativa, para as questões que me colocaram em termos de alternativas. É possível, mas é segura.

Entretanto, com 18 dias, urgente, temos as propostas, mandamos para o Tribunal de Contas. Nós não temos razão de queixa, o Tribunal de Contas resolve normalmente as questões, porque também já estamos muito habituados. A Direção Regional de Obras Públicas, eu gosto de dizer isto, é uma Direção Regional da fundação do Governo Regional. Neste momento, é uma escola, são técnicos que se vão formando dentro de todas estas regras. E o mérito não é meu, já vem de muitos anos. E nestas coisas temos de dar o seu a seu dono. É uma escola, tem muita prática. Nunca tivemos nenhum problema. Espero nunca vir a ter. O Tribunal de Contas tem avisado sempre tudo. Será rápido porque também vamos pedir, até porque se trata de um concurso público urgente. Vamos pedir para que encurtem o prazo o máximo possível.

E, portanto, estaremos em condições, dentro em breve, de poder começar. Eu não posso dizer prazos concretos, ninguém o pode dizer neste momento, mas começar a obra definitiva de acordo com o projeto e as recomendações do Laboratório Regional de Engenharia Civil. Isso é o nosso desejo e isso é que é a solução, na

nossa perspetiva, correta e que tem de ser levada a cabo.

E, portanto, penso que com isto, de alguma maneira, já respondi no essencial àquilo que me foi colocado.

Em relação à questão que o Sr. Deputado Pacheco colocou de Água de Alto, são situações diferentes. Mas também lhe devo dizer que eu já cá andava e lembro-me muito bem da polémica que aquilo foi e do tempo que levou, que levou muito tempo também. Mas, pronto, deixemos isso, porque são situações diferentes.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Nuno Barata, eu devo-lhe dizer que até sou forçada a concordar consigo. Não sei porque é que nunca ninguém propôs, no meio de tanta conversa, que se fizessem duas rotas separadas dos transportes coletivos de passageiros. A verdade é que nunca ninguém me propôs essa solução, mas ela vai ser estudada. E se for possível e se isso trouxer ganhos, com certeza, nós estamos aqui para resolver os problemas.

E, portanto, em face disto, o que desejo mesmo é que haja empreiteiro, que haja concorrentes, que a obra se inicie o mais rapidamente possível e que tudo volte à normalidade. E que a crise sísmica também abrande, porque agora baixou o nível de sismicidade outra vez. Eu espero que assim se mantenha e que rapidamente até deixe de haver qualquer tipo de preocupação a esse nível.

E, portanto, a todos, nesse aspeto, eu agradeço, porque, em relação mesmo à resolução, permitiu de alguma forma esclarecer aqui algumas questões que são ditas de forma descontextualizada, tiram uma parte, às vezes não dizem tudo. Aqui, tivemos a oportunidade de todos falarmos sobre este processo, que tem sido um processo difícil, mas em relação ao qual tem tido da nossa parte a maior preocupação e a maior celeridade possível.

E, portanto, dito isto, a resolução, para nós, também não nos traz qualquer dificuldade, disse isso logo na minha intervenção inicial, porque os 30 dias, para nós, já estão cumpridos. Como é até 30 dias, no primeiro ou segundo dia já fica cumprida.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 22/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 15 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 7/XIII — “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial”**. É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CHEGA e do CDS-PP.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A urgência desta Anteproposta de Lei prende-se com a aplicação das normas que regulam o subsídio social de mobilidade que foram estabelecidas em 2015 e que, na matéria concreta que é objeto desta Anteproposta de Lei, se relaciona com a

exclusão de cidadãos residentes nos Açores ou trabalhadores nos Açores que, tendo origem em países que não integram a União Europeia ou com os quais Portugal não tem acordos de livre circulação, estão excluídos deste subsídio.

Isso é o que está previsto na lei. Essa norma nunca foi cumprida, mas, agora, nas circunstâncias e nos constrangimentos que a aplicação do subsídio social de mobilidade tem, designadamente pelos seus impactos financeiros e também pelas incidências à margem das normas legais que foram acontecendo e detetadas, nomeadamente pela Inspeção-Geral de Finanças, mas também pelo Tribunal de Contas, do seu rigoroso cumprimento resulta a exclusão de quase 2500 cidadãos que estão nos Açores. São sempre bem-vindos. São necessários à nossa economia. No entendimento dos Grupos Parlamentares que subscrevem esta proposta, devem, naturalmente, necessariamente, ser abrangidos pelo princípio do subsídio de mobilidade. Para tal, importa alterar a lei, que vem desde 2015.

E por essas circunstâncias todas, creio que fica justificada a urgência deste diploma ser aqui discutido e, seguramente, cremos, aprovado, por forma a que mais rapidamente se possa obviar o prejuízo que, do cumprimento da lei, eventualmente, possa resultar para esses mesmos cidadãos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições no âmbito do pedido de urgência.

(Pausa)

Creio não existirem. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteposta de Lei n.º 7/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, e dando indicação à Câmara que,

entretanto, houve uma substituição integral da iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para a sua apresentação.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O subsídio social de mobilidade, criado em 2015 por Passos Coelho, a par da liberalização do espaço aéreo, é um instrumento primordial na promoção da igualdade de acesso e coesão territorial.

Em matéria de acessibilidade dos Açorianos ao exterior, podemos dizer que há um tempo antes e depois do subsídio social de mobilidade, só encontrando paralelo na revolução operada nas acessibilidades entre ilhas com a criação da Tarifa Açores, igualmente da responsabilidade de um Governo do PSD, do CDS e do PPM.

Num e noutro caso não é possível voltar atrás, mas é sempre possível fazer mais e ir mais além. É esse o nosso propósito, dos Grupos Parlamentares que subscrevem esta proposta, um propósito que consagra agora o direito à obtenção do subsídio aos imigrantes com origem em países não comunitários ou países com os quais Portugal não tem acordo de livre circulação, cerca de 2500 imigrantes que trabalham ou estudam na nossa Região.

Com a presente Anteproposta de Lei queremos promover a integração e a inclusão social dos imigrantes, também assim incentivando a imigração de pessoas qualificadas para responder às necessidades demográficas e de mão de obra que hoje se verificam nos Açores.

É sempre possível ficar do lado do problema e do protesto, mas, com convicção e determinação, nós preferimos a solução e a melhoria da vida das pessoas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato.

Deputado Paulo Margato (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, nesta Assembleia, debatemos uma questão que toca no cerne dos princípios democráticos que regem o nosso país: a igualdade e a justiça para todos os cidadãos.

A iniciativa legislativa em causa, que defende o acesso ao subsídio social de mobilidade para todos os imigrantes com residência fiscal nos Açores, é um passo decisivo para corrigir uma injustiça que perdurou por demasiado tempo.

Desde 2015, a legislação vigente contemplava apenas residentes oriundos de países do Espaço Schengen e do Brasil. No entanto, a interpretação foi sempre no sentido de integrar todos os cidadãos residentes de forma permanente na Região. Recentemente, o Governo da República passou a fazer uma interpretação mais restritiva da legislação em vigor, o que passou a deixar de fora cerca de 40 % dos estrangeiros que escolheram os Açores como o seu lar.

Excluí-los é negar a sua contribuição para a nossa economia, para a nossa sociedade, para a nossa cultura.

O PPM não poderia ficar indiferente perante esta discriminação.

O nosso compromisso é claro: garantir que a dignidade de todos os residentes seja respeitada, independentemente da sua origem.

Assim, congratulamo-nos com esta iniciativa que, elaborada por vários partidos, visa corrigir esta desigualdade.

No PPM, acreditamos que a inclusão não é apenas um direito; é uma força que nos torna mais fortes enquanto comunidade. Não podemos ignorar um sistema que discrimina e exclui.

Aos imigrantes que vivem nos Açores, queremos dizer: agradecemos o seu contributo e reafirmamos que os Açores são uma terra de oportunidades, de igualdade e de respeito.

Por fim, esta iniciativa é mais do que uma correção de uma legislação. É uma mensagem forte de que nos Açores não deixamos ninguém para trás.

E é com esta verdade que, em nome do PPM, apelamos à aprovação unânime desta proposta.

Vamos corrigir esta injustiça e continuar a construir uma Região Autónoma mais justa, mais inclusiva e mais forte.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, para uma interpelação, por favor.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** O Sr. Presidente anunciou a distribuição de uma substituição integral da Anteproposta de Lei, mas não recebemos. Eu, pelo menos, não recebi. E eu acho que não é muito correto estarmos a debater uma proposta sem a conhecer.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço a interpelação.

Eu não a despachei há muito tempo, efetivamente. Vieram-me trazer aqui o computador para a despachar. Julguei que já tivesse chegado aos vossos e-mails. Mas peço aos serviços, que alguém deve estar a ouvir o Plenário, que o façam o mais rapidamente possível.

(Pausa)

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo Regional:

Apenas para informar, na sequência da interpelação do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, que não só foi distribuído, ainda que apenas há 2 minutos pelos serviços, mas que, sendo uma substituição integral, apenas altera a entrada em vigor, que passa a ser, nos termos da nossa proposta, com a Lei do Orçamento do Estado. E, portanto, não muda nada na substância nem nas premissas que levam à apresentação desta Anteproposta de Lei. Portanto, é uma questão simples, é apenas para conformar com aquilo que será a sequência da tramitação do diploma, fazer a sua aplicação coincidentemente com o Orçamento do Estado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero sublinhar aqui a importância deste debate. Estamos aqui a discutir uma questão de justiça social e de coesão territorial, princípios fundamentais para o CDS.

A Anteproposta de Lei apresentada pelo Governo Regional dos Açores, que regula a atribuição do subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente, os Açores e a Madeira, vem corrigir uma lacuna que afeta uma parte da nossa população.

Atualmente, vivem nos Açores 6273 imigrantes, dos quais 3809 beneficiam e vão continuar a beneficiar do subsídio de mobilidade por serem oriundos dos países do Espaço Schengen. Contudo, e é aqui que reside a pertinência da elaboração desta proposta, 2464 cidadãos deixaram de usufruir deste benefício por serem oriundos de países fora deste espaço ou do Brasil.

Esta situação é, no entender do CDS, uma discriminação que deve ser corrigida. Estas pessoas, apesar da sua origem, vivem, trabalham e contribuem para o desenvolvimento económico e social dos Açores, são residentes. Como tal,

merecem igualdade de oportunidades no acesso a este subsídio que promove a mobilidade e a coesão entre várias regiões do país.

A Anteproposta do Governo Regional é, portanto, um passo importante na direção certa, não só reconhece a importância da integração plena de todos os residentes da nossa comunidade, como também reforça o compromisso da Região com os princípios de inclusão e da equidade.

Obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto ao subsídio social de mobilidade, esta semana já o discutimos, já falamos, já viramos este frango várias vezes.

Quanto aos populismos, de vir aqui agradecer e tal... Eu não entro neste caminho e até me recuso a entrar neste caminho.

É um erro, grotesco até, deixar pessoas fora disto, pessoas que estão em condições legais de usufruírem deste subsídio, com todos os malefícios que ele tem neste momento. Não vou fazer aqui o discurso do elogio fácil aos imigrantes, nem vou mandar isto para o SOS Racismo.

Corrija-se o erro imediatamente. Se o Governo da República não gostar ou não quiser, então o Governo da República é que está mal e ponha-se a andar daqui para fora.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, tem a palavra, faça favor.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui, tivemos um regime, desde 2015, em que todos os imigrantes, independentemente do seu país de origem, da sua nacionalidade, tinham direito e tiveram direito durante estes 9 anos ao pagamento do subsídio social de mobilidade. Desde novembro deste ano que há uma interpretação diferente. E essa interpretação diferente, se olharmos para o texto inicial, para a legislação de 2015, corresponde, de facto, à legislação vigente, embora não estivesse a ser aplicada. E a verdade é que não foi aplicada durante 9 anos.

A verdade é que esta interpretação, agora, depois de 9 anos de prática, cria uma injustiça brutal em relação aos imigrantes que de facto aqui residem, aqui trabalham, aqui fazem os seus descontos, aqui contribuem para a nossa Região.

A Região Autónoma dos Açores não pode tolerar esta desigualdade.

Por isso, eu tenho muita honra, muito orgulho, em que na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tivesse reconhecido esta injustiça perante os imigrantes que aqui residem legalmente, perante os imigrantes que aqui desempenham suas funções também ao serviço dos Açores e das nossas comunidades.

E que se faça agora esta alteração, que é da responsabilidade última da República. Nós utilizamos as competências que estão reconhecidas do ponto de vista do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e também no

âmbito do Regimento da Assembleia da República, para levar esta proposta a discussão no âmbito da Assembleia da República, com celeridade, para resolver esta matéria. É um ato que eu considero que honra o Parlamento dos Açores, honra a autonomia dos Açores, honra o povo dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Luis Leal, faça favor.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que tem sido a postura do Partido Socialista relativamente ao subsídio social de mobilidade não muda, sem prejuízo daquilo que é conhecido como a incidência subjetiva ao âmbito de aplicação da lei começar a excluir imigrantes, desde que o Governo da República do PSD/CDS tomou posse.

Mas a verdade é que o Partido Socialista está do lado da solução. Nós precisamos que os imigrantes que vivam e residam nos Açores e que contribuem de uma forma positiva para a economia sejam de forma expressa sufragados nos termos da lei.

A interpretação da lei pode para alguns ser mais restritiva, para outros ser mais extensiva, mas, do ponto de vista político, o facto inegável é que os imigrantes que residiam nos Açores, enquanto o Governo Socialista da República esteve no poder, nunca foram excluídos.

No entanto, fazemos parte da solução. E é óbvio que não queremos que quaisquer imigrantes que vivam nos Açores, que cá contribuam, que cá se sentem felizes, que escolheram os Açores para viver, assim como foi a história do nosso povo e do nosso país que sempre foi abraçado pelo mundo inteiro, aqui queremos que toda a gente seja incluída.

E, portanto, a postura do Partido Socialista é de que votará a favor daquilo que foi apresentado, em uníssono, para que esta Assembleia diga de forma bastante sólida que os Açorianos estão juntos e cheios de força. Aqui quem manda são os Açorianos!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta matéria, ainda que no âmbito do subsídio social de mobilidade, eu creio que é geradora de consensos e que, no fundo, a todos nos convoca para resolver um problema que resulta daquilo que está escrito na lei, que é de 2015, que porventura não foi cumprida durante estes anos, mas que, agora, querendo e devendo ser cumprida, a nossa função é exatamente conformar aquilo que é o entendimento que fazemos quanto ao direito que os imigrantes nos Açores devem ter, sem qualquer exceção. E, portanto, poder abranger os cerca de 2500 imigrantes que ficariam excluídos do subsídio social de mobilidade.

Mas já que o Sr. Deputado Luís Leal, do Partido Socialista, quis de alguma forma repristinar o debate de ontem ou de anteontem sobre esta matéria, eu não posso

deixar passar a oportunidade, não só à Câmara, mas sobretudo até para os Açorianos, de fazer a correção de uma habilidade do Partido Socialista quando nós falamos do teto e das implicações que isto traz em termos de custo para os Açorianos. O Partido Socialista, perante o desafio de apresentar faturas de viagens superiores a 600 euros, disse que tinha várias. Eu admito que até possa ter algumas. E apresentou uma. E com isso trouxe uma espécie de troféu para comprovar perante os Açorianos que há gente que já hoje paga mais do que 600 euros por uma viagem.

Mas, para nosso espanto, afinal, a fatura que o Sr. Deputado João Vasco Costa aqui nos trouxe é efetivamente uma fatura superior a 600 euros, é até de 758,37 euros, o aconchega e conforta o Partido Socialista de que afinal há quem pague. Mas o que é que nós verificamos? É que esta fatura corresponde a uma tarifa na modalidade TOP, que tem direito não a 23 kg, mas a 46 kg, a duas malas de porão com 46 kg. Com essa fatura tem direito ao fast track. Para as pessoas que estão lá em casa e não estão muito familiarizadas com esta matéria, significa que na fila de entrada passa à frente de toda a gente. E, depois, ainda tem direito a ir para a sala VIP, com lounge, com direito a refeição e outras coisas gratuitas.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: E, mais, ainda pode alterar as vezes que quiser a reserva sem qualquer penalização. Moral da história: com estas características todas, é evidente que não há 600 euros que garanta viagem aos Açorianos.

Mas as reservas feitas para estes dias, quando esta reserva foi feita, seguramente, até havia muito mais lugares em que a viagem, garantindo 23 kg bagagem, ficava muito abaixo dos 600 euros.

E, portanto, Srs. Deputados do Partido Socialista, Sr. Deputado João Vasco Costa, caro colega Vice-Presidente na Mesa desta Assembleia, vai ter de arranjar outra fatura porque esta não convence ninguém.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu estive a ver a proposta de substituição integral...

(Ruído na Câmara)

Se a minha intervenção está a incomodar a conversa na bancada do PSD, eu calome.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Faça favor, Sr. Deputado António Lima.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estive a ver, como é óbvio, a substituição integral da Anteproposta de Lei dos partidos que a subscrevem, mas já não sei quais são, confesso, porque entretanto já houve alterações, mas PSD, CDS-PP e CHEGA, se não me falha a memória (parece que o PAN não quis continuar a subscrever), e as alterações merecem alguma reflexão, mas já lá vou.

Em primeiro lugar dizer que...

Ah, já me esquecia, esta foi uma substituição integral, não distribuída antes do debate sequer, por isso eu espero não ouvir mais nenhuma vez da bancada do PSD qualquer crítica a substituições integrais, porque quem tem telhados de vidro é bom que não atire pedras.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): O senhor pensa que está a falar com quem?

O Orador: Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é sobre a matéria em questão...

(Ruído na Câmara)

Ó Senhor Presidente, o que é isto?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os apartes são regimentais, mas não podem estar a bombardear a pessoa que está a fazer a intervenção, peço desculpa.

Não me obriguem a suspender os trabalhos.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Quer suspender, suspenda!

Presidente: Sr. Deputado António Lima, faça favor.

O Orador: Sr. Presidente, eu vou continuar a minha intervenção, mas é assim, há Deputados em pé e à conversa como se estivessem no café, há Deputados em apartes como se estivessem no café. Isto não é forma de estar neste Parlamento, é a minha opinião e eu não deixo de a dar. Estou no meu direito à palavra, por isso, se querem fazer este debate, inscrevam-se.

E, continuando a minha intervenção, sobre a matéria que está em debate, já tivemos a oportunidade de manifestar a nossa profunda indignação e oposição à forma como o Governo da República tem tratado este assunto. E a exclusão de imigrantes do acesso ao subsídio social de mobilidade é mais um sinal claro de que este Governo da República quer, efetivamente, acabar com a forma como o subsídio social de mobilidade estava a ser aplicado, criando outra coisa. Não é já o mesmo subsídio social de mobilidade, primeiro ponto.

Segundo, esta interpretação inovadora da Constituição, não é da lei, é da Constituição, é profundamente discriminatória de alguns cidadãos, aqueles que não são cidadãos da União Europeia, que não são cidadãos de países com quem Portugal tem acordos que visam dar alguns direitos idênticos. Por isso, é uma

interpretação da Constituição discriminatória que não pode, de modo algum, ficar sem protesto. Foi isso que fizemos ao trazer aqui um voto de protesto sobre esta matéria.

E o que é que mudou sobre a interpretação deste assunto, do subsídio social de mobilidade? O que mudou não foi a lei, porque ela é a mesma, muito menos a Constituição. O que mudou foi o Governo, não foi o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas não governa e nem sequer interpreta a Constituição. Há um tribunal para isso e chama-se Tribunal Constitucional, não é o Tribunal de Contas. O Governo não pode interpretar a Constituição de acordo com qualquer tipo de recomendação do Tribunal de Contas. Por isso, em defesa dos cidadãos que são residentes nos Açores, nunca o Governo da República deveria ter tido a interpretação sobre o subsídio social de mobilidade que tem hoje.

O que mudou foi, efetivamente, Montenegro ser Primeiro-Ministro. Isso é o que mudou, foi o PSD e o CDS-PP serem Governo da República. Não podemos deixar de o dizer.

Em segundo lugar, nós votaremos favoravelmente esta Anteproposta. Mas, não podemos também deixar de lembrar que não é preciso nenhuma alteração à lei (não deveria ser preciso), porque está nas mãos do Governo da República fazer a interpretação que estava a ser feita aqui. E depois também, vamos lá ver, o PSD e o CDS-PP, na Assembleia da República, vão contrariar a opinião do seu Governo da República?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Já o têm feito! A Catarina Martins é que não fazia!

O Orador: Eu espero para ver o que farão o PSD e o CDS-PP sobre esta matéria, na Assembleia da República.

Sobre o efeito prático desta Anteproposta de Lei, em primeiro lugar, irá gerar uma absoluta confusão legislativa com outra Anteproposta de Lei que já está na Assembleia da República, que altera o mesmo Decreto-Lei, ou seja, a Assembleia

da República ficará com duas Antepropostas de Lei do Parlamento dos Açores sobre a mesma matéria. Alerto para a confusão que isso gera.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Isso não é nenhum problema!

O Orador: Segundo ponto, a entrada em vigor desta lei quando for aprovada. Esta Anteproposta refere que entra em vigor com a Lei do Orçamento do Estado para 2025. Ora, a Lei do Orçamento do Estado para 2025 vai entrar em vigor a 1 de janeiro de 2025, como é norma, quando o orçamento é aprovado em tempo regular, que foi o caso.

Ora, esta proposta, dificilmente será votada antes de 1 de janeiro de 2025. Se assim for, que é o mais provável, e espero estar enganado, mas mesmo com o pedido de urgência que aqui está para ser votado tenho muitas dúvidas que isso vá acontecer. O que vai suceder é que vai esbarrar com a norma-travão da Constituição, que diz que os Deputados e as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas não podem apresentar propostas que aumentem a despesa no ano económico em curso. Ou seja, esta proposta, muito provavelmente, não poderá entrar em vigor no ano de 2025.

Estão a ver onde é que isto vai chegar? Terá de ser o Governo da República a alterar o Decreto-Lei. E voltamos ao mesmo. Está nas mãos do Governo da República alterar a sua interpretação ou, se quiser, o Decreto-Lei, mas não deveria ser preciso nenhuma alteração do Parlamento dos Açores nem da Assembleia da República. Está nas mãos do Governo da República alterar a lei para que os cidadãos imigrantes, residentes nos Açores, tenham acesso ao subsídio social de mobilidade. E o Governo da República não faz porque não quer.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre o tema que aqui nos traz, o Sr. Deputado Joaquim Machado repristinou o tema dos tetos e invocou o meu nome. Relativamente à posição do Partido Socialista sobre esta Anteproposta, nada mais acrescento, querendo apenas dizer ao Sr. Deputado Joaquim Machado duas coisas. Eu cortei os elementos de identificação das faturas/recibos que lhe enviei, mas não tenho problema algum em dizer-lhe que esses bilhetes eram meus, são meus e foram pagos por mim. Ou seja, os bilhetes que eu juntei a esta Casa foram aqueles que me foram disponibilizados para fazer viagens ao Porto, nas datas que lá constam. Não tenho problema em assumir isso.

Mais, digo-lhe o seguinte: antes sequer de ser deputado, por via do dinheiro que fui dando à SATA, durante muito tempo, tinha um cartão gold, que me permite tudo aquilo que o senhor disse, levar peso a mais, ter acesso ao fast track, ter acesso ao lounge executivo do aeroporto de Santa Maria. Não tenho direito ao carro preto, mas há de haver um dia alguém que tenha.

De qualquer das maneiras, devo-lhe dizer o seguinte: eu esperava que, em função daquilo que foi a posição do Partido Socialista, o senhor não viesse com aquele síndrome da perda adquirida e com o fel que lhe é comum e que nós já conhecemos.

A verdade é que há passageiros, há açorianos, mais do que os 6500 estrangeiros que vivem nos Açores, duzentos e tal mil, que correm o risco de pagar mais de 600 euros. E sobre esse teto, os senhores não falam. Os senhores não reagem como deviam reagir. Os senhores não exigem do vosso Governo, de Montenegro, que resolva aquilo que, injustamente, está a criar. E, portanto, é isso que me apraz dizer.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso!

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, fique a saber que há açorianos que estão a pagar mais do que 600 euros. E esse bilhete vai ficar pelo dobro do preço daquilo que normalmente pagaria.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, eu sou daquelas pessoas que tem admiração por si, porque acho-o um homem íntegro, sinceramente. Digo-o com absoluta sinceridade.

A sua oposição consistente não é nada que eu não tivesse feito quando estava na oposição, por isso não tenho qualquer tipo de pretensão de superioridade moral ou ética, porque eu reconheço o seu trabalho e sei que não fui melhor do que V. Exa.

Mas, se há uma coisa em que eu acho que V. Exa. está errado, permita-me que lhe diga, é com a intervenção que fez, porque eu sei que V. Exa., o seu partido, se preocupa com os imigrantes, se preocupa em resolver a questão. E estas questões não se resolvem, única e exclusivamente, com votos de protesto, a protestar e a dizer: vocês criaram o erro, resolvam-no.

Nós, aqui, no Parlamento dos Açores, temos a obrigação de resolver os problemas dos açorianos, não só de protestar, não só dizer aos outros que se alteram. E V. Exa. tem consciência que o que acabou de dizer em relação à interpretação que está a fazer da lei-travão prejudica, obviamente, os imigrantes na resolução rápida que nós queremos fazer e prejudica na interpretação das competências do Parlamento dos Açores. Sr. Deputado, a sua intervenção, que ficou gravada, que será remetida e que será consultada no âmbito da Assembleia da República prejudica objetivamente.

Deputado António Lima (BE): A minha intervenção?!

O Orador: E eu não percebo como é que V. Exa. comete este erro de prejudicar

exatamente aqueles que quer proteger, com um erro de interpretação ainda por cima, Sr. Deputado.

Eu já lhe disse, eu acredito na sua integridade e na sua honestidade, digo-o sempre, em qualquer contexto, mas V. Exa. neste caso específico falhou, errou (na minha perspetiva, claro, V. Exa. terá outra).

Mas a interpretação é a seguinte: é este ano que nós estamos a admitir a proposta, é em 2024. E será remetida ainda em 2024.

E, portanto, nesse sentido, o momento de admissão da nossa proposta, que será enviada ainda este ano para a Assembleia da República, em nada viola... Nunca assim aconteceu, nunca ninguém interpretou da forma como V. Exa. interpretou. O que a mim me custa é ver um Deputado desta Assembleia, um Deputado que está envolvido nestas causas de defesa dos imigrantes, ter uma interpretação desse tipo, que é uma interpretação que nem o mais centralista dos centralistas tem. E, por isso, V. Exa., na minha perspetiva, está a prestar um mau serviço a esta causa e à resolução desta causa.

Para mais, do ponto de vista prático, deixe-me que lhe diga, em relação ao momento de admissão da proposta, exatamente também porque aprovámos agora e remetemos ainda este ano, em relação a essa matéria não existe nenhuma dúvida de direito.

Mas veja do ponto de vista prático também. Quando foi apresentada a Proposta de Orçamento de Estado, foi considerada uma diminuição da despesa, diminuindo, por exemplo, aquilo que seria previsível das viagens dos 2400 imigrantes que ficaram sem estes direitos? Não! Sabe porquê? Porque ela foi considerada em 2015, foi considerada em 2016, foi considerada em 2017, foi considerada em 2018 e foi considerada, exatamente, nos mesmos termos para 2025, porque, como sabe, a leitura que foi introduzida em novembro é anterior à entrega do Orçamento do Estado e, por isso, não podia prever algo que não aconteceu nos nove anos anteriores. Qual é a redução da despesa que se prevê?

Nenhuma, porque essa redução de despesa não esteve prevista ao longo destes nove anos e também não esteve prevista para 2025.

Por isso, Sr. Deputado, na minha perspetiva, na perspetiva do Governo, V. Exa. não tem razão e a sua intervenção, objetivamente, prejudica os interesses de imigrantes.

Deputado António Lima (BE): Era o que me faltava!

O Orador: Não o condeno, todos cometemos erros. Na minha opinião, na opinião do Governo, V. Exa., com a sua intervenção, prejudica claramente a defesa dos interesses dos imigrantes. O que o Governo dos Açores quer é que eles não sejam prejudicados. O que o Governo quer é que esta injustiça termine rapidamente. O que o Governo quer não é só protestar, não é só dizer aos outros que têm de alterar, é fazer alguma coisa para que isso possa acontecer.

E é isso que estamos aqui a fazer, que a Assembleia está a fazer. E ainda bem que, aqui, este conjunto de partidos está a fazer este esforço nesse sentido.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, por detrás de um elogio seu vem sempre uma acintosa crítica.

Eu não critiquei o Governo Regional por apresentar a proposta, aquilo que eu

critiquei foi o Governo da República. E o senhor, para não criticar o Governo da República, vem dizer que o Bloco de Esquerda está a prejudicar os imigrantes?! Quem está a prejudicar os imigrantes é o Governo da República, que o senhor apoia.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Não!

O Orador: Não é o Bloco de Esquerda! Era só o que me faltava!

Sr. Secretário, as dúvidas que levanto quanto à interpretação da norma-travão são legítimas e decorrem de outras interpretações de outros processos. Não são invenções. E é um alerta que deixei, que é um alerta importante.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Para quem? Para Lisboa?

O Orador: Sim, para Lisboa. É um alerta importante.

Se o senhor não quer saber, eu não tenho culpa. Agora, o Governo que o senhor apoia, em Lisboa, é que tem na mão a resolução deste problema, imediatamente, se quiser, mas não quer.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Se dúvidas houvesse sobre a intenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, eu creio que esta última intervenção clarificou tudo.

De facto, o alerta para Lisboa é um bocadinho aquela situação: vem aí um problema, estejam atentos. Estejam atentos que vem aí um problema. Resolvam isso bem.

O interesse não é dos imigrantes, o interesse primeiro é do Bloco de Esquerda. O interesse primeiro é que as coisas corram mal, para depois o Bloco de Esquerda poder vir novamente acusar o Governo Regional, as bancadas da oposição e o

Governo da República.

Aliás, o Bloco de Esquerda, como qualquer partido nesta Casa, tem a capacidade de propositura e podia ter tomado uma iniciativa para levar por diante uma solução prática, eficiente e rápida desta matéria.

Mas o que é que o Bloco de Esquerda fez? Fez aquilo que lhe é habitual, fez um protesto, fez um voto de protesto, mas, depois, nestas matérias, para não ficar mal na fotografia e para que alguns continuem (acho que são cada vez menos) convencidos de que o Bloco de Esquerda se envolve e está empenhado nestas lutas, lá vota a favor daquilo que já vai dizendo. Mas isto é um problema e não resolve nada. Atenção, Lisboa, vejam lá como é que vão decidir isto! Digam lá que isto não é possível.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Nem a Mortágua!

O Orador: Aliás, a minha inscrição, Sr. Presidente, tinha a ver com a intervenção anterior do Sr. Deputado António Lima. E eu acho que ela até podia e devia ter suscitado um protesto sobre onde estão e como estão alguns Deputados, numa circunstância de um ou de dois minutos.

Eu acho que por uma certa arrogância moral que o Bloco de Esquerda tem, um destes dias, se calhar, também vai fazer desconsiderações sobre a maneira como cada um vem penteado ou vestido, se vem de fato ou se vem de calças de ganga, se vem com gravata ou sem gravata, provavelmente, um destes dias... Não, se calhar não chega a tanto, mas está lá próximo.

Deputado António Lima (BE): O senhor já está a divagar! Concentre-se! Já se perdeu!

O Orador: Sobre a substituição integral, também aí o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda se enganou. O documento dos partidos proponentes desta Anteproposta de Lei a fazer a substituição integral, que, repito, apenas tem a ver com a redação de entrada em vigor, foi entregue nos serviços às 15 horas e 7 minutos, estávamos ainda a reiniciar os nossos trabalhos, depois do almoço, com a discussão da

resolução, isto é, do ponto anterior. O que significa também que, mais uma vez, o Bloco de Esquerda nesta matéria também se deu mal.

Mas o Bloco de Esquerda também quis fazer uma insinuação e referiu “telhados de vidro”, porque durante esta semana nós fizemos uma invetiva ao Bloco de Esquerda lembrando que, nesta legislatura, que ainda vai no início, em seis diplomas do Bloco de Esquerda que subiram a Plenário, cinco foram substituídos integralmente.

Deputado António Lima (BE): O senhor já substitui dois hoje!

O Orador: Mas o Bloco de Esquerda esqueceu-se de um pormenor, é que esta substituição integral é de um diploma que vem aqui com urgência e que não tem nada a ver com aquilo que as pessoas estiveram a dar parecer e a ser ouvidas lá fora. E, portanto, nós não fizemos uma alteração. O que o Bloco de Esquerda fez com outras matérias foi pôr a sociedade civil e o Governo Regional a pronunciar-se sobre um diploma que, no fundo, tinha uma versão diferente daquela que acaba por ficar aqui durante a nossa discussão.

Para terminar, numa coisa eu terei de concordar com o Bloco de Esquerda.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Pelo amor de Deus!

O Orador: De facto, com o Governo do PSD, do CDS-PP e do PPM na República, alguma coisa está a mudar...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mesmo que seja para pior, está a mudar!

O Orador: ... também relativamente ao subsídio social de mobilidade, é que no dia 1 de janeiro os açorianos deixarão de pagar 134 euros e passarão a pagar apenas 119 euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Regional.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sou daqueles, ou não estivesse aqui nesta Casa há 16 anos, que defende, sempre, em qualquer circunstância, o prestígio e a utilidade do Parlamento.

Aqueles que, nas redes sociais, atacam este Parlamento pelas divergências que existem aqui no Parlamento e, às vezes, nos debates mais acalorados, mesmo alguns ex-deputados que aqui estiveram e desempenharam as funções, esquecem-se do que fizeram há 4 anos, há 8 anos e há 12 anos. Eu vi-os fazer o que eles agora condenam, vi-os fazer e ter o mesmo tipo de afirmações e o mesmo tipo de discussões acesas.

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): Nós também!

O Orador: E, portanto, desde que existe parlamentarismo que o parlamentarismo é criticado, porque o parlamentarismo é sinónimo de democracia, porque aqui se representa o conjunto da população. Há muitos que aqui não estão e que gostariam de estar. E estão aqui outros que foram eleitos pelo povo. É tão simples como isso. Muita inveja e muito ataque ao Parlamento tem a ver com o desejo de destruírem quem aqui está, para serem eles a substituir. Quando aqui chegarem, não vão portar-se de forma diferente.

E, por isso, em relação a esta matéria, o que eu aqui disse em relação ao Bloco de Esquerda foi exatamente o contrário, todos ouviram e está gravado. Eu não disse que o Bloco de Esquerda tinha um discurso contra os imigrantes...

Deputado António Lima (*BE*): Disse, disse!

O Orador: Não disse, não!

Deputado António Lima (*BE*): O problema é que disse!

O Orador: Não vale a pena, Sr. Deputado. Não vale a pena, não vamos por aí, Sr. Deputado. Deixe-me terminar o meu discurso, Sr. Deputado. Posso?

O que eu disse e o que eu reconheci é que o Bloco de Esquerda e V. Exa., nessa

matéria, têm um discurso a favor da imigração. Isso é inegável, toda a gente o sabe. V. Exas. têm esse discurso.

O que eu disse é que o seu discurso, apontando questões em relação à lei-travão, apontando questões técnicas deste tipo, em nada ajuda, porque fica gravado e a nossa iniciativa segue também com o debate que aqui foi feito e com as suas palavras e as questões que levantou. O que é que isso ajuda a causa da imigração? Não ajuda nada, Sr. Deputado.

Eu nem sequer disse que V. Exa. o fez propositadamente ou o fez para atingir os imigrantes, mas o seu afã de atacar o Governo e de atacar os partidos da Coligação é tão grande, tão grande, a sua cegueira ideológica e o seu sectarismo é tão grande, tão grande, que não se importa, muitas vezes, de ter os tais danos colaterais, que neste caso são os imigrantes, quando se lança com esse ataque desenfreado à Coligação e ao Governo.

Por isso, Sr. Deputado, esse foi o erro que lhe aponte, o erro de prejudicar uma iniciativa apontando questões que não existem, porque a questão é que a proposta está a ser votada este ano e chegará à República este ano. E não tem acréscimo de despesas, porque em nenhum momento, durante estes 9 anos, essa despesa esteve subtraída dos imigrantes que não são provenientes da União Europeia, da Islândia, do Liechtenstein, da Noruega, da Suíça e do Brasil. A verdade é que todos estes 2400 não estiveram subtraídos na despesa ao longo destes 9 anos, Sr. Deputado.

E V. Exa. vem aqui dizer que a aprovação desta proposta significa mais despesa, que a aprovação desta proposta significa que não se cumpre a lei-travão. Falso, falso, falso! E, Sr. Deputado, além de falso, além de despropositado, ataca os interesses dos imigrantes, objetivamente.

Não digo que o faça propositadamente, é um erro político da sua parte, é um erro que tem a ver, muitas vezes, com o sectarismo, que tem a ver com o facto de não conseguir convergir com aqueles que são os interesses dos Açores.

Nós temos muitos momentos em que nos temos de unir e temos de convergir. É

isso que é muito importante. Não temos de estar sempre a alimentar o conflito. Não temos de estar sempre, constantemente, a promover o conflito. É essa a crítica que eu lhe fiz. Que o Bloco de Esquerda tem um discurso contra a imigração, nunca o disse. E V. Exa. não se refugie em questões e em citações que sabe que são falsas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, eu fico deveras sensibilizado com os seus apelos à convergência, principalmente quando vêm acompanhados de simpáticas expressões como “sectário” e “preconceito ideológico”.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Nesta intervenção.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): No mínimo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É das conversas de café, sabe?

O Orador: Sr. Secretário, eu fico deveras sensibilizado, porque, com elogios desses, certamente que terá do Bloco de Esquerda toda a disponibilidade para o diálogo, “sectário, preconceito ideológico”... E então dali, da bancada do PSD, nem se fala, nem tenho palavras.

Por isso, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta proposta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor devia ter vergonha da sua figura, da sua arrogância! O que vale é que a RTP gosta de si, só de si!

O Orador: ... sabendo que ela tem inúmeras dificuldades em resolver o problema, a começar pelo facto de quem governa no Governo da República e a começar pelo facto de o PSD, já agora, que é o maior partido do Governo da República, estar contra ela. Por isso, a esperança de que esta proposta seja aprovada e entre em vigor é, infelizmente, muito curta. Mas, da nossa parte, não deixaremos de lutar e apresentar soluções para que, efetivamente, os imigrantes tenham direito ao subsídio social de mobilidade.

Agora, Sr. Secretário, quando quiser apoio ou diálogo, tenha a bondade de não nos insultar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação da Anteproposta de Lei n.º 7/XIII. Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Anteproposta de Lei n.º 7/XIII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A Anteproposta de Lei tem cinco artigos. Não é alvo de nenhuma proposta de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os cinco artigos. Não havendo oposição, estão à votação os cinco artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os cinco artigos da Anteproposta de Lei n.º 7/XIII foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Votação final global: a Anteproposta de Lei n.º 7/XIII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos na nossa agenda para o ponto 17: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 23/XIII — “Um Quadro Financeiro Plurianual com Políticas de Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que mantenham as especificidades das Regiões Ultraperiféricas”**. É uma iniciativa apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado José Leal.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No dia 21 de janeiro, irá decorrer a Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (CPRUP) da União Europeia. Nesta conferência serão abordados assuntos de capital importância para a Região Autónoma Açores: Pescas, Política Agrícola Comum, Coesão Territorial... Enfim, são alguns dos temas que serão debatidos nesta Conferência Internacional das RUP (Regiões Ultraperiféricas) da União Europeia.

Seria interessante, pertinente, que desta sessão plenária de dezembro, tendo em conta que estamos a pouco mais de 1 mês desta reunião, se emanasse um documento com as diretrizes, para depois levar-se a essa conferência. E, portanto, sendo esta a Casa-mãe da democracia açoriana, seria de todo pertinente que daqui saíssem as diretrizes e se emanasse um documento devidamente aprovado, para que desse tempo, durante o próximo mês, de ser aprofundado e depois apresentado em nome dos Açores nessa conferência, que, volto a repetir, no dia 21 de janeiro, em Estrasburgo, irá realizar-se. Por isso, a urgência nesse sentido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Reconhecendo a enorme importância desta matéria, eu tenho dificuldade em compreender como é que ela deve ser tratada com um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão. Este Projeto de Resolução aborda temáticas tão vastas como: a Política de Coesão, que basicamente envolve grande parte das políticas públicas da Região; a Política de Pescas; a Política Agrícola; Transportes. Tem a módica quantia de oito pontos resolutivos. E eles são quase um mini programa eleitoral, até poderiam ser.

Por isso, em nosso entender, esta matéria não deve ser tratada às 16h30 de sexta-feira, deve ter uma reflexão. Não deve ser feito um debate a correr sobre esta matéria, em véspera de fim de semana, para não dizer outra coisa.

Da nossa parte, votaremos contra o pedido de urgência por esse motivo, porque, de facto, a matéria é importante e merece um debate que não seja para despachar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado, com os votos a favor do PSD (20), do PS (19), do CH (5), do CDS-PP (1) e do PPM (1), com o voto contra do BE (1).

Presidente: O Sr. Deputado José Leal tem a palavra para a apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A União Europeia atravessa um dos períodos mais desafiantes da sua história, designadamente com a instabilidade económica e política vivida em alguns dos Estados-membros, as consequências provocadas pela guerra na Ucrânia, país que tem merecido um apoio claro e firme da União Europeia, a instabilidade no Médio Oriente, as novas configurações geopolíticas mundiais, a reposição de fronteiras internas.

Assistimos ainda à inclusão como prioridades estratégicas da União Europeia, o reforço das suas capacidades internas, também militares e de defesa, especialmente o reforço do pilar europeu da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), o que aumentará a pressão sobre o orçamento europeu, especialmente se não existir uma diversificação das suas fontes de financiamento ou um aumento das contribuições dos Estados-membros.

É sob o desígnio de tais incertezas e exigências, bem como perante o contexto e experiência da aplicação do mecanismo de recuperação e resiliência e do atual Quadro Financeiro Plurianual, que se irá elaborar o Quadro Financeiro Plurianual pós-2027, bem como todas as Políticas Comuns, como a Política de Coesão, a

Política Agrícola Comum e a Política Comum de Pescas, as quais têm de ser reforçadas e adequadas às novas exigências e desafios, pois são essenciais para o desenvolvimento das zonas rurais e comunidades costeiras, para a manutenção da coesão social, económica e territorial em todas as regiões da União Europeia, em especial em relação às Regiões Ultraperiféricas, como é o caso dos Açores, por serem territórios mais distantes, mais penalizados pela insularidade e dispersão geográfica, pela reduzida dimensão dos respetivos mercados e população, pela distância aos grandes mercados e ao território continental, e por falta de economias de escala que fazem com que, cada vez mais, seja necessário o cumprimento integral do artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia.

A importância que tais decisões têm na Região Autónoma dos Açores justifica que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie por iniciativa própria sobre estas políticas, na defesa do interesse regional.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve, nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea i) do artigo 34.º e do n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pronunciar-se por sua iniciativa nos seguintes termos:

1. É fundamental que o próximo Quadro Financeiro Plurianual permita dotar a União Europeia dos recursos apropriados para fazer face ao conjunto de desafios internos e externos a que se propõe.
2. O Quadro Financeiro Plurianual deve assegurar o reforço, mesmo quanto às dotações financeiras das políticas que estejam alinhadas com a transição verde, transição justa, transição energética, investigação, inovação, acesso ao espaço, pacto dos oceanos e conhecimento do mar profundo, bem como para o reforço das relações transatlânticas, das quais os Açores têm um papel a desempenhar, não reduzindo fundos que permitam às regiões em geral e às Regiões Ultraperiféricas

em particular afirmarem-se no quadro destas políticas.

3. A Política de Coesão é fundamental para o cumprimento de uma União Europeia assente num desenvolvimento sustentável, de cooperação, de solidariedade entre povos e entre regiões. Qualquer revisão da mesma, bem como a dos fundos associados, deve trazer mais simplificação e desburocratização, mas sem tratar por igual o que é efetivamente diferente e estabelecido nos tratados, cumprindo com o princípio de subsidiariedade. As entidades locais e regionais têm de ser auscultadas pelos governos dos Estados-membros e terem uma participação ativa no desenho das próximas políticas e fundos europeus e na sua execução, numa abordagem de governação multinível. E qualquer princípio de maior centralização e de gestão dos fundos na Comissão Europeia que coloque em risco esses pressupostos deve ser afastado.

4. Deve ser adotado um programa do tipo POSEI para a área dos Transportes, permitindo um tratamento próprio institucionalizado e com financiamento adequado, que garanta uma melhoria dos transportes de passageiros e mercadorias, dentro da Região Autónoma dos Açores, e entre esta e o exterior, promovendo a sua plena integração no mercado único europeu, que, mais de 30 anos depois da sua criação, continua incompleto e a não corrigir ou atenuar as desigualdades decorrentes da condição arquipelágica e insular dos Açores.

5. A Política Agrícola Comum (PAC) deve permanecer uma política vocacionada para o apoio aos produtores e à produção de alimentos, de forma sustentável, e a preços acessíveis para os consumidores, de modo a alcançarmos a autonomia estratégica também no setor alimentar. Todos os outros serviços ambientais prestados pelos agricultores, que não de produção sustentável, têm de ser remunerados por outros fundos, de cariz ambiental. Para a Região Autónoma dos Açores, é fundamental que o POSEI-Agricultura possa ser reforçado e adequado às necessidades reais do setor, garantindo uma remuneração justa aos agricultores, bem como deve ser-lhe aplicado o deflator de 2 %, ou a sua atualização ser

indexada à inflação. Deve, também, ser possível a transferência entre o POSEI (equivalente ao I Pilar), e o II Pilar - Desenvolvimento Rural, e vice-versa. Deve ser reestabelecida a taxa de cofinanciamento de 85 % para as RUP no Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

A Política Comum de Pescas, bem como a Organização Comum dos Mercados (OCM) Pesca devem considerar as especificidades próprias das RUP através de um artigo específico. O Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquicultura (FEAMPA) tem-se mostrado insuficiente para os desafios que se colocam ao setor, desde logo para garantir um rendimento justo aos pescadores e armadores. A sua configuração deve ser revista, simplificada, permitindo a renovação das frotas, a melhoria do desempenho energético, compensações adequadas para o abate de embarcações que se afigurem necessárias para a reestruturação do setor, e compensações para os pescadores eventualmente afetados pela definição das Áreas Marinhas Protegidas na Região Autónoma dos Açores. O POSEI-Pescas deve ser restabelecido, para que a definição das áreas estratégicas de apoio ao setor possa ser da responsabilidade da Região, num processo mais célere e menos burocrático.

Reconhecendo que serão negociações difíceis, Portugal deve debater-se no próximo Quadro Financeiro Plurianual por um nível global de financiamento ambicioso para as Regiões Ultraperiféricas, com a aplicação do deflator anual/indexação à inflação, com responsabilidade tripartida (RUP, Estado-Membro, Comissão Europeia), como estabelecido na mais recente estratégia para as Regiões Ultraperiféricas, e garantir as especificidades da ultraperiferia e respetivos programas, como estabelecido no artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia.

O Fundo de Solidariedade da União Europeia, e outros mecanismos de emergência, devem ser revistos, de modo a que possam ser adequados, no seu financiamento, critérios de elegibilidade e na definição de situações de

emergência, à realidade específica das Regiões Ultraperiféricas e a fenómenos inesperados, que não apenas os relacionados com catástrofes naturais.

Desta Resolução deve ser dado conhecimento ao Presidente da República, aos grupos e representações parlamentares da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, à Associação Nacional de Freguesias, ao Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e ao Presidente do Governo Regional da Madeira, ao Presidente da Comissão Europeia, ao Vice-Presidente para a Coesão e Reformas, ao Comissário da Agricultura e Alimentação, ao Comissário das Pescas e Oceanos, à Presidente do Parlamento Europeu, a todos os grupos políticos no Parlamento Europeu, às delegações de Portugal, Espanha e França no Parlamento Europeu e respetivas Representações Permanentes junto das Instituições Europeias, à Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, à Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, à Comissão das Pescas do Parlamento Europeu e à Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, ao Presidente do Conselho Europeu, ao Conselho Económico e Social Europeu, ao Comité Europeu das Regiões, à Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras.

e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução aqui apresentado tem o mérito de concertar uma posição clara sobre um assunto de crucial importância para a Região e que se espera que mereça a concordância unânime nesta Casa. Entendemos que o assunto merece uma frente insular unida, para que não tenhamos surpresas desanimadoras quanto à definição da Política de Coesão e para que o nosso entendimento sobre esta matéria, bem elucidado nos pontos resolutivos apresentados na iniciativa, tenha um real impacto junto do Governo da República e das instituições europeias.

Ter uma Política de Coesão forte, flexível e ágil é a única forma de a União Europeia respeitar os seus objetivos fundadores de olhar para todos os territórios com equidade e solidariedade. É a única forma de termos uma Europa unida que assegura plena integração de todos os países e regiões.

A diversidade territorial é uma força para a Europa e não um constrangimento, embora as instituições europeias tenham de reconhecer essa diversidade e ser sensíveis a estas realidades distintas, investindo para responder aos condicionalismos naturais que, por exemplo, condicionam as regiões ultraperiféricas, como os Açores.

Não podemos admitir regressões à Política de Coesão que acabariam por agravar ainda mais as circunstâncias naturais que afetam o nosso desenvolvimento.

Defendemos uma Política de Coesão que olhe para todos os territórios, que ninguém fique para trás e que garanta que as especificidades inerentes ao estatuto da ultraperiferia sejam acauteladas em futuros instrumentos de apoio.

Defendemos uma Política de Coesão que preveja um programa de apoio aos transportes, corrigindo o impacto da condição arquipelágica na mobilidade das pessoas, bens e mercadorias.

Defendemos uma Política de Coesão que valorize as atividades agrícola e piscatória, dando condições para que caminhemos nos Açores para uma situação de autossuficiência alimentar, sem estarmos tão dependentes do mercado externo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que a Europa vive uma série de desafios, sobretudo na matéria de defesa, rejeitamos que o previsível reforço de investimentos nesse setor, que apoiamos, seja feito à custa de hipotéticos custos no quadro financeiro de apoio à Coesão, à Agricultura ou às Pescas.

A Coesão não pode ser vista como parente pobre do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia nem pode estar sob pressão.

É ainda sobre a definição, a gestão e a execução de fundos da coesão que queremos deixar claro o seguinte: opomo-nos a qualquer tentativa que vise a centralização da Política de Coesão e reduza o papel das entidades regionais e locais. Opomo-nos a esta perspetiva centralista, que alegrará alguns entusiastas de Bruxelas. Opomo-nos, porque acreditamos nas vantagens de uma governação multinível e descentralizada dos fundos, porque é localmente que se reconhecem as necessidades específicas dos territórios e não a partir de Bruxelas ou das capitais europeias. Opomo-nos, em suma, porque secundamos a perspetiva de Duarte Rodrigues, Vice-Presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, que ainda este mês reconheceu que foi a governação multinível que permitiu que a Política de Coesão tivesse uma aplicação mais eficiente.

Por estas razões, o CDS-PP concorda com o teor deste Projeto de Resolução, esperando que o mesmo seja mobilizador de consciências para se evitar a redução das verbas da Política de Coesão e a centralização na gestão de fundos, que poria em causa a convergência económica e social da União Europeia.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, esse presépio está a ficar cada vez mais curto.

(Aparte inaudível)

O senhor está aziado hoje. Estamos no Natal!

Deputado António Lima (BE): Eu estou a concordar consigo.

O Orador: Sim, mas não precisa de ficar aziado, foi uma graça. Diga isso com ar de graça, que é Natal. Cante o Jingle Bells.

Ó Sr. Presidente, as questões europeias são fundamentais para os Açores.

Não está cá presente, mas gostaria também de endereçar este elogio ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro pelo papel que tem, pelo que tem feito na defesa da sua terra. Acho que é importante também sabermos dizer isto. E não me canso de dizer que o Deputado Vasco Cordeiro tem tido um papel importantíssimo nisto. É muito importante também que este Governo Regional tenha esta preocupação e que nunca desista.

Ainda há dias, foi no Orçamento, os meus colegas questionavam a importância de se ter um gabinete na Europa ou junto do Parlamento Europeu. É muito importante termos Deputados dos Açores lá. É muito importante.

Nós estamos aqui geograficamente bastante distantes, mas temos uma riqueza imensa, que mais não seja o mar. Mas esquecem-se sempre do espaço aéreo, que também é muito importante falar nele.

No fundo, o que temos aqui é uma carta... não sei como é que lhe hei de chamar, mas uma carta de recomendação a dizer que os Açores são importantes, que merecem mais importância, se calhar mais apoio, mais, mais, mais...

Nós não podemos continuar a ser o parente pobre da Europa, que nos vai atirando

umas migalhas e depois vai-nos retirando com a outra mão a fatia do leão. Isso é bastante importante. E eu penso que é unânime.

Se há coisa que eu digo aos meus colegas do continente é que, independentemente dos partidos, quando toca aos Açores, quando toca à defesa dos Açorianos, todos os partidos unem-se e fazem esta defesa. E é isto que eu gosto de ver. Eu penso que é importante teimar nisto.

O Sr. Secretário das Pescas veio de Bruxelas. Foi lutar. Eu sei que não é fácil. Eu sei que é extremamente difícil. Ou seja, nós somos o peixe pequenino e eles são os tubarões. Mas nunca desistimos. No CHEGA somos este exemplo, nunca desistimos, nunca vacilamos, nunca mudamos o rumo, porque, se achamos que temos razão, é assim que deve ser. E nós, obviamente, acompanhamos esta e todas as iniciativas que venham para valorizar os Açores, neste caso para minimizar as nossas dificuldades. Não é só dinheiro, é uma questão de dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar esta intervenção por transmitir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concordou genericamente com a proposta inicialmente apresentada pela Coligação, mas mesmo assim entendeu que seria útil, tratando-se de uma Proposta de Resolução, fazer chegar à Coligação algumas alterações que pudessem, ou não, vir a ser incorporadas nesta Resolução, no sentido de que ela fosse o mais representativa possível daquilo que é, no fundo, o pensamento desta Câmara. E foi isso exatamente que fizemos. Por isso, é também necessário

reconhecer que houve, da parte da Coligação, abertura e acolhimento a muitas das propostas que nós apresentámos, à larga maioria das propostas que nós apresentámos.

Nesse sentido e nessa lógica de colaboração e de contributo efetivo, foi possível, com os contributos apresentados pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, incorporar contributos que reforçam o reconhecimento das especificidades das regiões ultraperiféricas; da necessidade de reconhecer experiências da aplicação do mecanismo de recuperação e resiliência e do atual Quadro Financeiro Plurianual no desenho do futuro quadro; da necessidade de o próximo quadro financeiro dotar a União Europeia dos recursos apropriados e suficientes para fazer face ao conjunto de desafios internos e externos a que se propõe; de haver apoios e um programa para a área de Transportes, permitindo um tratamento próprio, institucionalizado e com financiamento adequado, que permita às RUP fazer face aos custos acrescidos que tem no transporte de mercadorias dentro e fora do seu território; no reconhecimento da Política Agrícola Comum, especialmente vocacionada para o apoio aos produtores; e também, um aspeto importante, que o Fundo de Solidariedade da União Europeia permita acolher outros fenómenos que não apenas relacionados com catástrofes naturais, salvaguardando assim que, no futuro, casos tão dramáticos como o HDES, ainda que não desejados, com a atuação das autoridades regionais, possam ser devidamente apoiados.

E, por isso, nesse sentido, os contributos do PS foram, de facto, na sua larga maioria, incorporados. E fizemo-lo porque reconhecemos, naturalmente, a experiência do Partido Socialista, e penso que é reconhecida por todos os que aqui estão, aliás, já o foi na gestão de quadros financeiros da mesma natureza. Fizemo-lo, naturalmente, com boa-fé, com sentido de responsabilidade e com o intuito de contribuir para um consenso amplo em torno de questões que são fundamentais para o nosso desenvolvimento.

Eu não queria deixar, nesta primeira intervenção, de fazer uma referência a um aspeto que, no fundo, é talvez aquilo que mereceu um pouco mais de discussão a propósito desta proposta, que teve a ver com o POSEI-Transportes ou pelo menos um programa tipo POSEI na área dos Transportes. Ao longo, diria eu, das últimas duas décadas, várias foram as personalidades que, a nível da Região e a nível europeu, no fundo, fizeram diligências para que pudesse haver um programa da natureza do POSEI na área dos Transportes. O próprio Presidente Carlos César, o Presidente Vasco Cordeiro, mas também a Dra. Berta Cabral enquanto líder da oposição o fez, e vários Deputados Europeus, mesmo que não sendo dos Açores, tiveram a oportunidade de o fazer, como o Sr. Deputado Nuno Teixeira, do PSD, ou Deputados do PCP, como seja o Deputado João Ferreira ou o Deputado Miguel Viegas. Todos eles fizeram diligências junto da Comissão Europeia no sentido de que isso fosse possível. A verdade é que, apesar das propostas e perguntas feitas sucessivamente, as respostas não foram favoráveis e não foram nesse sentido, por isso nunca foi possível, nos últimos dois quadros, haver um financiamento específico e desta natureza. Eu queria deixar aqui esta nota.

E esta nota parece-me importante, porque o Partido Socialista entende, de facto, e não se opõe, naturalmente, a que pudesse haver um programa no futuro que se chamasse POSEI e que se dedicasse aos transportes. A questão não é essa. A questão é que, depois de várias diligências, as respostas têm sido sucessivamente negativas. E parece-nos que é inútil insistir no mesmo e esperar resultados diferentes, daí, no fundo, termos tentado ter uma redação um pouco diferente daquela a que foi possível chegar, mas mesmo assim não é razão suficiente para que nos oponhamos à proposta que foi apresentada. E, portanto, manifestamos a nossa concordância na generalidade.

Mesmo assim, havendo aqui esta questão de pormenor, entendemos que será útil apresentar uma declaração de voto por escrito, para que fique devidamente explicitada a posição do Partido Socialista nesta matéria.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A matéria que este Projeto de Resolução, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS e pela Representação Parlamentar do PPM, aborda é evidentemente muitíssimo importante para o futuro próximo, para os próximos anos, daí nós termos considerado que ela merecia outro tipo de debate, nomeadamente um debate que pudesse ouvir e incluir na discussão os diversos setores da nossa sociedade (económicos, sociais) para enriquecer essa discussão e eventualmente melhorar a proposta que está aqui em apreço.

Naturalmente, não invalida nem retira nenhuma competência ou nenhuma capacidade de decisão ao Parlamento, mas, tendo em conta a vastidão dos assuntos que este Projeto de Resolução aborda, isso seria bastante útil. E, como é evidente, no tempo que temos para essa discussão, é impossível abordar sequer um décimo das matérias que estão aqui em discussão.

Naturalmente, em termos genéricos, nós acompanhamos os principais princípios que aqui estão expostos neste Projeto de Resolução. Há uma reflexão que me parece importante fazer, que o Projeto de Resolução até faz, que é o novo enquadramento que nós temos a nível europeu e até a nível global, com o surgimento de conflitos militares, alguns deles na Europa, que no caso da guerra na Ucrânia, da invasão russa da Ucrânia, tem levado a uma crescente pressão para

o aumento das despesas militares. Esta questão é abordada no Projeto de Resolução de uma forma que eu acho bem que esteja, de uma forma algo neutra, não diz se os proponentes concordam ou não com o aumento das despesas militares e a relação que isso tem com os fundos de Coesão.

O CDS, na intervenção do Sr. Deputado Jorge Paiva, diz outra coisa, diz que concorda e apoia o investimento em matéria militar, sabendo nós, no caso do Bloco de Esquerda, que isso levará necessariamente a uma redução dos fundos para outras questões, nomeadamente os fundos de Coesão, fundos para as regiões ultraperiféricas. E esse é talvez o maior desafio que está subjacente ao próximo Quadro Comunitário: a distribuição de verbas em diferentes prioridades, sabendo que a prioridade militar está sobre uma enorme pressão para ser aumentada.

Todos ouvimos, ainda há dias, o Secretário-Geral da NATO a dizer que era necessário investir uma parte da verba que é investida, por exemplo, em Saúde ou em Educação e em outras matérias importantes para as populações, no investimento militar. O que isto significa? Todos sabemos, é o risco de redução dos fundos que aqui estão abordados, e bem, neste Projeto de Resolução. Esse é um risco muito grande que corremos.

E é fundamental que esta matéria seja discutida, abordada e que a defesa das questões que são fundamentais para as populações, no caso dos Açores, os fundos de Coesão e as políticas específicas das regiões ultraperiféricas, não possam ser colocadas em causa por prioridades militares ou outras quaisquer.

Em segundo lugar, há um risco óbvio de centralização do próximo Quadro Comunitário de Apoios. O Deputado Vasco Cordeiro não está aqui, mas alertou, e muito bem, para ele. Aliás, essa tentação não surgiu agora, mas decorre de fundos comunitários que estão a ser executados agora e de uma experiência que está a ser executada agora, que se chama PRR. O PRR foi a primeira grande experiência de centralização de fundos comunitários. Todos sabemos que foi difícil que as Regiões Autónomas tivessem um PRR para gestão própria. E mesmo

assim, a rigidez que o PRR tem face aos tradicionais fundos estruturais é muito maior. E é fundamental que o próximo Quadro Comunitário de Apoios não seja um PRR 2.0, porque isso seria extremamente danoso e retiraria muitas competências e muita capacidade de intervenção do Governo Regional, das Regiões Autónomas e, eventualmente, até das autarquias. Não podemos permitir que isso aconteça.

Feita esta introdução, do ponto de vista genérico, nós concordamos com o que é proposto, com as ressalvas de que esta matéria merecia outro tipo de debate.

Eu gostaria que algumas questões fossem esclarecidas pelos proponentes. O facto de não se debater esta matéria em comissão leva a que haja, efetivamente, dúvidas sobre o que se pretende. Eu nem vou colocar todas porque não há tempo. Mas, em primeiro lugar, gostaria de questionar o que é que significa para os proponentes quando dizem num dos pontos resolutivos: “Reforço da relação transatlântica através do Quadro Financeiro Plurianual.” O Quadro Financeiro Plurianual não tem servido para relações militares. Não sei se é isso que está aqui em causa. Espero que não. Mas a relação transatlântica está muito ligada à NATO. E o Quadro Financeiro Plurianual não tem nada a ver, até hoje, com a NATO nem com questões militares. É o primeiro esclarecimento que gostaria de pedir.

O segundo esclarecimento: no ponto 5 fala-se que os “serviços ambientais prestados pelos agricultores, que não de produção sustentável, têm de ser remunerados por outros fundos.” Eu gostaria de perceber que serviços ambientais prestados pelos agricultores que não são sustentáveis são esses. Confesso que não sei.

E em terceiro lugar e por último: no ponto 8 do Projeto Resolução fala-se numa “revisão do Fundo Europeu de Solidariedade”. Não se diz nada em que sentido é que ele deve ser revisto. Eu julgo que, tendo em conta que este documento vai ser aprovado, enviado para um conjunto de entidades, é importante que fique registado em diário em que sentido é que o Fundo de Solidariedade Europeu deve

ser revisto. Uma revisão pode ser para pior. Eu gostaria de perceber, era bom que ficasse registado, em que sentido é que ele deve ser revisto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quero, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, dar nota desta aparente unanimidade que se vai gerar nesta Assembleia numa matéria tão importante como a defesa dos Açores junto das instâncias europeias, a defesa dos interesses dos Açores como é proposto com esta Resolução.

Justificada que foi pelo Sr. Deputado José Leal a urgência desta pronúncia por parte da nossa Assembleia, penso que não ficamos minorizados pelo debate que se gera em torno desta proposta, aliás, porque ela em si, conforme foi também referenciado pelas outras bancadas, teve o cuidado de procurar trazer não só uma linguagem que fosse aceitável, por assim dizer, em termos de todas as bancadas se poderem rever nesta proposta, porque, para nós, o mais importante de tudo e aquilo que realmente queremos valorizar com esta pronúncia é esta unanimidade, esta força que nós podemos dar à defesa dos interesses dos Açores junto das instâncias comunitárias, neste contexto novo que surge com todas estas situações que estamos a viver na Europa em termos da nova orientação que vai surgindo, da determinação para a qual devem ser dados os fundos europeus e o orçamento da União.

Quero só fazer referência, naturalmente, à postura também dos partidos que, concordando com a proposta, rapidamente fizeram notar essa concordância, mas também, por parte do Partido Socialista, conforme referenciou a Sra. Deputada Andreia Cardoso, o cuidado que teve de se juntar também a esta proposta no sentido de propor melhorias, que foram, naturalmente, enquadradas o melhor

possível para que a proposta tenha realmente esta força de unanimidade por parte desta Assembleia.

Quero só referenciar, para não me alongar, relativamente à questão do POSEI-Transportes, que nós já tivemos algum ganho de causa, nomeadamente na sequência do relatório de coesão da Sra. Comissária Elisa Ferreira, no Parlamento Europeu. E também no orçamento para 2025 da União já é feita uma referência, sob proposta do Eurodeputado Paulo Nascimento Cabral, relativamente à questão do POSEI-Transportes.

Eu percebo que haja ainda algumas dúvidas sobre a expressão ou sobre a nomenclatura usada, mas parece-nos que não devemos desistir daquilo que acreditamos em termos daquilo que são os direitos da nossa Região e dos Açorianos em terem de facto uma atenção diferenciada para esta questão.

Relativamente ao Sr. Deputado António Lima, segundo percebi, a sua dúvida com o Fundo de Solidariedade vai ao encontro também daquilo que disse a Sra. Deputada Andreia Cardoso, tem que ver, naturalmente, com a forma como esse fundo se relaciona com a Região Autónoma dos Açores e as melhorias que queremos imprimir para que a sua adequação às situações que vão surgindo, nas quais nós não nos enquadrámos pela forma como está desenhado o Fundo, possam vir a ser melhoradas, a defesa da melhoria dessas prerrogativas relativamente ao Fundo de Solidariedade, para que não fiquemos de fora quando achamos que a ele devemos aceder por via da solidariedade europeia para a nossa situação mais fragilizada também no meio do Atlântico. E é no meio do Atlântico que estamos, não podemos nunca fugir a essa realidade.

E as relações transatlânticas não são necessariamente, como se viu agora com o acordo do Mercosul, relações só militares com os Estados Unidos da América nem têm só que ver com isso. Mas há, sobretudo neste contexto europeu, também ligado à defesa da Europa e à defesa europeia, uma natural e, dizemos nós, desejável relação de ligação quase permanente com aquela que é a maior potência

do mundo, que são os Estados Unidos, que partilham os valores que nós partilhamos de democracia, de liberdade e de progresso.

E, portanto, as coisas não estão separadas e não vou negar que há aqui uma completa forma de desligar estas realidades, mas é um facto que os Açores, pela sua posição atlântica, pela sua posição geoestratégica e geopolítica, devem também merecer, por parte da União Europeia e do contexto europeu, aquilo que é, de facto, o valor e o significado e a importância que os Açores dão à Europa, neste ponto mais ocidental da Europa, que fica no meio do Atlântico, não só pela valorização também da nossa posição em relação às questões relacionadas com os oceanos, também com o espaço, mas também com as relações entre os continentes. E é nesse aspeto que a questão transatlântica não pode ser ignorada e deve ser valorizada.

Para terminar, queria só dizer que é com muita satisfação, mas mesmo com muita satisfação, se esta resolução de pronúncia por iniciativa própria desta Assembleia for aprovada por unanimidade, no final destes trabalhos e em vésperas de uma época de confraternização natalícia e de entreajuda e do significado que isso tem, podermos dizer que muito mais é o que nos une do que aquilo que nos separa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Europa está a viver momentos absolutamente históricos que têm a ver com o

conflito entre a Rússia e a Ucrânia, motivado pela invasão russa, que coloca enormes desafios à Europa, e também ao processo que já estava em curso e que irá prosseguir do alargamento europeu.

Tudo isso está a fazer com que o centro político da Europa se desloque cada vez mais para o leste europeu. A União Europeia começou por ser uma entidade com uma vertente atlântica muito grande. Os sucessivos alargamentos e também a alteração do contexto internacional faz com que a Europa seja agora uma Europa cada vez menos centrada no espaço atlântico.

É por isso que, em relação às regiões ultraperiféricas, que estão quase todas elas localizadas no espaço atlântico, com exceção da Reunião, que fica no Índico, é tão fundamental para a Europa dar uma projeção e uma natureza atlântica ao espaço europeu através das regiões ultraperiféricas.

É importante para a Europa, em primeiro lugar, porque, como se está a ver nesta crise internacional, neste conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a ajuda do outro lado do Atlântico é fundamental e absolutamente decisiva. Uma Europa fechada sobre si própria, cada vez mais deslocada para leste, já se viu que não tem os recursos suficientes para enfrentar e ultrapassar os seus velhos demónios. Esta guerra que está a acontecer, acontece novamente na Europa do Leste, como aconteceu na Primeira Guerra Mundial na Bósnia e Herzegovina, como aconteceu na Segunda Guerra Mundial na Polónia. É naquele círculo, um círculo cuja distância não é superior a 500 km.

Por isso, a questão é esta: a projeção atlântica é ou não é fundamental? A ligação com países como a Grã-Bretanha, como o Canadá e os Estados Unidos, principalmente os Estados Unidos, com todo o seu potencial económico e militar. Esta projeção atlântica, a importância também da sua natureza atlântica, tem vindo a reforçar-se progressivamente. Por isso, as regiões ultraperiféricas são um elo de ligação no espaço atlântico muito importante. É importante que estejam robustecidas, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social,

ultrapassando as suas circunstâncias que têm a ver com a distância, que têm a ver com a pequena dimensão dos seus mercados, que têm a ver com a pequena dimensão das suas economias, que são economias insulares de pequena dimensão, obviamente, com a exceção da Guiana Francesa, que tem uma natureza continental.

Por isso, é evidente que interessa à Europa reforçar aquelas que são as suas regiões ultraperiféricas que garantem esta ligação ao conjunto do espaço atlântico. Mas também interessa muito ao nosso país, que é quem tem as competências do ponto de vista da construção europeia. Ao nosso país interessa, e muito, projetar aquelas que são as nossas competências, o conjunto de apoios que nos são concedidos tendo em conta a nossa localização ultraperiférica e o que está estabelecido no artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia. Para o nosso país, para Lisboa, interessa, e muito, proteger fundamentalmente esta questão da ultraperiferia e o que está consagrado a nível da União Europeia nos tratados da União Europeia. Ao nosso país interessa muito. E aos Açores, obviamente, também interessa muito.

Eu tive a oportunidade de estar reunido com um membro do Governo das Canárias. E o que ele me disse, a semana passada, foi que nós temos a sorte de termos também a França do nosso lado, como um dos países mais importantes da União Europeia e o único país que tem assento no Conselho de Segurança da ONU, portanto, que tem uma projeção e uma importância internacional muito grande, que irá também defender a importância das regiões ultraperiféricas ao lado de Espanha e de Portugal. Mas o que ele me disse, e que é a perceção do Governo dos Açores, é o que o Governo dos Açores tem vindo a fazer ao longo de todos estes anos, não só agora, como anteriormente, que é, em todos os espaços onde estamos presentes, ter sempre muita atenção na proteção dos interesses dos Açores e das regiões ultraperiféricas.

Em qualquer reunião é preciso estar muito atento, é preciso estar bastante

informado, bem documentado, porque em qualquer reunião há sempre quem tenha uma visão diferente da geografia da Europa. E, nesse sentido, estar atento do ponto de vista daquilo é a defesa da natureza ultraperiférica da União Europeia e a proteção das regiões ultraperiféricas é importantíssimo. É isso que temos vindo a fazer. O Governo tem vindo a fazer isso.

E o que o Estatuto Político-Administrativo reconhece é o papel também do Parlamento, dos Órgãos de Governo Próprio, para nos podermos pronunciar por direito próprio também sobre as questões europeias. Não temos vindo a fazer no âmbito do Parlamento com muita frequência. Por isto, esta iniciativa é uma iniciativa muito importante, que deveremos repetir de forma mais frequente. É importante que o Parlamento cumpra aquilo que são também as suas obrigações estatutárias ao lado do Governo da Região que temos neste momento e no atual contexto, um contexto reforçado da defesa dos direitos dos Açores, tendo em conta que voltámos a ter eurodeputados nos órgãos da União Europeia, no Parlamento Europeu, o que é muito importante, como se está a ver. Ainda por cima neste momento tão crucial, é muito importante também para a defesa dos interesses dos Açores. É mais uma vertente importantíssima.

É importante que Lisboa faça o exercício das suas competências, da defesa dos interesses nacionais e também dos interesses das regiões autónomas, que é também do seu próprio interesse, interesse do conjunto do país, que o Governo dos Açores o faça, que o Parlamento dos Açores o faça, que a nossa representação do Parlamento o faça e que os diferentes açorianos que se encontram em lugares de destaque em órgãos da União Europeia também o façam. Portanto, é esta conjugação de esforços que permite a defesa dos nossos interesses.

O que este Projeto de Resolução contempla são questões absolutamente cruciais no âmbito da defesa de um programa tipo POSEI para a área dos Transportes, no âmbito da Política Agrícola Comum, em defesa das nossas especificidades e também dos nossos interesses específicos, nomeadamente do ponto de vista

também de ganhar alguma autonomia do ponto de vista alimentar, na defesa também da Política Comum das Pescas.

E reconhecer também, mais uma vez, as especificidades que a Região Autónoma dos Açores tem a nível do reforço do financiamento das regiões ultraperiféricas é também uma questão fundamental para os Açores.

E não tenhamos dúvidas, como aqui já foi referenciado por alguns oradores que me antecederam, que os fundos estão a ser muitíssimo disputados, para já, no espaço de leste, com o que se aproxima do ponto de vista do horizonte político da Europa, que é a reconstrução de um país que tem mais de 600 mil km quadrados, tem 40 milhões de habitantes, em que a União Europeia terá uma importância fundamental e que está em grande parte destruído pelo esforço de guerra russo na Ucrânia. E, portanto, a Europa terá, obviamente, não só neste momento um reforço constante dos apoios à Ucrânia, mas, fundamentalmente, no futuro, na sua reconstrução terá um papel bastante importante.

No âmbito do reforço da defesa da União Europeia, em que há quem defenda cada vez mais o reforço dessa componente militar, obviamente que isso irá colocar uma pressão substancial com os recursos que são alocados a muitas áreas, nomeadamente às áreas sociais, à área da Agricultura, à área das Pescas, mas também em relação às regiões ultraperiféricas. Portanto, essa partilha de recursos é uma partilha de recursos que, no horizonte que se aproxima e que enfrentamos, não será fácil e que exigirá da parte dos Açores, nas diversos componentes de quem representa os Açores, muita competência, irá exigir muita convicção nos interesses dos Açores, irá exigir muita união em relação a todos os protagonistas políticos açorianos nas mais diferentes vertentes, como aqui já referenciei.

Da parte do Governo dos Açores, estamos ao lado de todos estes protagonistas, estamos ao serviço de todos, para servirmos o interesse comum, que significa proteger os interesses dos Açores, proteger os interesses do povo dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que neste debate já foi aqui muito dito ou foi quase tudo dito, queria só ressaltar dois ou três pontos que me encham de orgulho no dia de hoje. Aquilo, de facto, que nos une nesta Casa, nesta Assembleia, é os Açores. E a prova provada disto é mesmo este documento.

Queria agradecer também as propostas que nos foram dadas pelo Partido Socialista para compor e melhorar este documento.

Queria-vos dizer, sinceramente, que os Açores, no futuro, atravessarão uma fase, em meu entender, muito complicada, porque os fundos europeus serão cada vez mais disputados. E nós teremos de marcar a nossa posição, teremos de nos unir perante o que nos traz o futuro.

Os Açores não são pequenos, são uma grande fronteira, são uma grande porta de entrada para a Europa. Os Açores têm para a Europa uma importância geopolítica e geoestratégica incalculável. E nós temos de nos salvaguardar também desta nossa importância para fazer sentir a nossa presença e fazer as exigências necessárias em salvaguarda dos nossos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve, apenas para dar aqui uma pequena nota, que tem a ver, no fundo, com o consenso que, à partida, será gerado em torno deste documento. Eu não posso deixar de fazer uma pequena nota, que, no fundo, vai um pouco ao encontro daquilo que foi transmitido pelo Sr. Deputado António Lima: é sempre importante, quando se tratar de documentos desta natureza, que a busca de consensos seja feita previamente e não já com documentos concretos apresentados à Assembleia. Julgo que é assim que se deve proceder. E, portanto, o nosso apelo fica aqui. Quando for importante consensos dessa natureza, em torno de matérias desta natureza... Nós, evidentemente, neste caso em concreto, demos um passo em busca desse consenso. Fizemo-lo com o sentido de responsabilidade que estas matérias exigem, mas, à semelhança do que aconteceu em momentos anteriores, quadros financeiros anteriores, em que foi procurado consenso, e na altura foi o Governo o protagonista exatamente dessa busca de consenso, dessa informação partilhada, julgo que é importante que as coisas assim aconteçam.

Aliás, o Partido Socialista teve a oportunidade de questionar, já em duas oportunidades ao longo desta curta última legislatura: uma delas, no debate do Plano e Orçamento, nas reuniões preparatórias na Comissão de Política Geral, eu própria coloquei essa questão ao Sr. Vice-Presidente do Governo, em que fase é que estamos neste processo do novo Quadro de Financiamento Europeu; a minha colega Sandra Costa Dias fê-lo ainda no último debate do Plano e Orçamento, que

aconteceu aqui o mês passado. E, portanto, na altura, as respostas, no fundo, não existiram. Mas é importante, tratando-se de assuntos tão relevantes para o nosso desenvolvimento e para a coesão do nosso território, que haja ideias claras. E, com base nessas ideias claras, procurar consensos alargados.

Penso que é importante este momento em que aqui nos encontramos hoje, mas ficam estas duas ressalvas que me parece que são importantes. O Parlamento pronuncia-se, mas, preferencialmente, o trabalho de diálogo e de concertação deve ocorrer antes, para que todos tenham a hipótese de amadurecer as ideias e de produzir documentos que nos orgulhem a todos nas instâncias em que possivelmente venham a ser debatidos. Acho que este aspeto é também aquilo que eu queria deixar aqui expresso. Foi possível alcançar, mas acho que é importante que o diálogo aconteça previamente.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Não existem mais pedidos de intervenção. Vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 23/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 19 da nossa agenda: **Projeto de Deliberação n.º 1/XIII - Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República — “Agendamento da Anteposta de Lei n.º 7/XIII — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial”**. É um pedido efetuado pelo PPM.

Tem a palavra o autor do projeto. Dispõe de 5 minutos, de uma só vez. Sr.

Deputado Paulo Margato.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apelo à aprovação do Projeto de Deliberação n.º 1/XIII, que tem como finalidade o pedido de agendamento, com urgência, da discussão da Anteproposta de Lei n.º 7/XIII na Assembleia da República.

Para garantir a rapidez na resolução deste problema, propomos acionar o artigo 169.º do Regimento da Assembleia da República, que confere às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas o direito de fixar a ordem do dia, garantindo prioridade a temas de interesse regional.

Como já referi há pouco, o PPM considera esta medida essencial para corrigir a injustiça que atualmente afeta os imigrantes com residência fiscal nos Açores, garantindo-lhes o acesso ao subsídio social de mobilidade.

A mobilidade é um direito básico e um pilar da coesão social e territorial.

Este Parlamento deve estar à altura da sua responsabilidade em proteger todos os que residem nas nossas ilhas, sem discriminação.

Contamos com o vosso total e inequívoco apoio.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Deliberação n.º 1/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Deliberação n.º 1/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A terminar os nossos trabalhos ou quase a terminar, queria, em nome da Mesa, desejar um feliz e santo Natal para todos vós e para as vossas famílias.

Sr. Deputado José Pacheco, pede a palavra para...

Deputado José Pacheco (CH): Gostaria também de me dirigir à Câmara.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Dirigir uma palavra à Mesa pela condução dos trabalhos, que tem sido excelente. Para desejar um bom Natal a todos os Açorianos, a todos os presentes, às nossas famílias, lembrando que o Natal é a festa da família, que tem o Menino Jesus, Nossa Senhora e São José.

É importante e aqui foi dito esta semana: nós não somos inimigos, somos adversários e, assim sendo, devemos também comungar desse espírito natalício.

A todos umas boas festas e uma boa entrada. E cá estaremos para o ano.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de dezembro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Bom fim de semana.

Eram 17 horas e 28 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto Costa Machado da Costa

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cecília Maria Soares Estácio

Partido Socialista (PS)

Russell Michael Sousa

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 190/XVI/1.^a (IL) – Regulamenta a atividade de lobbying em Portugal e procede à criação do Sistema de Transparência dos Poderes Públicos - Audição n.º 25/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 - 12 - 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2025 - 01 – 01.

2- Projetos de Portaria:

Assunto: Procede à determinação do quantitativo da taxa unitária de terminal a utilizar para o cálculo da taxa de terminal devida pelos serviços de navegação aérea de terminal, prestados nos aeroportos públicos nacionais, para o ano de 2025 - Audição n.º 22/XIII - GR

Proveniência: Secretário de Estado das Infraestruturas e Habitação

Data de Entrada: 2024 - 12 - 13

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2024 - 12 - 18.

3- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 23/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEPpDLR023.pdf>

Assunto: Aprova o Regime de Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 - 12 - 10

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

4- Projetos de Resolução:

N.º 22/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEPjR022.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias com vista a apresentar, num prazo máximo de trinta dias, uma solução para a estrada que liga as Freguesias do Raminho e da Serreta

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2024 – 12 – 11

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 23/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR023.pdf>

Assunto: Um Quadro Financeiro Plurianual com Políticas de Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que mantenham as especificidades das Regiões Ultraperiféricas

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2024 – 12 – 11

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

5- Antepropostas de Lei:

N.º 5/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR005.pdf>

Assunto: Procede ao aditamento ao Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, que define e regulamenta o regime jurídico de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral da segurança social. Mais procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que prevê e regulamenta o estatuto de aposentação da Caixa Geral de Aposentações, I.P.

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 12 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2025 - 01 – 13;

N.º 6/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEAPpL006.pdf>

Assunto: Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela autoridade nacional de emergência e proteção civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 7/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEAPpL007.pdf>

Assunto: Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial

Proveniência: PSD/CH/CDS-PP/PAN

Data de Entrada: 2024 – 12 – 11

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

6- Projetos de Deliberação:

N.º 1/XIII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIIEPjD001.pdf>

Assunto: Agendamento da anteproposta de lei n.º 7/XIII - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2024 – 12 – 11

Comissão:

Data-Limite de Parecer:

7- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Disseminação de mensagem antidemocrática e de incentivo ao ódio pelo Presidente do Conselho de Administração do Nonagon

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 12 – 09

Referência: 54.06.00 – N.º 204/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp204.pdf

Assunto: Dívida oculta deixada pela gestão socialista na SATA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 12 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 208/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp208.pdf

Assunto: Falta de Assistentes Operacionais nas escolas e inércia do Governo Regional prejudicam a segurança das crianças e a qualidade do ensino

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 12 – 12

Referência: 54.02.00 – N.º 201/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp201.pdf

Assunto: Estrada Regional Raminho-Serreta

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 12 – 12

Referência: 54.09.03 – N.º 221/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp221.pdf

8- Informações:

Assunto: Correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a substituição temporária por motivo relevante do seu mandato, eleita pelo círculo eleitoral de São Miguel, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 2 do art.º 5.º do Estatuto dos Deputados, por um período de 10 dias, com efeitos a partir do dia 10 de dezembro de 2024, inclusive

Proveniência: Marlene Damião, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 12 – 09;

Assunto: of. S/162/2024/XIII remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a informar que, na sequência do pedido de substituição temporária por motivo relevante da Deputada Marlene Damião, a vaga será preenchida pela candidata Edite Preto, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir do dia 10 de dezembro de

2024, inclusive

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 12 – 09;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Sr. Deputado João Mendonça será substituído pelo Sr. Deputado Paulo Margato na Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo, na Comissão Permanente e nas Comissões Especializadas Permanentes de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Economia, com efeitos a partir de 9 de dezembro de 2024, mês e ano inclusive, até informação contrária

Proveniência: Sara Luís, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 12 – 09;

Assunto: Ofício S/161/2024/XIII a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os nomes dos Srs. Deputados que integram a Comissão Permanente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a saber: Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Gabriel Eduardo, Marta Matos, Joana Pombo Tavares, Berto Messias, João Vasco Costa e José Ávila

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 12 – 09;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XIII – Programa de apoio aos estudantes do

ensino superior e ensino superior técnico profissional dos Açores

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 12 – 09;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de deliberação de urgência com redução do prazo de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XIII – Aprova o Regime de Financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: João Manuel Dias Alferes das Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de deliberação de urgência com dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 6/XIII – Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela autoridade nacional de emergência e proteção civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som

Proveniência: João Manuel Dias Alferes das Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de deliberação de urgência com dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 7/XIII – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o

continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial

Proveniência: João Manuel Dias Alferes das Pedras, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os decretos-leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques

Proveniência: Andreia Cardoso, Carlos Silva e José Eduardo pelo Grupo Parlamentar do PS e Pedro Neves pela Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho, que cria o Parque Natural da Ilha de São Miguel

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral do Projeto de

Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020/A, de 19 de outubro e do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2021/A, de 26 de abril de 2021, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2022/A, de 17 de fevereiro

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10;

Assunto: Of._A 49, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 11, 12, 14 e 15/2024, devidamente assinados, que foram enviados para publicação no Diário da República

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10;

Assunto: Ofício remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que a Representação Parlamentar do PAN, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, se desvincula da seguinte iniciativa conjunta: Anteposta de Lei n.º 7/XIII - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2024 – 12 – 13;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 23/XIII – Um Quadro Financeiro Plurianual com Políticas de Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que mantenham as especificidades das Regiões Ultraperiféricas

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 12 – 13.

9- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20780.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Jorge de Azevedo Faim Margato

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20774.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio - MACT - (Reg. DL 307/XXIV/2024) – Audição n.º 21/XIII-GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares,

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 12 – 10.

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 12 – 13.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20827.pdf

O redator, *André Silva*